

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



O MODELO GERENCIALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL: um estudo sobre a Educação Ambiental na prefeitura do Rio de Janeiro

**Eduardo da Costa Pinto d'Avila
Orientador – Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Coorientador – Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa**

EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA

2018

Eduardo da Costa Pinto d'Avila

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Educação.

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro

Coorientador:

Prof. Dr. Rodrigo Lamosa

Rio de Janeiro/RJ

2018



Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Faculdade de Educação
 Programa de Pós-Graduação em Educação

A Tese intitulada “**O MODELO GERENCIALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL: um estudo sobre a Educação Ambiental na prefeitura do Rio de Janeiro.**”

Doutorando(a): **Eduardo da Costa Pinto D'Avila**

Orientador(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)**

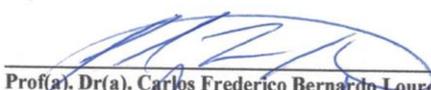
E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

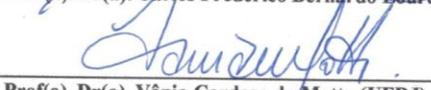
DOUTOR EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2018.

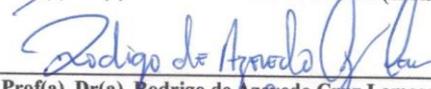
Banca Examinadora:

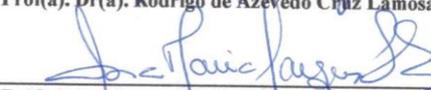
Presidente:


 Prof(a). Dr(a). Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)


 Prof(a). Dr(a). Vânia Cardoso da Motta (UFRJ)


 Prof(a). Dr(a). Alexandre Maia do Bonfim (UERJ)


 Prof(a). Dr(a). Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa (UFRRJ)


 Prof(a). Dr(a). Ana Maria Marques Santos (UFRRJ)

CIP - Catalogação na Publicação

dD245m da Costa Pinto d Avila, Eduardo
 m O modelo gerencialista de políticas públicas do
 Brasil: um estudo sobre a Política de Educação
 Ambiental na prefeitura do Rio de Janeiro / Eduardo
 da Costa Pinto d Avila. -- Rio de Janeiro, 2018.
 181 f.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.
 Coorientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós
 Graduação em Educação, 2018.

1. Estado ampliado. 2. Políticas públicas
 educacionais. 3. gerencialismo. 4. educação
 ambiental crítica. 5. prefeitura do Rio de Janeiro.
 I. Bernardo Loureiro, Carlos Frederico , orient.
 II. de Azevedo Cruz Lamosa, Rodrigo , coorient.
 III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
 dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedicada ao meu filho José e à minha filha Alice.

Dedicado à minha companheira Livia pela compreensão e estímulo nos momentos de ansiedade na fase final de escrita da tese.

Dedicada a meus pais.

Dedicado aos trabalhadores e trabalhadoras.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço principalmente aos meus familiares, que foram muito pacientes durante quatro anos de intensa atividade acadêmica que conciliei com trabalho. O apoio familiar me motivou a melhorar e a preocupação com o andamento da pesquisa passou a ser uma constante em conversas e encontros. Esta cobrança foi muito positiva, pois eles sabiam da minha capacidade, bem como de minhas limitações e, como educadores que são me orientaram por toda a jornada.

Agradeço ao grande amigo Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa, que coorientou a tese de forma ímpar, contribuindo para a superação das dificuldades e dando conta (dentre tantas tarefas) de elevar o nível do trabalho absurdamente. Agradeço ao amigo e orientador Carlos Frederico Bernardo Loureiro, brilhante pelas avaliações e pelos mecanismos valiosos de orientação e crítica, mantidas no Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS), do qual é líder. Fui agraciado com dois dos melhores orientadores do campo da educação brasileira, portanto o meu maior agradecimento vai para estes dois intelectuais raros que lutam por uma educação pública de qualidade. Foi, em todo momento, uma honra para mim ser acompanhado e avaliado sistematicamente por estes dois autores e militantes da educação que, cada um a seu modo específico, são referências obrigatórias no campo das políticas públicas educacionais brasileiras.

Agradeço aos meus professores e professoras do curso de doutorado, por terem sido atenciosos com minhas inquietudes, problematizações e dúvidas no processo de construção da tese. Foram nas disciplinas que a escrita ganhou conteúdo, ajudando a superar os desafios múltiplos que existem em qualquer trabalho de pesquisa. As disciplinas de Roberto Leher (UFRJ), Vânia Motta (UFRJ) e José Paulo Netto (UFRJ) foram muito importantes no salto teórico-metodológico necessário para a construção da tese. Foi um período de muito amadurecimento nos anos que conciliei trabalho, pesquisa e disciplinas no PPGE e agradeço especialmente aos servidores (em especial Solange Rosa) que trabalham na Secretaria, pelo suporte e organização demonstrados, necessários para um ótimo andamento do curso. Agradeço grandemente à prof. Ana Maria Marques Santos (UFRRJ) e ao prof. Alexandre Maia do Bonfim (IFRJ) pelas críticas feitas a esta tese e por aceitarem fazer parte da banca de defesa.

Agradeço enormemente pelo apoio e sugestões dos amigos e amigas, dentre eles e elas, Marco Lamarão, Nívea Vieira, Maurício Lapa, Régis Arguelles, Renata Spadetti, Rodrigo Castelo, Leonardo Kaplan, Thiago Vasquinho, Priscila Amaro, Márcio Douglas dos Santos, Carolina Brasil, Nicholas Tavares, Diogo Lyra, Athos dos Santos, Maryanne Saisse, Inny Aciolly, Aline Viegas, Vanessa Marcondes. Agradeço aos companheiros de sociologia Marcelo Cardoso da Costa (IFRJ) e Jorge Alexandre Alves (IFRJ), bem como os colegas e as colegas IFRJ campus Duque de Caxias. Agradeço enfim, à prof. Sônia Regina de Mendonça (UFF), pelas críticas ao meu artigo apresentado na Associação Nacional de História (ANPUH), em 2017, em Brasília.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ADE - Arranjos de Desenvolvimento da Educação
AGTC - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
APH - Aparelho Privado de Hegemonia
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
CBVE - Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial
CEA - Centro de Educação Ambiental
CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIEA - Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental
CIEDS - Centro Integrado de Estudos e Programas Sustentáveis
CIESP - Centro das Indústrias de São Paulo
CME - Conselho Municipal de Educação
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONSEMAC - Conselho Municipal de Meio Ambiente
CRU - Coordenadoria de Orientação e Regularização Urbanística
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CSP - Companhia Siderúrgica Paulista (CSP)
CSPEA - Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental
DCNEA - Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental
DEDS - Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FMI - Fundo Monetário Internacional
GEE - Gases de Efeito Estufa
GIEA/RJ - Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDERIO - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Rio de Janeiro
IED - Investimentos Externos Diretos
IMM - Instituto Moleque Mateiro
IPES - Instituto de Pesquisas de Estudos Sociais
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica
LER - Lesão por esforço repetitivo
MARE - Ministério de Administração e Reforma do Estado
MEC - Ministério da Educação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE - Organização para Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

OIDP - Observatório Internacional de Democracia Participativa
OG - Órgão Gestor
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OPNE - Observatório do Plano Nacional de Educação
OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PISA - Programa Internacional de Avaliação de alunos
PMEA/RJ - Política Municipal de Educação Ambiental
PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNE - Plano Nacional de Educação
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNPS - Política Nacional de Participação Social
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POUSOS - Postos de Organização Urbanística e Social
PREAL - Programa de Reformas Educacionais na América Latina
PROMEIA/RJ - Programa Municipal de Educação Ambiental
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI - Programa Universidade Para Todos
REARJ - Rede Estadual de Educação Ambiental
RJU - Regime Jurídico da União
REJUMA - Rede Nacional de Juventude pelo Meio Ambiente
SASE - Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENGE/RJ - Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro
SEPE/RJ - Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do RJ
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
SISNAMA- Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMAC/RJ - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SME/RJ - Secretaria Municipal de Educação
SMH/RJ - Secretaria Municipal de Habitação
SMU/RJ - Secretaria Municipal de Urbanismo
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
SNE - Sistema Nacional de Educação
SRB - Sociedade Rural Brasileira
TPE - Todos Pela Educação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Resumo	10
INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 DESENVOLVIMENTO E CRISE DO CAPITALISMO	27
1.1 Estado Ampliado: referências teórico-metodológicas	27
1.2 A crise estrutural do capital	32
Capítulo 2 O MOVIMENTO DE RECOMPOSIÇÃO BURGUESA	48
2.1 As origens históricas do neoliberalismo	49
2.2 O movimento infraestrutural de recomposição burguesa	65
2.3 O movimento superestrutural de recomposição burguesa	77
Capítulo 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A LÓGICA GERENCIAL	94
3.1O reformismo ambiental	96
3.2 A dinâmica de implementação da PME/RJ	110
Capítulo 4 A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	122
4.1 A PME/RJ na sociedade civil	123
4.2 A PME/RJ na sociedade política	147
CONCLUSÃO	165
Referências Bibliográficas	169
Anexo	180

RESUMO

Esta tese teve como o objeto o processo de institucionalização da Política Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PMEA/RJ), entre 2006 e 2016. O objetivo da tese foi entender a dinâmica de implementação e como foi materializada a PME/RJ em termos de sua formulação e execução. Os objetivos específicos foram mapear os sujeitos envolvidos na construção da política e analisar as disputas envolvendo a sua formulação. O quadro teórico-metodológico consistiu na concepção gramsciana de Estado integral, na qual se utilizou os conceitos de “hegemonia” e “bloco histórico”. Os procedimentos metodológicos foram análises de conteúdo de documentos das secretarias de educação (SME/RJ) e meio ambiente (SMAC/RJ) e revisão bibliográfica. Para complementação de informações acerca de dois cursos de formação da prefeitura, houve entrevistas semiestruturadas com cinco professores cursistas, uma professora do curso de formação e duas coordenadores de educação ambiental da SME/RJ. Os resultados da pesquisa referentes ao modo de inserção de educação ambiental nas escolas municipais, foram o protagonismo de empresas e organizações não governamentais, o apagamento institucional do histórico da política, no sentido da construção de uma política anterior ao que se fez no período estudado, o fomento a uma lógica, só de projetos, o apagamento do profissional da educação porque foi posto numa condição de apenas mais um sujeito relativo ao universo escolar. A pesquisa concluiu que a entrada da educação ambiental na rede pública do município se deu como uma tendência nacional de políticas públicas em parceria com sujeitos coletivos privados. Conclui-se também, no processo de formulação da PME/RJ, que a participação dos profissionais da educação foi colocada em um patamar em que sua importância estratégica não foi destacada.

Palavras Chave: Gerencialismo, Políticas Públicas, Educação, Estado ampliado, Educação Ambiental

INTRODUÇÃO

Desde que entrei na graduação em Ciências Sociais, em 2002, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a minha trajetória de pesquisa foi permeada pelo debate sobre Estado, sociedade civil, políticas públicas e o desenvolvimento sustentável no Brasil contemporâneo. Em função de meu interesse pela pesquisa, em 2004, fui selecionado para trabalhar no campo da antropologia política, com a professora Neide Esterci (UFRJ), autora de clássicos da antropologia brasileira, como “Conflito no Araguaia” (1974) e “Cooperativismo e coletivização no campo” (1984). Nesta época, em 2004, Neide já era uma veterana e então presidente do Instituto Socioambiental (ISA) – uma organização atuante no movimento ambientalista.

O meu tema da pesquisa como bolsista CNPQ na graduação era referente a comunidades ribeirinhas em uma reserva de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. Em 2007 realizei uma imersão em uma comunidade na várzea (zona de alagamento sazonal) na cidade de Tefé/AM, onde fiquei por dezoito dias em contato direto com as famílias residentes, além de uma semana de preparação no laboratório de pesquisa em terra firme. Aquela experiência na graduação foi basilar na minha formação acadêmica, embora após o retorno, já tivesse decidido alterar meu campo de pesquisa. Na graduação, além desta riquíssima experiência na Amazônia, no laboratório liderado pela Neide, realizei a leitura de clássicos como Robert Darton, Edward Thompson, Karl Marx, Friedrich Engels, importantes na formação acadêmica. No entanto, naquele momento, a antropologia política não me satisfazia mais e a principal razão foi de ordem teórico-metodológica.

Após três anos imersos no magistério, entre 2008 e 2011, me filiei ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) e, em 2011, iniciei o mestrado na Educação da UFRJ, na linha de políticas e instituições educacionais. Um ano depois, em 2012, entrei no Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS), liderado pelo professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Desde então participei de congressos da área de educação e de educação ambiental e, em 2015, ajudei a organizar o Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), no Rio de Janeiro.

No mestrado, retomei a temática iniciada na graduação sobre Estado e políticas ambientais, porém com a perspectiva de Estado de Antônio Gramsci e meu tema de

pesquisa foi sobre as políticas estaduais de educação ambiental, em especial, os conselhos de educação ambiental. Através de leituras de George Luckacs, Antônio Gramsci, David Harvey, John Belamy Foster, Elmar Altvater, István Meszaros, além de teses e dissertações da área, a pesquisa no mestrado investigou um conselho estadual de educação ambiental, chamado de Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental (CIEA) que, no estado do Rio de Janeiro, é chamado de Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA).

A análise da dissertação foi sobre os limites e possibilidades a partir da entrada do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) neste colegiado. A pesquisa concluiu que a participação do SEPE /RJ no GIEA/RJ permitiu possibilidades de acesso a informações, moção de apoio à greve de 2011 e, por outro lado, evidenciou como limitações a ausência no SEPE/RJ do debate sobre educação ambiental, bem como a presença protagonista de organizações não governamentais no colegiado. Esta pesquisa concluiu através de um mapeamento das CIEA de todo o país, que as composições eram então majoritariamente formadas por empresas e organizações não governamentais.

A pesquisa também verificou o protagonismo da Rede Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (REARJ) no GIEA, um intelectual coletivo identificado como protagonista da implementação da política de educação ambiental no âmbito estadual. Trata-se de uma organização estruturada na forma de uma lista de e-mail e sem reunião presencial, que possui assento nos conselhos estaduais e municipais de meio ambiente. Uma professora da rede municipal representou a REARJ no GIEA e teve participação destacada na elaboração e execução no papel de consultora do Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEIA/RJ), em 2014. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999) prevê que estados e municípios instituam um programa que execute a política de educação ambiental.

Em 2014, iniciei o doutorado com um projeto de pesquisa voltado para a investigação da educação ambiental na rede pública de ensino do Rio de Janeiro. Isto se deveu, por um lado, pela ausência de pesquisas sobre esta política pública com a adequada orientação teórico-metodológica e, por outro lado, como desdobramento do percurso iniciado na pesquisa no âmbito estadual no mestrado. Esta tese teve como objeto o processo histórico de elaboração e implementação da Política Municipal de

Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PMEA/RJ), entre 2006 e 2016. Este estudo partiu do pressuposto de que o processo analisado ocorreu no contexto de predomínio do gerencialismo¹ nas políticas públicas. Neste sentido, a investigação priorizou compreender o objeto de estudo a partir de um esforço de identificação e análise dos agentes e estratégias que caracterizaram as disputas em torno da política pública em questão.

Nos últimos trinta anos, entre 1986 e 2016, sobretudo a partir dos governos Collor (1990-1992), Cardoso (1993-2002), mas, depois, no de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), houve a consolidação de uma política orientada por documentos internacionais. A Declaração de Barcelona ou “Cidades Educadoras” (1990) e o Fórum de Dakar (2000), foram congressos internacionais de educação nos quais o Brasil assinou acordos e se tornou signatário com o protagonismo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nos anos 2000, esta organização publicou a “Década da educação para o desenvolvimento sustentável” (2005-2015) (DEDS) que foi difundida pelo “Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável” (CEBDS)², ligado à Câmara de Comércio Internacional (CCI)³. A contrarreforma liberal do Estado brasileiro, iniciada em 1995, resultou de um processo de recomposição burguesa realizada no país com o objetivo de reconfigurar a atuação estatal e o funcionamento da administração pública. Na organização da direção política, a atuação das frações de classe dominante resultou na elaboração e na formulação de políticas públicas, como a PME/RJ.

O objetivo da tese foi analisar como essa política de educação ambiental se materializou no contexto da contrarreforma liberal do Estado brasileiro. Os objetivos específicos consistiram em mapear os sujeitos envolvidos na implementação; entender suas atuações e campanhas de educação ambiental; e identificação e análise dos projetos

¹ O método do gerencialismo é usado por empresas como ferramenta de controle de qualidade que, no contexto dos anos 1970 e 1980, foi sugerido como critério de produção e avaliação de políticas públicas, nos países mais industrializados.

² Fonte: <http://cebds.org>. Acessado 26 08 2017 às 19:14 hrs.

³ Fonte: <http://www.iccbrasil.org/> Acessado 27 08 2017 às 22:34 hrs

de educação ambiental expostos pela Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ), no blog da “Equipe de Extensividade”⁴.

Nos anos 1990, no Brasil, as reformas nas políticas de educação se concretizaram no Plano Decenal Educação para Todos (1993), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997. Nos anos 1990 e 2000, muitas transformações no modelo do Estado brasileiro foram necessárias no atendimento a um projeto internacional mais amplo, conforme diretrizes do Banco Mundial - receituário neoliberal adotado nos governos de Cardoso (1993-1998; 1999-2002), Lula da Silva (2002-2005; 2006-2009) e Rousseff (2010-2013; 2014-2016). A educação passou a ser rentável formando padrões de lucratividade em escalas maiores para fundos de investimentos, em sua maioria estrangeiros. Houve também no processo de expansão desta escola pública a “ampliação para menos” da mesma, em função da carência de financiamento acompanhando do aumento infra estrutural.

O impacto destas políticas orientadas por esta lógica na educação está relacionado com o conteúdo e o formato da educação ambiental e a PME/RJ foi tratada nesta tese atrelando-se políticas de educação e de educação ambiental. Por isso, desde já apontamos que, neste contexto, foi instituída a Política Nacional de educação ambiental (PNEA), em 1999. Neste caso, a implementação da PME/RJ foi influenciada por alterações na administração pública, especialmente no ano de 2010, então optamos pela aproximação entre o campo da educação e o campo da educação ambiental. Consideramos que os efeitos das desigualdades sociais se expressam em todas as áreas: saúde, transportes, segurança, moradia, educação, infraestrutura etc. Os anos 2000 foram marcados por uma continuidade e uma complexificação da luta de classes no Brasil com a eleição Lula da Silva, em 2002, na aliança entre PT, PL e PMDB. O governo Lula da Silva, entre 2003 e 2006, incorporou as diretrizes da política econômica de Cardoso (1994-2001), voltada para agro exportação, com a diferença de ter ampliado o alcance relativo da transferência de renda com as políticas sociais de contenção da pobreza (MOTTA, 2012).

⁴Fonte: <http://extensividade-sme.blogspot.com.br/>.

A convergência de interesses do projeto empresarial mundial com as propostas do DEDS foi verificada com o surgimento do movimento empresarial “Todos Pela Educação” (TPE), em 2006. A partir de 2010, uma coligação partidária alinhou governo federal, o estado do Rio de Janeiro e o município do Rio de Janeiro, na aliança PT-PMDB, pela eleição de Dilma Roussef (PT) para a presidência da república, a eleição de Sérgio Cabral (PMDB) para governador do estado do Rio de Janeiro e Eduardo Paes, do PMDB, em seu segundo ano do mandato de prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Na cidade do Rio de Janeiro, foi neste contexto que foi regulamentada a PME/RJ, pela alteração na gestão administrativa com a atuação da secretária municipal de educação Cláudia Costin⁵. Esta intelectual orgânica da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi formuladora de políticas no interior de organismos multinacionais identificados com a direção política da contrarreforma neoliberal. Cláudia Costin teve sua gestão baseada em formulações do gerencialismo, foi nomeada em 2009 para o cargo de Secretária municipal de educação do Rio de Janeiro, tendo sido a ex-ministra de Administração e Reforma do Estado (MARE) (1995-1998) no governo Cardoso (1994-2002) - atuou também como consultora em educação no Banco Mundial⁶. Neste contexto surgiram as alterações na administração pública e a demanda federal pela adesão aos planos econômicos dos estados e municípios. A promulgação da Política Municipal de educação ambiental do Rio de Janeiro (PME/RJ), da Lei Nº 4.791, foi realizada no dia 02 de abril de 2008, mas sua regulamentação se deu pelo decreto Nº 37.526 de 2013.

O debate sobre o “público” e o Estado, suas características e funcionalidades, foram norteadores desta tese, o que permitiu analisarmos as formas de adequação do discurso hegemônico ambiental às exigências das frações de classe dominante e dominada, em disputa na sociedade civil, por meio do que entendemos por aparelhos privados de hegemonia (APH)⁷. Este conceito na teoria gramsciana pressupõe o uso dos

⁵ Costin foi da Fundação Victor Civita e gerente de política pública do Banco Mundial. Depois de ser secretária municipal de educação no Rio de Janeiro, voltou ao Banco Mundial como Diretora Global de Educação. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/04/ex-secretaria-do-rio-assume-diretoria-de-educacao-do-banco-mundial.html>. Acessado 19/10/2014.

⁶ O Consenso de Washington, realizado em 1989, criou uma Cúpula de Governança (Bill Clinton, Tony Blair, Massimo Dalema, Fernando Henrique Cardoso, José Zapatero), exercendo influência na correlação de forças e fortalecendo os caminhos para a contrarreforma neoliberal do Estado brasileiro. Os conceitos serão detalhados no capítulo II.

⁷ Na perspectiva ampliada de Estado como ferramenta teórico-metodológica, os APH defendem interesses particulares de frações de classe dominante. Estes APH podem ser direcionadas para os

conceitos de intelectual orgânico⁸, Estado⁹ e sociedade civil¹⁰ em uma perspectiva ampliada de atividade estatal. Esta análise considerou a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista em fins do século XIX, contexto no qual o sufrágio universal e o século XIX e o espraiamento do liberalismo político alteraram as estratégias de dominação.

O APH Fundação Getúlio Vargas possui relevância nos estudos sobre políticas públicas, pois foi difusor, consultor e sistematizador do gerencialismo da contrarreforma liberal do Estado do país, sendo então necessário para esta tese. As concepções de Estado, sociedade civil, educação, educação ambiental e sustentabilidade presentes nas formulações do Banco Mundial e da UNESCO foram sistematizadas pela FGV. Nesta tese foram aproximados a educação e a educação ambiental levando em conta, de um lado, a contrarreforma liberal do Estado brasileiro e, de outro, as alterações no mundo do trabalho dos anos 1990 e 2000, no núcleo dinâmico do capitalismo contemporâneo. A exigência de um tipo de gestão voltada para o gerencialismo foi fortalecida nos anos 1990, especialmente com a elaboração da FGV, financiado pelo IPEA, PNUD e BID, do projeto de reforma do Estado.

A importância que a FGV possui na reforma do Estado brasileiro foi ressaltada em pesquisas sobre sua atuação como intelectual coletivo do capital (NEVES, 2010, p.17). Sua centralidade foi destacada na medida que os quadros técnicos e políticos

interesses das frações de classe dominada na medida em que estão imersas em um campo de disputas nos espaços que a socialização da política criou. Em suma, a dominação foi alterada, se antes eram as forças repressivas estatais que garantiam a direção e o domínio, após o sufrágio universal, ampliação de sindicatos, jornais e partidos legalizados, as formas de dominação foram alteradas.

⁸ Nas palavras de Gramsci (2011): “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectual” (GRAMSCI, 2011, p.206). Para ele são os “‘prépostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2011, p.208) e teriam “função diretiva organizativa, isto é, educativa” (GRAMSCI, 2011, p.212).

⁹ Nas palavras de Gramsci (2011): “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho do governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2011, p. 268-269). Para ele, “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, p.269). Segundo Gramsci (2011), o conceito de Estado habitualmente foi entendido como sociedade política (ditadura ou aparelho coercitivo) e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia) exercida através de um intelectual (GRAMSCI, 2011, p.267).

¹⁰ Nas palavras de Gramsci (2011): “hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas (como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais” (GRAMSCI, 2011, p.267).

envolvidos com a reforma do Estado brasileiro foram formados nesta instituição, portanto se o contexto no qual analisamos o gerencialismo foi a contrarreforma liberal do Estado brasileiro, os documentos da FGV foram instrumentos de análise exigidos pela pesquisa. A temática das políticas ambientais foi inserida na estratégia de atuação do capital e passou a ser a base de análises sobre a chamada economia verde¹¹, no processo de expansão da acumulação. As formas de apropriação foram sendo desenvolvidas em congressos como a Conferência das Cidades Educadoras (1990), em Barcelona, o encontro “Trabalhando com ONG” (1995) e o movimento “Cidades Educadoras” (2004).

Uma questão relevante para a pesquisa sobre a materialização da PME/RJ foi a tentativa da prefeitura de reorganização espacial em virtude dos grandes eventos como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. A aprovação do Brasil como sede destes megaeventos se deu no final de 2009 e incorporou um projeto de cidade desde o projeto “Favela Bairro”, do então prefeito Cesar Maia (1994-2001; 2005-2008). A reorganização espacial é um tema relativo à expansão do capital e é marcado por formas de segregação, reocupação e repressão a novas comunidades emergentes em ocupações e desocupações anteriores. A preparação da cidade para os grandes eventos se iniciou na gestão de César Maia (2005-2008) e seguiu de forma mais intensa na de Eduardo Paes (2009-2016). Houve, mesmo, a participação das Secretarias de Urbanismo (SMU) e Habitação (SMH) na composição dos colegiados voltados para institucionalização da educação ambiental do município do Rio de Janeiro.

Com o referencial teórico-metodológico gramsciano, a análise sobre o PME/RJ a partir da ocupação do Estado ampliado e do conceito de “gerencialismo” foi o fio condutor da pesquisa, considerando o imperialismo e o movimento interno e externo da burguesia brasileira (GRAMSCI, 2011). Situamos a classe dominante atuante nas políticas de educação em disputa entre frações de classe por projetos de educação nacional. A reação burguesa à crise estrutural do capital envolveu o uso do aparelho do Estado, reconfigurando-o e restabelecendo seus limites, especialmente a partir de 1995, no Brasil, com a Reforma do Aparelho e Administração do Estado (BRASIL, 1995). A

¹¹ Definida pela PNUMA (2011) como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva (PNUMA, 2011).

FGV e a Invepar (uma empresa que explora concessões de infraestrutura no Brasil), foram ferramentas de teoria e de método da pesquisa, pois foram sujeitos coletivos que dirigiram o processo de implementação de políticas públicas no estado ampliado do país. Nesta tese, então, foram centrais as formulações identificadas em documentos oficiais, relatórios e periódicos, sobre a FGV e a Invepar, sujeitos coletivos marcados pelo papel de sistematizadores e difusores da lógica gerencialista nas políticas públicas.

A metodologia da pesquisa, inicialmente, consistiu em análise de documentos sobre o histórico da educação ambiental, inclusive nos debates na Câmara Municipal de Vereadores. A vereadora e autora da política, Aspásia Camargo, não era apenas uma vereadora mas sim um quadro técnico histórico da FGV, então analisamos suas formulações nos Cadernos da FGV. Esta pesquisadora foi fundadora do CPODC, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e, portanto, foi necessária para a tese analisar sua atuação para além da atividade meramente parlamentar.

Esta pesquisa foi realizada com base em análise de documentos do conselho municipal específico de educação ambiental, a Câmara Técnica Permanente de Educação Ambiental (CSPEA) que foi criada no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente CONSEMAC/RJ¹². As noventa e duas atas do CSPEA foram sistematizados e analisados sob três eixos: 1) analisar as pautas das atas; 2) identificar a composição das reuniões, e 3) identificar os momentos de definição (as deliberações) do formato da PME/RJ. Conforme descrito ao “Prefácio à Crítica da Economia Política” (1859), por Karl Marx, a totalidade do fenômeno estudado foi buscado pelo regresso ao concreto pensado (em especial do objeto em si) de forma a retornar ao que foi sistematizado, e realizar uma análise que incorpora elementos ao nível macroeconômico. Os diagnósticos destes APH no campo da educação e do meio ambiente, identificamos, alinharam a PME/RJ aos princípios da UNESCO em torno do “ideal do desenvolvimento sustentável”.

¹² São atribuições do Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão deliberativo de representação paritária do Poder Público e da sociedade civil, assegurada a participação de um membro da Procuradoria-Geral do Município, resguardadas outras atribuições estabelecidas em lei, **definir, acompanhar, fiscalizar, promover e avaliar** políticas, ações, projetos e programas referentes às questões relativas ao meio ambiente. http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4595879/4116266/atribuicoes_consemac.pdf

A metodologia, além do mapeamento dos sujeitos coletivos envolvidos na PMEa, consistiu em oito entrevistas semiestruturadas que tiveram um papel apenas de complementação de informações acerca de dois cursos de formação em educação ambiental da prefeitura. As análises das transcrições das entrevistas foram utilizadas de forma complementar, sendo a principal fonte de pesquisa o conjunto de dois pareceres e noventa e duas atas da Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental (CSPEA) no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMAC). Os sítios eletrônicos da SME/RJ e SMAC/RJ foram utilizados como fonte de dados da pesquisa, uma vez que estes órgãos estatais possuem a atribuição de executar a PMEa/RJ.

De acordo a metodologia da Mendonça (2014), a relação entre sociedade civil e sociedade política expõe a atuação dirigente da fração de classe rentista bem como a atuação de setores do empresariado nacional e internacional. A forma de entendimento da atuação dos aparelhos privados de hegemonia está aqui sendo empreendida pelo movimento realizado da sociedade civil para a sociedade política. Para analisar o processo de formulação da PMEa/RJ, analisamos as formulações dos APH FGV e Invepar. Para desvendar quem são os agentes em conflito no processo de formulação da educação ambiental resultada na Lei 4.791/08, a tese recorreu a pesquisas sobre a ideologia do desenvolvimento sustentável. A pesquisa teve como procedimento um mapeamento das atas com base em suas concepções de Estado, sociedade civil, educação e educação ambiental dos APH e seu rebatimento na sociedade política (nas atas da CSPEA).

O documento “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2005) foi um marco sobre o tema do reformismo ambiental e sua sistematização foi realizada por intelectuais coletivos da FGV e da Invepar¹³ - “Cadernos da FGV”¹⁴: “Cidades Inteligentes e Mobilidade Urbana” e “Educação: políticas públicas e propostas”, além do periódico “Estado, Governo e Políticas Públicas Eficientes” e a “Política de Sustentabilidade do Grupo Invepar”¹⁵. Estas foram as fontes

¹³ Fonte: <http://www.invepar.com.br/show.aspx?idCanal=H6ItzQ8kUNMRfKzzCzgNtQ>. Acessado 02/08/2017 as 15:21h

¹⁴ Fonte: <http://portal.fgv.br/projetos> Acessado 26 08 2017 às 6:16:44 hrs.

¹⁵ A empresa Instituto Invepar é formada pela OAS e fundos de investimento, inclusive fora do país, como é o caso do Peru. A Invepar tem controle sobre quase 2 mil Km de rodovias no Brasil.

de pesquisas utilizadas na tese para entendermos em que medida existe o reatamento dos princípios da FGV e Invepar na análise das reuniões da CSPEA de 2006 a 2016, durante o processo de formulação, regulamentação e implementação da PME/RJ.

Houve a emergência de espaços e coletivos como os conselhos municipais de educação e de meio ambiente, conquistas garantidas pela lei brasileira a partir de 1988, num contexto de ressignificação da expressão “sociedade civil”. A dinâmica da acumulação do capital resultou na luta intraclasses pelas novas formas de organização e produção do trabalho, na reprodução do sistema de valores e de preceitos liberais renovados na ideia de sociedade civil destituída de seu fator de classe (FONTES, 2010) e de governança.

Estudos sobre as mais recentes metamorfoses da classe dominante foram feitos por Castelo (2013), Lamosa (2014), Fontes (2010), Neves (1997), Martins (1998), Leher (1994), Rodrigues (2007) e Mendonça (2006) (referências desta tese). Na década de 1990, o debate sobre Estado, políticas públicas educacionais e gestão foi utilizado na análise destas disputas intra e inter classes no município do Rio de Janeiro. Foram utilizados também estudos sobre gestão da educação, Estado, políticas públicas e gestão compartilhada, Barreto (2015); Peroni, (2003), Rothen & Fernandes (2012), Lima (2004), Neto (2007), Martins, Calderón, Ganzeli, Garcia (2013); Pastorini, Alves, Galizia (2011).

A pesquisa exigiu o diálogo com dois trabalhos sobre a gestão gerencial entre 2009 e 2012 no município do Rio de Janeiro (SANTOS, 2015a; SANTOS, 2015b, LEHER, 2014). Nestes estudos foram relacionadas as mudanças na política educacional com os princípios do gerencialismo comuns ao processo de alteração administrativa com a contrarreforma liberal do Estado.

A análise documental realizada nos primeiros dois anos da pesquisa identificou os seguintes documentos que resultaram deste processo: a Lei N^o 4.791/08, o Decreto 37.526/13 e os projetos de lei - PL 1233/03, PL 166/05 e PL 1219/07. Foram realizadas análises de trechos de discussões e falas registradas no Diário Oficial do Município (DCM) conseguidas em levantamento realizado nos arquivos da casa legislativa municipal. Foi realizado ainda levantamento de dados e pesquisa documental para se

Recentemente, o Grupo ganhou o leilão para construção civil de mobilidade urbana. O Instituto Invepar integra o grupo de Empresas Listadas, uma organização empresarial, ligadas diretamente à Bovespa, bolsa de valores de São Paulo.

aproximar das especificidades da PME/RJ. A análise de conteúdo de alguns documentos foi necessária porque o processo de formulação poderia ser apreendido nas atas, leis, resoluções, pareceres e demais instrumentos legais voltados para o tema.

Acompanhamos o processo de construção o Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEA/RJ), voltado para “estabelecer diretrizes, objetivos, linhas de ação e metas que nortearão os projetos e ações”. A seleção dos temas transversais de pautas foi realizada com base nas formulações dos agentes envolvidos.

O processo de instituição da PME/RJ envolveu três aparelhos estatais na sociedade política, os órgãos Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC/RJ) e Câmara de Vereadores; e intelectuais coletivos organizados por aparelhos privados hegemonia (APH). Foi necessário investigar os sujeitos coletivos organizados na sociedade civil que contavam com representantes em órgãos da sociedade política (órgãos estatais). A partir do levantamento da composição da sociedade civil, por meio da investigação junto aos aparelhos privados ligadas ao processo de formulação da PME/RJ, os passos seguintes incluíram 1) identificação dos sujeitos e, também, os sujeitos coletivos e as ações coletivas e 2) reconhecimento das forças sociais em confronto “personificadas” por estes grupos. O primeiro procedimento metodológico consistiu em um mapeamento das forças políticas inseridas no interior do Estado ampliado, entendendo-o como resultado da correlação de forças (MARTINS, 2013; MENDONÇA, 2006; RODRIGUES, 2007).

Uma vez identificada a correlação de forças entre frações de classe e suas respectivas organizações por eles representadas, desvendaram-se suas campanhas e propagandas ideológicas, slogans e formas de correlação com a sociedade política (MENDONÇA, 2014). Os portadores materiais da sociedade civil foram os aparelhos privados de hegemonia, que atuaram no sentido de mediação com a sociedade política (COUTINHO, 2007). A segunda forma procedimental consistiu na identificação da base social destes sujeitos coletivos, suas forças sociais, bandeiras, campanhas e slogans de luta.

Foram coletados dados em um portal eletrônico de difusão da SME/RJ, chamado de “Rio Educa”¹⁶ composta por uma “Equipe Educa”, na qual cada Coordenadoria

¹⁶ <http://www.rioeduca.net/sobrenos.php> Acessado 11 04 2016

Regional de Educação (CRE) possui um representante. São ao todo onze CREs em uma rede de mais de quarenta mil professores, o que faz do portal importante canal para coleta de dados disponíveis via sítio eletrônico oficial do governo municipal. Neste portal, existiam contatos de blogs associados ao sítio oficial, sendo um deles o que mais nos interessa especificamente, o “Blog da Extensividade”, onde estavam os projetos de educação ambiental, ou seja, os projetos considerados extracurriculares¹⁷.

Foram utilizadas as seguintes fontes de dados: os blogs do PROMEA-RJ e “Blog da Extensividade” da SME-RJ, os sites da SME-RJ e SMAC-RJ, as publicações das empresas, institutos e organizações não governamentais, entre outras que atuaram na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, no processo de implementação da PME/RJ.

Na pesquisa bibliográfica foram identificadas vinte referências como resultado da pesquisa no banco de teses da Capes a partir das palavras "educação ambiental", "município", "rio de janeiro", após a leitura de todos os resumos, foi realizado diálogo com oito trabalhos, ficando os outros sem ter ligação com o objeto desta tese. No que se refere à relação escola-empresa, a dissertação de Patrícia Plácido (2012)¹⁸ teve como objetivo estudar os limites e possibilidades da parceria público-privada, tendo como objeto um programa da empresa alemã Thyssenkrup em escolas públicas de Santa Cruz/RJ e Itaguaí/RJ entre 2011 e 2012. A metodologia usada foi a análise crítica do discurso e o resultado da pesquisa mostrou que as concepções de Educação Ambiental presentes no programa da empresa se afinaram com as tendências conservadoras do campo da educação ambiental.

Diferentemente do estudo de Plácido (2012), que focalizou um programa específico, a presente tese se destinou a entender como se concretizou a PME/RJ, não se restringindo a escolas específicas e nem a programas específicos. Por isso, tratamos de reconhecer, enfim, que a dissertação de Patrícia Plácido não tratou da rede pública municipal especificamente, o que representou uma lacuna no campo de pesquisa em educação ambiental preenchida pela presente tese. Também há diferenças de concepção acerca das categorias como, por exemplo, as parcerias público-privadas.

¹⁷ A chamada “Equipe de Extensividade” da SME/RJ foi uma novidade da gestão de Eduardo Paes.

¹⁸ “Os programas de educação ambiental na relação empresa-escola: uma análise do programa de educação ambiental da Thyssenkrupp CSA (PROCEA) no município de Itaguaí/RJ”.

A pesquisa se justificou em parte por esta ser uma rede municipal de ensino robusta, com 1004 escolas, 674.312 alunos matriculados e 42.903 professores¹⁹. Se justificou também pela minha percepção de que houve, nos últimos cinco anos, a incidência de um modelo gerencialista de política pública a partir do governo Paes (2009-). A questão ambiental vem sendo um objeto especialmente relevante em função da intensidade da expropriação da natureza nas políticas de exportação de *commodities* e de exploração de petróleo que resultaram em efeitos ambientais destrutivos. Neste contexto, as políticas voltadas para educação e, especificamente, para educação ambiental, foram adaptadas às determinações da economia no processo de reorganização de territórios. Nos últimos trinta anos, pois, foi maior e mais a intensa destruição da natureza pela exigência de expansão territorial imposta pela divisão internacional do trabalho (MESZAROS, 2013; HARVEY, 2014).

Foram objetos de estudo também as práticas de educação ambiental nos municípios de Duque de Caxias (GARRIDO, 2012²⁰; FLORIANO, 2011)²¹, município de Volta Redonda (GURGEL, 2012)²², municípios de Juiz de Fora (MG) (VIEIRA, 2012)²³, Resende (RJ)²⁴ (VIEIRA, 2011) e Petrolina (PE) (SANTANA, 2012)²⁵; além disso, especificamente no município do Rio de Janeiro, o trabalho de Islene de Figueiredo Porto (2012)²⁶ analisou os Polos de Ciências e Matemática. Estes estudos possuíram abordagens variadas, reunindo desde estudos sobre educação ambiental como instrumento de gestão pública, estudos sobre participação das comunidades escolares frente aos projetos de educação ambiental, estudos sobre cartografia social na área de Psicologia Social, passando por estudos sobre as concepções de educação ambiental crítica e transformadora, até uma análise voltada para entender a relação empresa-escola. Nenhum destes trabalhos, no entanto, estudou especificamente a Política

¹⁹ Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>. Acessado 08/08/16.

²⁰ “A percepção de meio ambiente por alunos do ensino fundamental com referência na educação ambiental crítica”

²¹ “Educação e meio ambiente na baixada fluminense: uma proposta de educação ambiental crítica numa escola municipal em duque de Caxias – RJ”

²² “Gestão ambiental municipal: estudo de caso de volta redonda/RJ, no período 2005-2012”

²³ “Educação ambiental e a questão do lixo em uma escola pública municipal de juiz de fora: contribuições do projeto rota verde”

²⁴ “A educação ambiental como instrumento de gestão: o caso do município de Resende, RJ”

²⁵ “Participação das escolas de caatinguinha, tapera e bebedouro no projeto mata ciliar realizado no município de Petrolina- PE”

²⁶ “Polos de ciências e matemática: estudo sobre identidades profissionais docentes a partir de um projeto de formação em serviço”.

Municipal de educação ambiental na cidade do Rio de Janeiro, o que tornou esta tese inédita e relevante pela possibilidade e necessidade de avaliação e acompanhamento (controle social), que permitiu reunir um conjunto de alicerces científicos para qualificar sua execução. A Tabela 1, em anexo, contém as referências encontradas no banco de teses da CAPES.

A pesquisa bibliográfica identificou outras duas pesquisas que abordaram as políticas municipais de educação ambiental (VELOSO, 2006) e LAMOSA (2010). O estudo de Velloso (2006) que teve como objetivo compreender a dinâmica da educação ambiental na rede pública do município do Rio de Janeiro, concluiu que existiu um hiato entre o que foi planejado e o que se deu na prática do cotidiano escolar e que uma condicionante identificada foi uma política pública de formação continuada de professores de educação ambiental na rede municipal. De acordo com os resultados do estudo de Velloso (2010), entre 2000 e 2005, no município do Rio de Janeiro, 875 professores da rede pública municipal participaram em um total de 35 minicursos (8 horas). Os indicadores deste trabalho (a partir de 40 avaliações de professores que fizeram os minicursos) apontaram para uma compreensão superficial sobre educação ambiental. Segundo Velloso (2010), parte dos professores associou educação ambiental a ecoturismo, por exemplo, para ilustrar tal superficialidade de conhecimento sobre a área.

O estudo de lamosa (2010) realizado na rede municipal de Teresópolis, investigou a inserção da educação ambiental em vinte e seis escolas. O autor utilizou o questionário realizado pelo próprio MEC, “O que dizem as escolas que fazem educação ambiental? ”, pois de acordo com esta pesquisa encomendada pelo governo, em 2004, a educação ambiental estava universalizada nas escolas. A pesquisa de lamosa (2010) revelou uma menor presença de organizações não governamentais nos projetos de educação ambiental daquelas escolas, bem como revelou a presença de empresas, como a Industria Comary de bebidas, a Cedae e a Ampla. A presença maior de empresas em projetos de educação ambiental é um dado que reforça a tendência nacional: a inserção da educação ambiental nas escolas tem sido mediada por empresas e Ongs, em detrimento da participação dos profissionais da educação nas escolas.

A atuação de professores da rede, de ONGs, de empresas e partidos foram condicionadas pelos desdobramentos da Eco 1992, se desdobrou na política nacional de

educação ambiental (PNEA), em 1999, que gerou demandas aos estados e municípios. Sem a existência de uma política municipal de educação ambiental a estratégia de atuação da secretaria municipal de ensino era a mobilização das escolas públicas municipais pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), na tarefa de produzir a educação ambiental escolar. À partir da mobilização de vereadores como a Aspásia Camargo (PV), para formular a PME/RJ, entre 2003 e 2007, houve disputa pela formulação da PME/RJ²⁷.

A tese foi organizada em quatro capítulos: no capítulo I apresentamos uma análise histórica sobre o desenvolvimento e a crise do capitalismo, dimensão que norteia a tese. Neste capítulo, a primeira parte trata do desenvolvimento do capital e de suas crises cíclicas, a partir de pesquisas sobre o imperialismo (LÊNIN, 1917), depois passando a analisar natureza estrutural da crise do capital.

O capítulo II tratou da recomposição burguesa: o primeiro tópico, apresentou as origens do neoliberalismo - a Escola Austríaca como alternativa à crise de 1929, pelos debates envolvendo Maynard Keynes e Friedrich Hayek. No terceiro tópico do capítulo II, voltou-se para o movimento infraestrutural de recomposição burguesa, a partir da crise do fordismo, da ascensão do toyotismo e do receituário neoliberal, no leste europeu e na América Latina. Por fim, apresentamos o movimento superestrutural de recomposição burguesa concretizada na reforma do Estado, como aspecto central das análises. O PSDB reproduziu a reforma da terceira via, na aliança com PMDB a partir da década de 1990 no governo de Fernando Cardoso (1993-2001), que foi continuada pela gestão petista desde 2002. A contrarreforma liberal brasileira resultou em uma ofensiva da burguesia contra a classe trabalhadora, com a retirada de direitos trabalhistas, na intensificação da exploração e na progressiva captura da “subjetividade” do trabalhador. A atuação no campo ideológico, como parte da superestrutura do Estado, possuiu a função de estabelecer consensos passivos, acordos provisórios, sem a participação das massas, despolitizando a relação capital x trabalho e criando a possibilidade de “disputar” o trabalhador, até conformá-lo à lógica gerencial.

No capítulo III desenvolvemos a relação entre a educação e o reformismo ambiental no Brasil, tratou da organização no país do Estado gerencial onde analisamos

²⁷ Na mobilização de professores da rede municipal, junto ao SEPE e à UFRJ, UFF e UFRRJ, foi feito um seminário para tratar do tema. A disputa foi travada em torno da participação ou não dos profissionais da educação na formulação da política.

a amplitude e magnitude deste conceito partindo de uma pesquisa sobre a questão social (MONTANÕ, 2010; MOTTA, 2012). No 3.1 chamado de “Reformismo Ambiental”, analisamos os documentos da “Década para o Desenvolvimento Sustentável” (2005-2015), relacionando-o com o pensamento pós-moderno de negação do conflito de classes. Trata-se de um discurso marcado pela influência na “terceira via” de Giddens (2007) no tocante ao gerencialismo. E, no 3.2, “A dinâmica de implementação da PME/RJ”, apresentamos os sujeitos coletivos envolvidos no processo de construção da Lei 4.791/08, a partir dos dados empíricos.

E, por fim, no capítulo IV, “A Política Municipal de Educação Ambiental”, apresentamos uma análise dos dados empíricos no estado ampliado no estudo de caso na prefeitura do Rio de Janeiro. Na primeira parte, no 4.1, chamado “A PME/RJ na sociedade civil”, fizemos a análise de conteúdo de documentos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre Estado, sociedade civil, educação, educação ambiental e sustentabilidade. E, por fim, no 4.3 “A PME/RJ na Sociedade Política”, fazemos a análise de conteúdo das atas da Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental (CSPEA), sobre as concepções hegemônicas de Estado, sociedade civil, educação, educação ambiental (sustentabilidade) e políticas públicas, para entender o processo de formulação da PME/RJ. De forma complementar, as análises dos registros dos debates parlamentares na Câmara de Vereadores no processo de tramitação da PME/RJ, desde 2006, foram inseridos nos debates, em especial na relação entre os princípios do desenvolvimento sustentável da UNESCO e as formulações da FGV sistematizando estes princípios e seu rebatimento nas atas da CSPEA.

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO E CRISE DO CAPITALISMO

Este capítulo tem como proposta realizar uma análise histórica sobre o desenvolvimento e a crise do capitalismo. O tópico 1.1 “Estado ampliado” apresenta o referencial teórico metodológico que norteia a tese, onde é apresentado o conceito gramsciano. Na segunda parte 1.2, tratamos da crise estrutural do capital que se agravou, segundo os estudos trazidos, nos anos 1970, mostrando como a crise foi especialmente aguda no fosso entre países centrais e periféricos. Foram utilizados os estudos sobre financeirização do capital e sobre os elementos constitutivos da crise, do aumento do desemprego e da pobreza nos países centrais do capital, como os Estados Unidos.

Como base histórica tratamos da alteração processual que marcou a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, em uma diferenciação entre capital e capitalismo sugerida por Istvan Meszáros (2012), acrescentando as formulações do economista estadunidense Paul Marlor Sweezy (1983) e do economista britânico Maurice Dobb (1963). Neste tópico tratamos também do modelo taylorista e fordista de produção, enfatizando o contexto de resposta do capital à crise que se iniciou no século XIX, contexto este marcado pela passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. A crise do capitalismo gerou uma resposta ao processo de queda na taxa de lucros, no novo modelo de acumulação fordista, que aprimorou a racionalização dos processos de trabalho do taylorismo. Esta seção também buscou enfatizar a relação entre tecnologia e trabalho no imperialismo, pois a segunda guerra mundial possibilitou a supremacia global da economia norte-americana, solidificada com o crescimento das indústrias bélica, farmacêutica, de sintéticos etc.

1.1 Estado Ampliado: referências teórico-metodológicas

A presente pesquisa exigiu, do ponto de vista teórico-metodológico, o uso do conceito Estado Ampliado, cunhado por Bucci Glukcman (1980), inspirado na expressão Estado Integral desenvolvida por Antônio Gramsci nos “Cadernos” (GRAMSCI, 2011). Para Castelo (2013), os conceitos de “bloco histórico” e de

“Estado” de Gramsci (2011) não operam como “dualidade excludente”, mas como “unidade de contrários” que “funcionam por múltipla determinação” (CASTELO, 2013, p.49-50)²⁸. A concepção de Estado foi necessária para o presente estudo movido pelos debates sobre políticas públicas e recomposição burguesa no estado neoliberal. De acordo com Luciano Gruppi (1980),

Gramsci coloca o problema de como se mantém coesa uma sociedade determinada, isto é, um ‘bloco histórico’ dado, um conjunto de forças políticas e sociais (...) esse ‘bloco histórico’ obtém o consenso entre operários e camponeses cujos interesses se opõem aos da sociedade capitalista, não só pela influência política – diz Gramsci – mas também pela ideologia. A ideologia é o que mantém coeso o bloco histórico, que solda entre si seus elementos, que permite manter unida classes sociais diferentes e com interesses opostos, antagônicos. A ideologia é o grande cimento do bloco histórico, faz parte de sua edificação (GRUPPI, 1980, p.82)

Nas palavras de Christine Buci-Glucksman (1980), “Gramsci analisa a correlação de forças como um *equilíbrio instável*” (BUCI-GLUKCSMAN, 1980, p.129) (itálico da autora). Em uma análise no item “O Estado e sua ‘base histórica’” (aspas da autora), afirma que “o equilíbrio no sentido gramsciano define sempre uma correlação de forças contraditórias, que põe em jogo” (BUCI-GLUKCSMAN, 1980, p.130) a base histórica. Na concepção de Buci-Glucksman (1980), o autor italiano partiu de estudos de Lênin (1975), sobre o lado mais fraco do imperialismo, os conceitos de “momento atual” e “meio de apoderar-se de um elo (o mais débil) de uma cadeia” - com ascensão do fascismo europeu - foram elementos da teoria política marxiana reelaborados e assimilados por Gramsci em uma perspectiva anti economicista e antiliberal que levou a tese da ampliação do Estado (BUCI-GLUKCSMAN, 1980, p.131).

“Assim, é realmente do conceito leninista de crise (do papel do Estado em uma crise) que orienta a crítica gramsciana ao economicismo, sua visão da crise de hegemonia como crise do Estado em seu conjunto (= Estado integral)” (BUCI-GLUKCSMAN, 1980, p.131).

“Assim que o grupo social dominante esgota sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a ‘coerção’ pode substituir a ‘espontaneidade’ sob formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e os golpes de Estado” (GRAMSCI, 2011, p.65).

²⁸ “Estado ampliado (sociedade civil e sociedade política), bloco histórico (base e superestrutura), revolução (guerra de manobra e guerra de posição), crise orgânica (econômica e de hegemonia), supremacia (hegemonia e ditadura ou consenso e coerção)” (CASTELO, 2013, p. 49-50).

É possível perceber no trecho acima a questão da durabilidade do equilíbrio instável entre coerção e consenso chamada por Gramsci (2011) mediante a adesão orgânica nas disputas entre classes e intraclasses, perante as relações sociais próprias do modo de produção capitalista. Este equilíbrio entre ditadura e hegemonia corresponde ao conceito de “supremacia”²⁹ que é realizada pela fração de classe dirigente antes e depois da conquista do Estado, de forma a ser ao mesmo tempo dirigente e dominante, em contextos de crise de hegemonia como o pano de fundo na formulação teórica de hegemonia em Gramsci (2011). De acordo com Luciano Gruppi (1980), Gramsci chama a ditadura do proletariado de hegemonia porque quer salientar a função dirigente, a conquista do consenso, a *ação de tipo cultural e ideal* (grifos do autor) que a hegemonia deve desempenhar” (GRUPPI, 1980, p.78). Em suas palavras

“A hegemonia é justamente a capacidade de descobrir a especificidade nacional, as características específicas de uma sociedade determinada. A hegemonia é conhecimento, além de ação, por isso é a conquista de um novo nível de cultura, é a descoberta de coisas que não se conhecia” (GRUPPI, 1980, p.81)

“Segundo Gramsci, são os intelectuais, os que mantém coeso o bloco histórico, os que elaboram a hegemonia da classe dominante: seria apenas dominante e opressiva, faltar-lhe-ia a base de massas, o consenso necessário para exercer o seu poder” (GRUPPI, 1980, p.84).

“Se a relação entre intelectuais e povo-Nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o ‘bloco histórico’” (GRAMSCI, 2011, p. 222)

²⁹ “A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção’ intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e aliás deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. Os moderados continuaram a dirigir o Partido da Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e chamado ‘transformismo’ foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política” (GRAMSCI, 2002, p.62) (aspas do autor).

Foi possível perceber nos trechos acima o papel dos intelectuais orgânicos como vocalizadores na direção moral e intelectual de uma dada fração de classe sobre outras. É possível perceber que, neste caso, a adesão é um elemento da estratégia de manutenção da hegemonia no Estado onde há uma sociedade civil desenvolvida com a socialização da política, que é a entrada da classe trabalhadora nos espaços de decisão e representação estatais. Esta passagem ilustrou a ação coletiva no processo histórico, bem como ressaltou a dimensão subjetiva da direção moral, pelo “sentimento-paixão” que se torna “compreensão”, além de sublinhar o conceito de “representação”, compondo o conjunto de elementos deste novo Estado exigido para a superação das crises inerentes ao desenvolvimento do capital.

O contexto no qual Gramsci (2011) escreve é da análise culminada em uma teoria política a partir de Lênin (1975), então “sua preocupação recai sobre a dinâmica da política na era imperialista, tentando produzir uma reflexão teórica capaz de desvendar as determinações das lutas de classe nas primeiras décadas do século XX” (CASTELO, 2013, p.37). Na nota 21, dos “Cadernos Miscelâneos”, chamada de “Validade das ideologias”, é trazida a expressão de Marx (1975) - “solidez das crenças populares” -, na qual realçou a força de persuasão destas formas de concepção de mundo. Gramsci (2011) ressaltou a comparação de Marx (1975) entre a “solidez” e uma “força material”, considerando-a, então, “muito significativa”. Nas suas palavras

“A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo, puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 2011, p.238).

A passagem acima é a da definição de “bloco histórico”, pois este afirma ser um fortalecimento da concepção deste conceito. A relação capital-trabalho explica a relação entre as “forças materiais” e o “conteúdo”, na produção, na circulação e na venda no mercado nacional ou internacional, para realizar a mais valia produzida. E o conteúdo, no trecho acima, é relacionado à unicidade entre forma e conteúdo, pois Gramsci (2011), nesta passagem, destaca a “distinção entre forma e conteúdo, [como] puramente didática” (GRAMSCI, 2011, p.238). A concepção de Estado que situa os sujeitos em relações com seus contextos não é frequente no campo da educação ambiental, “sem

ficar claro o que é ser bom, para que cultura e para quem se é bom” (LOUREIRO, 2015, p.52).

Contra a interpretação de bloco histórico como aliança, existe a perspectiva na qual Gramsci usou conceitos como “bloco social”, “bloco intelectual-moral” e “bloco ideológico”, entendendo-o como articulação entre estrutura e superestrutura (CASTELO, 2013). De acordo com a perspectiva gramsciana a análise da correlação de forças demonstra as estratégias de atuação, ocupação de espaços e defesa de projetos das frações de classe não hegemônicas e hegemônicas desta sociedade, uma vez que a hegemonia é reproduzida através dos aparelhos privados de hegemonia (que integram a sociedade civil ou o Estado em sentido integral). Em sua nota “Luta Política e Guerra Militar”, o autor sardo ressaltou que na ciência política “as superestruturas da sociedade são como o sistema de trincheiras da guerra moderna” (GRAMSCI, 1968, p. 73). No Estado Ampliado, não é possível abrir mão dos aparelhos repressivos do Estado, como a polícia e as formas armadas, aeronáutica, marinha e exército. Segundo Gramsci (1968),

“No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, 1968, p.75)

A passagem acima é a da definição de Estado, mas deve-se considerar que este estava atualizando a teoria política de Lênin. O Estado “ocidental”, é estruturado de forma distinta, já que as “casamatas” implicam em uma renovação na estratégia de dominação, no equilíbrio entre consenso e ditadura, geradora das “revoluções passivas”³⁰. No levantamento realizado, Mendonça (2007) apontou que a maioria dos trabalhos sobre Estado no Brasil reproduz a dicotomia “Estado/sociedade civil”, pela ideia naturalizada de que o “Estado tem predominância sobre a sociedade e em que as práticas de Estado estariam isentas de embates” (MENDONÇA, 2007, p.5). Distinta desta concepção “mítica”, “natural” e “atemporal”, o Estado, na perspectiva do

³⁰ Gramsci usou esta expressão para explicar a formação do Estado burguês italiano, então foi formulada para entender os movimentos de restauração e conservação via consenso passivo (aceitação resignada) da ordem. Porém, ao mesmo tempo, tais movimentos implicariam uma “renovação” (recomposição), pelo acolhimento de propostas que vêm “de baixo”. As classes dominantes reagem a pressões, estas reações mantêm a ordem e esta série de “concessões” abre novas formas de modificações (COUTINHO, 2010, p.).

materialismo histórico, é uma relação social marcada pelo conflito entre capital e trabalho.

Portanto, segundo Mendonça (2014), são quatro as premissas desta ferramenta teórico-metodológica: 1) que a sociedade civil é “o espaço de correlações de forças específicas que originam o surgimento e organização das entidades estudadas; 2) a “verificar quais eram as forças em confronto por eles ‘personificadas’, 3) contextualizar os sujeitos a partir de determinantes estruturais, e 4) só é possível falar de atores coletivos a partir de ações coletivas (MENDONÇA, 2014, p.39-40). Ainda de acordo com esta autora, as pesquisas sobre políticas públicas devem ter como premissa a concepção de Estado, o que implicaria pesquisar,

“Sobre quais sujeitos coletivos, organizados na Sociedade Civil contam com representantes – intelectuais – junto a que organismos estatais. Estudar o Estado é verificar a que interesses – quase sempre conflitantes – suas várias agências privilegiam, ao definir e perpetrar suas mais distintas políticas” (MENDONÇA, 2007, p.7).

No Estado “ocidental”, a sociedade civil é o espaço de lutas ou “reformas passivas” que foram destinadas a conservar e modificar (mesmo que molecularmente) a formação do bloco histórico “no” poder. Esta seção indicou as referências teórico-metodológicas que norteiam a tese, exigindo a análise do contexto histórico de emergência da crise dos anos 1970, para aprofundarmos as análises da recomposição burguesa nos âmbitos infraestrutural e superestrutural do Estado burguês. Vejamos agora as características do modo de produção capitalista desde seus primórdios para ampliar o debate sobre a recomposição burguesa, o reformismo ambiental, os atuais sujeitos coletivos envolvidos na materialização da PME/RJ e o papel das políticas públicas e do Estado no processo de reprodução do capital na contemporaneidade.

1.2 A crise estrutural do capital

As formas de reação do capital à crise envolveram a admissão por parte de seus porta vozes que estamos em meio a uma crise profunda, que dificilmente será negada por mais tempo (MESZAROS, 2011, p.18). A natureza da crise foi reconhecida em uma reportagem do jornal inglês “The economist” que afirma a dificuldade de “salvar o sistema” (capa de 11/10/2008) (MESZAROS, 2011, p.19). Em 2008, nos EUA, as grandes companhias hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac foram salvas com dinheiro

público - um montante de 5,4 trilhões de dólares, no processo de “nacionalização da bancarrota capitalista” (ibidem, 2011, p.22)³¹. Seria insanidade acreditar nesta solução como algo perdurável, inclusive porque é preciso resolver o problema da liquidez dos bancos, sua insolvência e, para além do setor financeiro, problemas no setor produtivo como, por exemplo, a “humilhada” Ford Corporation, perdendo em competitividade para os japoneses e à arquirrival europeia General Motors (MESZAROS, 2011, p.24).

A atual crise estrutural trouxe questões e desafios para as frações de classe dominante, com destaque para o setor financeiro. As frações de classe financeira se organizaram nos organismos multilaterais em torno de uma agenda política e econômica suficiente para convencer a opinião pública da necessidade de alterar o modelo de Estado. Aos especialistas da economia coube a tarefa de medir as possibilidades (sempre norteadas pela flutuação do mercado) de sustentar as taxas de lucro que, após 1973, decresceu, principalmente considerando a crise do modelo fordista que gerou a necessidade de uma reestruturação produtiva no fim da “era de ouro do capital” (HOBSBAWM, 1994, p.56). A possibilidade de crescer economicamente foi efetivada com as novidades desenvolvidas pelo modelo toyotista de produção, inclusive na relação entre mercado e Estado. No entanto, nem o modelo japonês foi suficiente para conter uma tendência na década de 1970 de uma crise estrutural marcada por uma limitação histórica, a já conhecida finitude dos recursos naturais. Esta crise foi incorporada na retórica do capital, no movimento de desconstrução da função e do papel do Estado de Bem-Estar Social. A universalidade do capitalismo é um dos elementos constitutivos da crise estrutural, agravado na década de 1970 por estar associada a dificuldades na esfera da circulação de capital. Na crise estrutural o capital encontrou os seus próprios limites e uma das manifestações desta crise foi a destruição ambiental. A competitividade e a concorrência intercapitais geraram como consequências negativas a destruição da força e a degradação crescente do meio ambiente, então

“Sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade em geral. Como exemplo desta tendência,

³¹ Em 2006, 946 pessoas no mundo concentravam o patrimônio de 3,5 trilhões de dólares e, no mesmo ano, os vinte brasileiros mais ricos acumulavam um montante de 64 bilhões de dólares (LOUREIRO, 2011, p.21).

acrescenta o autor: é suficiente pensar sobre a selvagem discrepância entre o tamanho da população dos EUA – menos de 5% da população mundial – e seu consumo de 25% do total dos recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para calcular o que ocorreria se os 95% restantes adotassem o mesmo padrão de consumo/’ (MESZÁROS, 2002, p.16).

Com base no trecho acima é possível assinalar que este aspecto da crise estrutural é a contraditória natureza da ordem sociometabólica do capital. Na medida em que a produção atinge patamares mais elevados, a carência de recursos naturais e condições objetivas e subjetivas de vida levaria crescentemente bilhões de pessoas para a miséria absoluta. Além disso, o trecho aponou como possível futuro um sistema fora de controle que não esteja em crescente autodestruição da humanidade.

A este elemento destrutivo do capital deve ser acrescentado a necessidade de convencer a sociedade que este é o único sistema possível. A tarefa de convencimento ideológico deve ser contínua para a reprodução do capital, mesmo que esteja este fortemente amparado por um crescente índice de mais valia convertida em capital. No entanto, a ideologia hegemônica foi criticada ao longo de toda a década de 1980 e 1990 por uma esquerda fragmentada. E, ademais, acrescentamos uma componente superestrutural da crise estrutural o que chamaríamos de *crescente e complexa dificuldade do capitalismo contemporâneo na tarefa de solidificar sua autoimagem de forma segura e duradoura*. Uma das formas da contradição se manifesta na ambiguidade com que a burguesia aborda o Estado e formula os critérios para uma intervenção estatal na economia: ora glorifica o Estado pelos empréstimos a fundo perdido dos bancos centrais aos bancos privados, ora crucifica-o por indevida ingerência na economia ou por um aparato robusto e burocrático em demasia.

A crucificação da burocracia foi o que mais ocorreu nos anos 1970, quando o discurso da burguesia foi voltado para a desregulamentação da economia e liberalização dos mercados financeiros pelo mundo. A tentativa de sustentar as taxas de lucro se deparou com um problema mais profundo acerca da natureza da crise, tendo em vista a enorme dívida pública contraída por países como os EUA. Como solução para este problema fiscal, nos EUA foram possíveis transferência do tesouro nacional para quitar a dívida pública, o mecanismo de empréstimos a países considerados “em desenvolvimento”, obtendo com estes movimentos o reequilíbrio no mercado (MESZAROS, 2002).

Na década de 1970, a resposta do capital à crise envolveu a utilização de mecanismos de acumulação, em uma atuação de reorganização limitada a esfera fenomênica da crise (ANTUNES,1999). Sobre a eclosão das revoltas na crise do “welfare state”, um estudo apontou o surgimento em larga escala de um novo tipo de “proletariado, cuja forma de sociabilidade, marcada pela massificação, ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe” (ANTUNES, 1999, p.41). Os sindicatos patronais e dos trabalhadores foram, no Brasil, muito influenciados por uma cultura antimarxista, além da adesão de setores de ponta da economia. A participação restrita imposta pela ditadura militar entre 1937 e 1945 e entre 1964 e 1985, foi somada a um forte componente agroindustrial na economia. A crescente economia dos anos 1968-1972 foi estagnada na década de 1980 e veio acompanhada de um grandioso movimento social que passava pelas seções sindicais, as associações de bairros, até a vanguarda de uma esquerda política disposta a disputar o poder nas urnas.

O Brasil foi afetado pela crise de 1982 e foi iniciada uma longa crise que se sustentaria até meados 1994 com o Plano Real. A década de 1980 no Brasil foi marcada por uma transição da ditadura para a democracia formal, porém no final desta década foi necessária a adesão do Brasil a um projeto internacional de liberalização do mercado. No nosso caso, em desvantagem competitiva, significou a “desertificação neoliberal” marcada pela desindustrialização da economia brasileira. O impacto da reestruturação produtiva brasileira nos anos 1990 no mundo do trabalho gerou estudos no campo da sociologia do trabalho. O desemprego crescente e as campanhas favoráveis ao projeto de privatização da economia, acompanhadas de um processo de desindustrialização, formaram as marcas de nossa mescla entre elementos do toyotismo e elementos do fordismo periférico. Este processo, que ocorreu em toda a periferia do sistema e em alguns países como parte do crescimento econômico do capitalismo, foi a alta taxa de desemprego, o aumento da subcontratação e da terceirização, além de intensificação da exploração no aumento da transferência de unidades produtivas para unidades domésticas, como ocorreu na indústria de calçados. Há também maior exploração de mulheres, pois a composição dos trabalhadores no setor de telemarketing é formado por 70% de mulheres em condições de trabalho que possuem alto índice de lesão por esforço repetitivo (L.E.R) (ANTUNES, 2011).

Atrelado ao processo de flexibilização das leis trabalhistas foi a utilização da Participação nos Lucros e Rendimentos (P.L.R), um programa de remuneração variável que premia os funcionários que alcançarem metas de produtividade, ou seja, trata-se de remuneração por desempenho. No tocante ao contrato de trabalho, houve o aumento dos trabalhadores informais (sem carteira assinada) e, como foi verificado no setor bancário, o Plano de Demissão Voluntária (PDV), que permite uma negociação com o patrão de forma a reduzir os gastos das empresas com encargos sociais como o fundo de garantia (FGTS), além de ampliar as margens de produtividade por aumentar o controle sobre as expectativas e sonhos do trabalhador, na captura de sua subjetividade.

No setor bancário, a inserção da microeletrônica e da robótica foi impactante ao gerar uma massa de milhões de demissões, gerando muitas greves da categoria de bancários. A flexibilização da produção operou com a fragmentação da força de trabalho com graves consequências para a organização da classe trabalhadora. O índice de filiação sindical foi reduzido em função da diferenciação nas condições de trabalho ligada ao elevado grau de diferenciação das condições subjetivas e objetivas de trabalho, com a subcontratação e as novas modalidades de gestão mediante protagonismo dos fundos de investimento (fundos de pensão).

A organização da classe trabalhadora teve, desde os anos 1990, dificuldade para formular de forma unitária teses que englobassem as diferenciadas condições de trabalho. Considerando a redução de trabalhadores filiados e a emergência do sindicalismo de empresa (sem combatividade e sem a intenção de denúncia), o mundo do trabalho foi marcado por uma piora na condição ao nível econômico-corporativo e por uma piora na condição ao nível da “classe para si”. As formas diferenciadas de reestruturação produtiva no Brasil na década de 1990, então, foram dotadas de um aumento da intensificação da exploração do trabalho, pelo processo de flexibilização das leis trabalhistas, o que acarretou a subcontratação e a terceirização. A alteração nas condições de trabalho se deu também como reação do trabalhador ao processo de aproximação entre empresas e clientes, bem como a massificação da customização, produção por demanda, típico do modelo japonês “just-in-time”.

Em um estudo sobre a relação entre trabalho e subjetividade, foram colocadas como metas mostrar as evidências da obsessão pelo controle/manipulação/captura da subjetividade do trabalho nas práticas da gestão empresarial; a captura em si dos

valores, expectativas e sonhos no que chamou de “tempestade de ideologias” tende a corroer a percepção do real como elemento da desefetivação do trabalho vivo; em uma crítica do *homo psicologicus* subjacente as teorias da psicanálise. Na tese que procura sublinhar os elementos da captura do trabalhador, é analisado que

“No capitalismo manipulatório, as estratégias de negócios e gestão do trabalho procuram captar o aspecto emocional ou perceptivo. Na medida em que o toyotismo possui como nexos essenciais a busca pela ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo, ela torna-se a ideologia orgânica das estratégias empresariais sob o capitalismo global” (ALVES, 2015, p.57).

É possível perceber no trecho acima a especificidade de um elemento do toyotismo que foi a captação do “aspecto emocional ou perceptivo”, em uma explícita carência de um novo tipo de trabalhador. Deveria estar capacitado para realizar múltiplas funções e, por isso, existia no mercado a expectativa de um trabalhador polivalente, além de estar submetido a uma avaliação com foco para o controle de resultados de suas ações. A polivalência está fundamentada na lógica de racionalização da produção, que possui raiz no consenso produzido em torno de uma suposta “sociedade do conhecimento”, na qual há um maior acesso ao conhecimento (limitado ao seu aspecto instrumental) pela emergência da microeletrônica e da cibernética.

Um elemento indispensável para a captura da subjetividade do trabalhador é o controle sobre o desenvolvimento da sua capacidade de aprendizagem, em um “novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção” (ALVES, 2015, p.59). O autor acrescenta ainda que, “mais do que no fordismo, o toyotismo exige um tipo específico de homem possuidor de uma estrutura de gestos e pensamento” (ALVES, 2015, p.63). Vejamos mais detalhadamente elementos desta etapa do capitalismo, pelo conceito de “capitalismo tardio” do economista belga Ernest Mandel (1923-1995), o intelectual que teria vislumbrado uma reação burguesa à crise do capital dos anos 1970. A tese de Mandel (1981) apontou a irracionalidade do sistema capitalista, pois ao gerar uma superprodução acarreta desperdício de parte dos bens produzidos. Em suas palavras, sobre o “capitalismo tardio”

“O desequilíbrio crescente entre a concentração privada e consumo colectivo reproduz no seio das nações imperialistas o desequilíbrio entre nações ricas e nações pobres. A ideia de despesas de solidariedade, de socialização dos custos de satisfação das

necessidades elementares, em progresso constante no decurso dos anos trinta e quarenta sob a pressão de um movimento operário militante que ameaçava a existência do regime, está presentemente em declínio; e este último resulta do recuo temporário do movimento operário. Critica-se os "desperdícios" provocados pela "gratuidade" dos serviços sociais, e fecha-se os olhos sobre o desperdício social, importante, que representa o aumento rápido das despesas individuais com bebidas alcoólicas, drogas e o jogo. Alarga-se de novo as zonas de desigualdade nos domínios da saúde, onde elas pareciam estar a ponto de desaparecer. A desproporção impressionante entre o desenvolvimento da produção automóvel e o atraso da construção de auto-estradas, parques de estacionamento e de transportes urbanos rápidos simboliza esta contradição entre o consumo individual, que o sistema procura desenvolver de forma ilimitada, e o consumo social, que ele continua a racionar de forma miserável" (MANDEL, 1981) (Fonte:

<https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>. Acessado 01/12/2015 às 02:14hrs).

No trecho acima foram destacados como elementos da reação burguesa à crise dos anos 1970 os sinais de um desgaste crônico que reúne limitações para a reprodução do sistema. Ao desperdício também se somam as formas de reprodução do poder, que não escaparia da lógica hereditária da posição social que ocupa. É a partir desta tese que o estudo de Behring (2003) sobre a contrarreforma liberal do estado brasileiro, contestou a tese do desenvolvimento do capitalismo brasileiro da modernização conservadora.

Seu tema foi a reforma do Estado no Brasil e se propôs como objetivo identificar os rumos gerais da reforma e o alcance dos seus impactos reais. Sua pesquisa demonstrou nos anos 1990 que houve a consolidação de um misto de conservadorismo político e heterodoxia, o neocorporativismo, em uma contrarreforma do Estado que implicou um profundo retrocesso social. São elementos deste contexto histórico apontados por esta autora a corrida tecnológica, a mundialização da economia e o ajuste neoliberal e a autora analisou “a lógica do capital na contemporaneidade para compreender as requisições profundas dirigidas ao estado capitalista” (BEHRING, 2003, p.31). Behring (2003) partiu da necessidade de retomar a análise sobre a resposta do capital à queda das taxas de lucro da década de 1970 e, especificamente, acerca da reação burguesa nos 1980 e 1990. Seu estudo apontou que, “contrapondo-se à verticalização fordista, a produção flexível é, em geral, horizontalizada/descentralizada” e de que “trata-se de terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias/empresas, muitas vezes até com perfil semi-artesanal e familiar” (BEHRING, 2003, p.35). Quatro

foram as reformulações no processo de recomposição da burguesia na resposta do capital à crise: a financeirização, a divisão do trabalho, o ajuste estrutural e uma nova relação entre Estado e sociedade civil.

Em um contexto de desemprego estrutural, as implicações são mais devastadoras, levando a uma redução das filiações sindicais em um mercado com alto grau de competitividade e de contratos flexíveis (mais de 30 milhões de desempregados no mundo) quando “há a retomada da extração da mais valia absoluta no setor terceirizado, semi-artesanal e familiar, especialmente na periferia do mundo do capital” (BEHRING, 2003, p. 37).

Houve uma redução da parte dos salários do valor acrescentado das empresas, no processo de destruição criadora, “no entanto, a retomada da rentabilidade não gerou um nível de investimento verdadeiramente dinâmico, e que foi mais suprimido que criado” (BEHRING, 2003, p. 38). A exigência da rentabilidade anula a possibilidade de produção sem lucro, pois não há absorção pelo mercado de um estoque de desempregados acumulado desde os anos de 1970. De acordo com Behring (2003) existe uma ligação maniqueísta entre aumento salarial, alta de preços e inflação, pela qual é feita chantagem na negociação salarial, o que demonstra insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação do trabalho e insegurança na representação do trabalho (BEHRING, 2003, p. 40).

A atualidade da teoria do desenvolvimento desigual e combinado é concretizada no crescimento dos investimentos externos diretos (IED) nos serviços financeiros e o aumento do investimento internacional cruzado em torno da tríade (“foco intratriádico”) Alemanha, Japão e Estados Unidos. Considerando a concentração e a reprimarização da economia pelo controle da tríade sobre a matéria prima e os insumos tecnológicos, a atuação dos fundos de pensão ocorreu com as deslocalizações ou com a eliminação de intermediários, pois a desigualdade passou a ser defendida pelos oligopólios, os carteis e seu “comportamento correspectivo” (BEHRING, 2003, p.40).

Os investimentos externos diretos (IED) foram medidos realizadas pelos governos de países localizados no centro do capitalismo, como concessão de empréstimos para países como o Brasil, por exemplo, para solucionar a crise de 1982. A transferência de recursos para países em desenvolvimento foi uma estratégia usada pela fração de classe dominante (os bancos privados e grupos corporativistas do setor

produtivo, além de intelectuais orgânicos da sociedade civil e setores da sociedade política), teve como meta pagar a dívida pública após a crise do padrão de acumulação de capital desde os anos 1970. Nos últimos quarenta anos, houve estudos sobre o mundo do trabalho no Brasil que apontaram para a relação entre a crise estrutural no seu aspecto produtivo, o colapso da União Soviética, uma intensa sujeição da esquerda ao capital em um “agudo processo de social-democratização da esquerda” e a expansão da agenda neoliberal que cooptou parte da social democracia (NOGUEIRA & SILVA, 2014, p.222).

A este processo foram se articulando transformações no mundo do trabalho diante da resposta do capital à crise, que de acordo com alguns autores foi mais efetiva do que a resposta do trabalho à crise. Esta argumentação se baseia na experiência do “welfare state” que vigorou no auge do capitalismo entre 1945 e 1973, mas a origem do neoliberalismo tem relação com a chamada resposta do capital à crise, na medida em que se alteram as correlações de forças políticas, em um processo de disputa intra e inter classe dominante e dominada. Além disso, a alteração do modelo de Estado voltada a flexibilização das leis trabalhistas antecipando a futura queda na taxa de sindicalização, proporcionou uma individualização das responsabilidades no mundo do trabalho.

O controle ideológico que acompanha a resposta do capital à crise foi e é um instrumento bastante utilizado para sustentar a radicalidade do capital. Diante das dificuldades de projeção para e pelo mercado, os analistas financeiros sublinham a contradição do sistema financeiro, em sua relação de repulsa/atração com o Estado. A queda da sindicalização que surge com a flexibilização das leis trabalhistas é parte de uma política neoliberal de cooptação dos trabalhadores para desmobilizá-los que contribui, em parte, para ocultar a irracionalidade da política de crescimento econômico. Em um processo de queda da taxa média de lucros, a política neodesenvolvimentista, no entanto, gerou aumento da desigualdade social, a pauperização de setores populares e da classe média urbana, aumento da concentração de renda e a ampliação do número de mortes por fome.

A natureza estrutural da crise foi sustentada aqui em função de fenômenos como a relação metabólica entre homem e natureza, que estaria colocando em xeque a inexorabilidade do sistema capitalista. Ao contrário, as pesquisas apontaram para um deslocamento da pobreza dos países periféricos para os países centrais, aumento de

desigualdade nas economias capitalistas mais avançadas, gerando também, sobretudo na Europa, tendências políticas radicais de ultradireita como reação parcial do capital ao produto histórico (a luta de classes) atrelado a sua própria natureza sistêmica e funcional. O crescimento da população carcerária aumentou nos Estados Unidos e a composição da mesma é em sua maioria negros, mulatos, pardos e latinos, que estão em condições de superexploração como imigrantes ilegais ou estão vivendo em condições de pobreza. Dados de 2011 apontaram que nos últimos dez anos, 15% da população norte americana adentrou a condição de extrema pobreza, entre 2001 e 2009³². Considerando a exigência de ocultar o conflito entre capital e trabalho, há o uso da máquina estatal para difundir a nova sociabilidade do capital.

A reformulação das políticas de organismos multilaterais como o Banco Mundial foi necessária para a desconstrução do Estado keynesiano, na medida em que passou a responsabilizar a “sociedade civil” pela execução e formulação das políticas públicas, transferindo recursos públicos para o setor privado, especialmente na área social. Ao estabelecer mecanismos de privatizar o serviço público, a agenda neoliberal projetou nas organizações não governamentais e nas agências reguladoras os espaços e as ferramentas de produção e execução das políticas sociais, bem como para criar as diagnoses que o sistema financeiro exige.

O capitalismo foi desenvolvido no século XIX a partir da livre concorrência, mas com o aumento da concentração da produção, exigiu a fusão de empresas e controle de preços na forma de cartéis e consolidou-se como capital monopolista. O capitalismo enfrentou sua maior crise em 1873, depois em 1929, tendo produzido desde então a primeira guerra mundial em 1914 e a revolução russa em 1917, sem um acordo de paz

³² “O número de cidadãos americanos que vivem na extrema pobreza aumentou em um terço na última década, revela um estudo da Brookings Institution publicado nesta quinta feira. Nos últimos dez anos o número de pessoas vivendo nos Estados Unidos abaixo da linha de pobreza cresceu em 12,3 milhões, destaca o centro de estudos. Assim, o número de americanos que vivem na pobreza atingiu o ‘histórico topo de 46,2 milhões’, o que equivale a mais de 15% da população americana. Brookings, que baseou seu estudo com dados do Censo dos Estados Unidos entre 2001 e 2009, verificou que os níveis de pobreza evoluíram de forma distinta segundo a região. Enquanto em cidades do meio-oeste, Detroit e Dayton a pobreza quase dobrou, em outras, do sul, Baton Rouge e Jackson, avançou em um terço. O centro de estudo destaca que esta queda de renda eliminou os progressos econômicos verificados na década de 1990. ‘Estas tendências sugerem que a força econômica do final dos anos 1990 não resolveu de forma permanente os desafios de bolsões de pobreza concentrada’ em certas zonas. ‘O menor crescimento econômico da ultima década, seguido pela pior recessão em anos, incrementou os bolsões de extrema pobreza mais uma vez em todo o país, particularmente nas pequenas comunidades metropolitanas e no subúrbio, especialmente no Meio Oeste’”. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1001435-extrema-pobreza-nos-eua-cresce-mais-de-um-terco-em-uma-decada.shtml>. Acessado 28/12/15.

ratificado pelos EUA. Até a década de 1940, o mundo foi envolvido, com exceção da década de 1920, na perspectiva de um genocídio sem precedentes que foi a segunda guerra mundial iniciada em 1939. Este conflito elevou o EUA a condição de superpotência juntamente com a URSS. Ao fim da segunda guerra, em 1945, acordos de paz foram firmados no sentido de ampliar as condições para a economia, tendo a atuação dos EUA um papel protagonista na recuperação da vida econômica mundial como a criação em 1948 da Organização para Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Foi justamente em 1973 que a crise do capitalismo colocou os desafios aos pressupostos objetivos do sistema, como a possibilidade de queda constante das taxas de lucros e pela limitação geográfica imposta aos anseios infinitos por mais matéria prima. O movimento ambientalista apontou para uma crítica ao consumismo, que fora tão veementemente estimulado nos programas publicitários na era de ouro do capital. Era um esforço do próprio governo norte-americano o de estimular o consumismo para garantir o crescimento econômico almejado. A crise de 1973 foi um marco divisório na história do capitalismo e inaugurou a fase da crise estrutural do sistema, em constante retroalimentação e em condições sempre mais favoráveis de recuperação e estabilização. A substituição de importações foi a maneira pela qual a industrialização foi inserida em países posicionados na periferia do capital, mas foi justamente esta disposição em escala global que não permitiu o escoamento da produção. A superprodução da década de 1970 ainda foi agravada pela instabilidade política, em grande medida, causada por regimes militares presentes em muitos países, envolvendo a luta armada ou em outros países nas guerras civis de independência e demais revoluções, como partes deste processo.

A fase destrutiva do capital é necessariamente aquela que teria como meta a conversão de mais valia em capital, em um contexto de anseio de produtividade aquém do que o possível em termos energéticos e sociais. A transferência de recursos públicos para empresas privadas no final da década de 1970, nos países centrais e periféricos, foi resultado de um pedido de salvar o mercado de uma crise estrutural que emergiu após 1973. Não seria mais necessária uma forte presença estatal na economia, como o protecionismo e as taxas alfandegárias atreladas a decisões nacionais; não seria mais necessária uma robusta máquina do Estado para executar políticas públicas, mas as

organizações não governamentais se encarregariam disto. Além disso, a tendência do modelo flexível de produção foi uma flexibilização da produção e do contrato de trabalho (a subcontratação, a terceirização) diminuindo os custos da produção e ampliando o mercado na forma de oferta de crédito para consumo individual a taxas de juros calculadas pela fração de classe dominante e dirigente, marcadamente financeira.

O caráter destrutivo do capital se deu também em função de sua ilimitada necessidade de produção de novas mercadorias, muito embora os índices de poluição e de degradação ambiental estivessem tão explícitas que se tornou um desafio do capitalismo sustentar ideologicamente a lógica permanente da acumulação. Diante da ameaça do comunismo, até meados da década de 1960, a economia fordista deu lugar aos poucos a um modelo flexível de produção encerrado no modelo toyotista. Neste modelo, a produção era por demanda (no sistema denominado “just-in-time”) e não havia possibilidade de não escoar o estoque, pois além disso seria necessária uma produção a um tipo específico de consumidor, a customização em massa, com novas formas de fetichismos da mercadoria. Pela tendência de queda do tempo de duração das mercadorias, a indústria moldou o estilo de cidadão a um consumo desenfreado pautado por uma lógica de obsolescência programada e planejada, na valorização do inútil como forma de reforçar ideologicamente a irracionalidade da acumulação de capital.

No atual estágio de desenvolvimento do sistema do capital global, os slogans dos ideólogos de mercado deram (e ainda o fazem) explicações cínicas que “separam os efeitos de suas causas”, além “de atribuir o status de regra a uma exceção”, (MESZAROS, 2002, p.39). A natureza destrutiva do capital está patente na taxa decrescente de tempo de duração das mercadorias, pois diminui-se o custo da produção e amplia-se a propensão ao consumo de mais mercadorias, embora estudos já apontem para a necessidade de alterar a matriz energética do combustível fóssil para a energia renovável, pela finitude dos recursos naturais (FOSTER, 2000; ALTVATER, 1996).

A queda na durabilidade das mercadorias, como estratégia de garantir o padrão de acumulação tem, no entanto, se mostrado parcialmente ineficaz para o crescimento. Neste contexto, a ideologia do capital passou a ter um novo patamar de importância para o sistema global, na medida em que precisa preservar a máxima da acumulação como fim em si mesmo. A análise do capital em uma dimensão mais ampla permitiu

aufferir o poderio norte-americano frente aos processos decisórios mais relevantes para o futuro da humanidade. O efeito na política foi a difusão de um pragmatismo, pois

“A política fica condenada a seguir um padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo, em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa frequência crescente, na base socioeconômica da produção autossaturante de *commodities* e da acumulação do capital que se auto invalida” (MESZAROS, 2011:64) (grifos do autor)

A crise estrutural do capital envolve em grande medida uma crise do capital financeiro, pelo excesso de liquidez e pela superprodução (“produção autossaturante”) que dificultam a retomada de patamares de crescimento econômico anteriores a década de 1970. A lógica pragmática é marcada pela naturalização do sistema metabólico, conformando a humanidade a abordar a crise como supostamente “externa” ao sistema e como se fosse, portanto, necessário “resolvê-la” – ela é parte do sistema capitalista.

O “remédio” sugerido pela direção política hegemônica norte-americana foi a adoção da guerra como mecanismo de controle social e destruição de capital excedente (“guerra, se os métodos ‘normais de expansão fracassam”), pois “quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças” (MESZÁROS, 2011, p.65). No entanto, “já não é possível exportar a violência interna na escala maciça requerida” e “o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser ‘adiados’ por muito mais tempo nem tampouco, transferidos para o plano militar a fim de serem ‘exportados’ como guerra generalizada” (MESZÁROS, 2011, p. 66). As análises acima trouxeram o elemento bélico para o debate sobre a força destrutiva do capital.

Quando consideramos o poder de intervenção do Estado na economia, a análise de Meszáros (2011) sobre o “remédio” do sistema, sugere que os ajustes estruturais fiscais e os aportes financeiros dos bancos estatais aos bancos privados geram uma *indução* de novas crises, dada a “contradição fundamental e dinâmica da totalidade da estrutura da produção do capital em sua fase histórica de desintegração” (MESZÁROS, 2011, p.67). Quanto mais dinheiro público é transferido ao capital especulativo privado (aos rentistas), mais “oscilações do mercado” emergem em novas crises.

Além das crescentes taxas de desemprego nos países centrais e a intensificação da taxa de exploração, os desdobramentos desta “fase histórica de desintegração”

exigem entender que, se a “integração” da classe trabalhadora pelo capital no “welfare state” foi um fracasso, como medida corretiva e de controle social, a crise estrutural foi dotada de proporções bem maiores (MESZAROS, 2011). Além disto, sublinhando a força destrutiva do capital, foi apontado que “outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar ‘avanço’ de *destruição*, nem ‘progresso’ de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas (MESZAROS, 2011, p.73). A força destrutiva do capital está na lógica do desperdício, permanentemente reproduzida pelos meios de comunicação de massa e na educação. Hoje a produção de alimentos no mundo é suficiente para alimentar 12 bilhões de pessoas, mas um bilhão de seres humanos morrem exclusivamente pela fome. Não é uma fatalidade e nem por acaso, mas ocorre porque estamos inseridos numa lógica de estranhamento dado pelas atuais condições de distribuição e produção da riqueza.

A produção em massa gerou uma quantidade de capital excedente, que não foi reabsorvida na produção de bens e consumo pelo capital. Diferentemente disto, conforme a crise de 1982 mostrou, a produção de excedentes gerou uma superprodução associada a taxas altas de desemprego. A quantidade de dinheiro existente carente de um destino para novos investimentos exigiu a criação de mecanismos de empréstimo de dinheiro para outras economias como Brasil e demais países da América Latina. Uma tese sobre o Banco Mundial como ator financeiro e intelectual apontou que o ativismo do congresso norte americano teve central influência nas políticas sociais deste banco, permitindo que “grupos políticos e organizações não governamentais norte americanas passassem a agir por dentro do parlamento com o objetivo de pautar as ações do Banco Mundial em matéria social e ambiental” (PEREIRA, 2010, p.30). Sua hipótese neste estudo sobre o Banco Mundial é que este é um “ator político, intelectual e financeiro” que “sempre explorou a sinergia entre dinheiro, prescrições políticas e conhecimento econômico” (PEREIRA, 2010, p.29). Ao processo de acumulação de capital após a década de 1970 corresponderam a mundialização e financeirização do capital (CHESNAIS, 2000). Dados de pesquisas sobre o processo de mundialização e financeirização do capital apontaram que o comando e, logo, o controle do investimento são exercidos pelas seguintes instituições:

“As companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente

concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os Mutual Funds), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro” (CHESNAIS, 2000, p.8).

Os fundos de investimento, de caráter rentista e parasitário, passaram a ter benefícios enormes com a mundialização financeira, à despeito dos custos humanos envolvidos. Aos países “em desenvolvimento” na periferia do capital coube o papel de agroexportador, induzindo uma desindustrialização, como é o caso do Brasil. É possível perceber nos dados acima a predominância do setor financeiro no controle das decisões globais sobre os rumos do sistema. A existência de mais dinheiro virtual do que vivo, é uma contradição explícita nos editoriais de revistas como “*The Economist*” e “*Sunday Times*”, nos quais inclusive setores reacionários confessam precisar da ajuda do Estado. Um aspecto crucial levantado pelos dados diz respeito ao comando das decisões globais, que só foi possível com a desregulamentação e liberalização financeira nos anos 1970. Como nestes países periféricos com grandes parques industriais, o mercado financeiro não possui uma autonomia assentada em bases sólidas, ao menor sinal de instabilidade, as consequências são desastrosas com demissão de milhões. Além disso, o fluxo de capitais volta em direção ao norte, ao centro do capital, pois trata-se de investimento rentável: enquanto milhões estão abaixo da linha de pobreza, os acionistas rentistas apenas deslocam seus investimentos para outro lugar (CHESNAIS, 2000).

Outra característica da financeirização do capital é o fato de que grupos de acionistas nos EUA usaram a dívida pública para incentivar a desregulamentação e a liberalização financeira de forma a ampliar a rentabilidade dos investimentos em fundos de pensão. A acumulação do capital possui como trunfo a morte por inanição como “efeito colateral” do sistema e os fundos de investimentos ficam ocultos enquanto o capital industrial ou o agronegócio permanecem no foco das atenções da mídia, mesmo não tendo o poder decisório diante de uma economia financeirizada em muitos países, principalmente os da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Esta foi criada em 1961, sob a liderança do economista francês Robert Marjolin (1911-1986), no contexto da formulação do Plano Marshall voltado para “reerguer” a Europa no pós-guerra-1945.

Neste capítulo apresentamos o aporte teórico-metodológico da tese e as fontes de pesquisa sistematizadas para, em seguida, tratarmos de compreender o capitalismo a

partir de resultados de pesquisas, sobre a história e dinâmica de funcionamento do processo de acumulação de capital. Frente às crises que são a base deste modo de produção, argumenta-se que as crises anteriores aos anos 1970, porém, não seriam estruturais, na medida em que os colapsos financeiros dos anos 1930 não afetaram o mundo inteiro diretamente. Esta universalidade apontada como característica do sistema econômico vigente atingiu seu limite e, nos anos 1970, então, tomou proporções mundiais. Havia, então, especialmente em torno da supremacia do mercado financeiro, formulações econômicas produzidas pelo Banco Mundial, cujo acionista majoritário é o Estados Unidos, que se expandiram como fórmula obrigatória e passaram a integrar a maior parte dos países.

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO DE RECOMPOSIÇÃO BURGUESA

A burguesia frente a crise estrutural do capital impeliu a classe dominante a realizar um duplo movimento visando recompor seu modelo de acumulação reorganizando, de um lado, as relações de produção, e de outro, os instrumentos de mediação do conflito entre capital e trabalho. A estratégia da classe dominante de responder à queda nas taxas de lucro foi lutar pela desregulamentação do mercado financeiro, no contexto de emergência do modelo flexível de acumulação do capital.

A principal questão do tópico 2.1, “As origens do neoliberalismo”, foi a “Escola Austríaca” a partir de estudos do austríaco Friedrich Hayek, um economista militante em campanha anti-keynesianista (e anti-crise). Foram analisados nos debates entre Keynes e Hayek as fontes de nascimento do que viria a ser o neoliberalismo, a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social, da afirmação da teoria da mão invisível de Adam Smith, enquanto construiu um arcabouço teórico conhecido como a corrente liberal ortodoxa. A formulação da “Escola de Chicago” liderada por Milton Friedman, consultor da reforma educacional durante o governo Pinochet no Chile. Foi tratada a experiência histórica neoliberal do centro à periferia latino-americana nas experiências chilena, nos EUA com Reagan e o Partido republicano e inglesa com Margareth Thatcher e o Partido Liberal. A expansão neoliberal do centro para a periferia a partir da crise fiscal dos países na década de 1980 e o ajuste exigido pelo BM e pelo FMI aos países devedores, culminou no Consenso de Washington (1989). Trata-se de sublinhar ainda as diferenças e destacar as proximidades do projeto da Terceira Via com o projeto neoliberal e destacar o papel significativo de empresas e ONGs no projeto da Terceira Via na criação de uma esfera “pública não estatal”. Esta seria nem pública nem privada, nem Estado nem mercado, um setor “público” como educação. Por exemplo, as que passam a ser entendidas como não exclusivas do Estado e os serviços públicos passam a estar submetidos à concorrência para supostamente serem mais eficientes.

A seção 2.2, com o nome de “O movimento infraestrutural da recomposição do capital”, tratou dos novos modelos de organização do trabalho, sobre surgimento do toyotismo nos EUA e no Japão. Analisamos também o gerencialismo como paradigma na gestão do trabalho e a intensificação da precariedade do trabalho sob a gestão gerencial, a partir de trabalhos de Ricardo Antunes (1999) e de Giovani Alves (1999).

O último item, 2.3 chama-se “O movimento superestrutural de recomposição: a contrarreforma do Estado”, tratou do neoliberalismo na transição democrática no Brasil, em um contexto de “crise de hegemonia”. Analisamos também a adesão da classe dominante no Brasil ao projeto neoliberal. Neste tópico tratamos da despolitização da sociedade civil e a difusão dos organismos difusores da nova pedagogia da hegemonia: as ONGs e as empresas “sustentáveis”. Isto foi feito a partir dos trabalhos da Virgínia Fontes (2010) e Carlos Nelson Coutinho (1999), sobre a “hegemonia da pequena política”. Também tratamos o fato de que o neoliberalismo, em âmbito internacional, já fora atravessado pelas críticas formuladas pelo movimento da “Terceira Via”, lideradas por Tony Blair (Inglaterra) e Bill Clinton (EUA). Ambos, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, formaram o Fórum da Governança da Terceira Via. Por fim, tratamos da história da reforma gerencial do Estado brasileiro, a partir da constituição do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) (1995-1998) e sua ampliação para estados e municípios da federação. Tratamos, de pronto, do surgimento de um conjunto de receituários, que venceu as suas próprias limitações e se manteve como modelo econômico até os dias de hoje, chamado de neoliberalismo.

2.1 As origens históricas do neoliberalismo

O neoliberalismo como formação político-ideológica ainda não havia se tornado uma “ideologia orgânica” e ainda estaria como uma “ideologia arbitrária” sem organicidade de classes (no movimento de constituição e auto-consciência da classe). Ele teve início logo após a II Guerra Mundial, a partir de uma reunião convocada por Friedrich Hayek em Mont Pèlerin, na Suíça, na qual participaram intelectuais adversários do Estado de Bem-Estar Social europeu e do “New Deal” dos Estados Unidos, a chamada Sociedade Mont Pèlerin (Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga) (CASTELO, 2013; ANDERSON, 2010). A política prescrita não somente pelo modelo de Keynes, mas por toda a política intervencionista social-democrata e a planificação soviética, foi criticada por setores reacionários da economia, como por exemplo, nas formulações do economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992). A era do ouro foi condicionada por um mundo em desintegração após a bomba de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, que colocou o EUA no topo do mundo.

A história do neoliberalismo remonta ao combate de Hayek às prescrições econômicas do inglês Maynard Keynes, em formulações desenvolvidas pela chamada “Escola Austríaca”. A “intervenção estatal”, desde o século XIX presente nas reformas (conservadoras, reformistas ou mesmo progressistas) defendidas pela burguesia, inclusive como políticas educacionais e de saúde públicas, é uma expressão que marca a necessidade de se oferecer um conjunto de “políticas sociais”. O chamado Estado Interventor foi um instrumento do capital para a solução anti-crise, além de envolver os norte-americanos como proponentes de um novo pacto entre trabalhadores e governo, o “New Deal”. Este Estado Providência fora parte de uma série de propostas realizadas por Maynard Keynes, como consultor e membro vitalício do Partido Liberal da Grã-Bretanha, que basicamente prescreviam um grau de regulação do Estado sobre o mercado.

O ponto característico das ideias de Keynes, no contexto da crise dos anos 1930, é que estas assumiram a incapacidade de auto regulação do mercado, precisando do Estado como interventor do financiamento, investidor (interno e externo), consumidor e empregador, como forma de garantir o crescimento continuado. A intervenção de Keynes é a radical virada na concepção de economia de mercado, com um Estado empregador combinado com o capital, prestando serviço social. Os gastos sociais eram impactantes no Produto Interno Produto, então foi fortalecida a medida de controle e burocracia para garantir a distinção entre público e privado ou patrimonial. O Estado Burocrático liberal inspirou em certa medida o New Deal e a ideia de impessoalidade fortaleceu a noção de qualificação, na realização de concursos públicos em uma construção do que viria a ser a “tecnocracia”, em uma velha razão cartesiana (GURGEL, 2003, p.108)

O receituário neoliberal consiste nas formulações da Escola Austríaca, que surgiu com a obra “Caminhos da Servidão” publicada, em 1944, por Friedrich Hayek. Mas, naquele contexto, seus ideais não tiveram espraiamento, pois tratou-se do período de crescimento econômico, chamado de era de ouro do capital (1945-1973). O seu conteúdo reúne explicações sobre os “perigos” da economia planificada supostamente defendida pelo “nacional-socialismo”, em geral conhecida como “socialdemocracia”. A receita consistia em estabilidade monetária e disciplina orçamentária para combater a inflação, ajuste fiscal, aumento do desemprego, reduções dos impostos sobre rendas

elevadas e aumento nos cortes de gastos sociais. Estes elementos compunham um conjunto articulado programático voltado para combater o Partido Trabalhista inglês, às vésperas das eleições de 1946. Para Hayek (1944), o “socialismo”³³ e mesmo o conservantismo (que não seria liberal) tenderiam a impedir a realização da “sociedade livre”, por isso Hayek tentou separar o liberalismo de um tipo de conservadorismo. Nesta linha de argumentação, é importante notar que Hayek ainda não tinha aprofundado sua concepção de liberalismo, mas ali já continha sua crítica à orientação econômica da Inglaterra. Após ler o prefácio de umas de suas edições, Hayek (1944) sublinhou o *efeito psicológico* da suposta regulação estatal da “escolha livre” dos indivíduos em uma economia planificada, sem, contudo, apresentar provas que confirmam validade a isto.

A política econômica da Inglaterra, entre 1931 e 1939, foi criticada por Hayek por ter sido orientada por uma maior atuação estatal na economia, pela regulação do Estado sobre a “sociedade livre”, em um contexto de consolidação e espraiamento do capitalismo monopolista. A concepção hayekiana de “coerção” estatal se opõe às “forças espontâneas” típicas de um individualismo positivo que emergira nos séculos XVI, mas que apenas teria ganho consistência nos séculos XVII e XVIII. O liberalismo teria crescido na Inglaterra em direção ao leste, tendo seu auge em 1870 e, depois, de leste para oeste. Os intelectuais alemães foram importados pela Inglaterra, moldando formas de governo do século XX, pois “a Alemanha converteu-se no centro de onde as ideias destinadas a governar o mundo no século XX se propagaram para leste e oeste” (HAYEK, 2010, p.45).

Ao reivindicar elementos do liberalismo, o austríaco Hayek se referia à tradição anglo-saxã, que seria distinta do tipo de liberalismo do continente, se referindo ao francês. Adam Smith, Edmund Burke, T. B. Macaulay e Lorde Acton criaram, para Hayek (1981), o liberalismo inglês. Uma ordem espontânea, chamada de *catalaxia* (em grego seria “trocar”, “admitir na comunidade”, “transformar o inimigo em amigo”) não pode ser planejada. Porém, o conceito teria sido modificado racionalmente, resultado de um propósito eleito previamente (HAYEK, 1981, p.51). A ordem espontânea do

³³ No prefácio à edição dos anos 1970, o autor anotou que, com o tempo, sua concepção de “socialismo” se alterou e, então, explicou que na época entendia “socialismo” apenas como modelo de política econômica estatal planificada (HAYEK, 1944)

mercado seria uma sociedade “nomocrática (governada pela lei) para distingui-la de uma ordem social não livre e telocrática (governada por objetivos) (HAYEK, 1981, p. 50).

Esta distinção entre o liberalismo anglo saxão e o francês ou continental, é importante para entender a crítica aos resquícios do trabalhismo que, em função da crise dos anos 1970, elegeu partidos de esquerda que em seus mandatos seguiram os receituários neoliberais (em países como Austrália, Nova Zelândia, França entre outros). O intelectual Mezsáros (2010) anotou a crise na produção militar inglesa em função das supostas vantagens à economia norte americana, consideradas antinacionalistas entre os ingleses. A preocupação com os gastos sociais, central na política de disciplina orçamentária, gerou com êxito a manutenção das taxas de lucro e o controle inflacionário, porém a produtividade deu lugar à especulação. Além disso, a questão do desemprego e da previdência elevaram os gastos inesperados, mas como elementos de sucesso da receita destacaram-se: contenção dos salários, derrota do movimento operário, aumento do desemprego, queda na taxa de inflação e repressão a greves (ANDERSON, 2010).

“Então, em todos estes itens, deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito. Mas, no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 1970 [mas] (...) entre os anos 70 e 80, não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE” (ANDERSON, 2010, p.15)

A OCDE, de 1961, teve origem na Organização para Cooperação Econômica (OECE), criada em 1948, então criado com o intuito de reorganizar o crescimento da economia mundial, no contexto de realização do Plano Marshall. Os países que faziam parte desta organização, conforme analisado acima, não foram recompensados com um aumento no crescimento econômico nos vinte anos seguintes. A explicação para este fenômeno, segundo Anderson (2010), é que a desregulamentação financeira “criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (ANDERSON, 2010, p.16). Para a escola austríaca, “a economia meramente estabelece o fato de que lucros e perdas são fenômenos essenciais na economia de mercado” (VON

MISES, 2010, p.358), mas houve disputas intraclasses pelos lucros e pelo fundo público.

A tendência descendente de crescimento, inclusive, agravou as condições de pobreza e exigiram políticas oriundas do Banco Mundial voltadas para “administrá-la”. Uma vez alcançada a desigualdade “natural”, seria importante desenvolver mecanismos que gerassem as condições para um ambiente propício para os negócios, concretizados nos empréstimos aos países “em desenvolvimento”. Outra razão associada aos empréstimos é a elevação de déficit ou dívida interna dos países centrais, como o que ocorreu nos Estados Unidos. Nas condições de dominação econômica mundial, o governo norte-americano pôde se dar ao luxo de ampliar a dívida pública, já que tinha a seu favor ser o maior mercado mundial e ter o maior potencial bélico do planeta.

A formulação teórica da Escola Austríaca consistia, pois, em defender a livre concorrência e evitar o que considera uma nova forma de “servidão”, que seria a submissão da liberdade de escolha individual a normas pré-estabelecidas pelo Estado. A ideia central seria a de que somente a competição de mercado poderia garantir as condições de realização plena da humanidade. A luta contra a planificação seria para garantir a “ordem espontânea”, não resultada por propósitos previamente planejados, já que, supostamente, inspirado na teoria liberal clássica, “a ordem do mercado, especialmente, não repousa nos objetivos comuns, mas na reciprocidade, isto é, na conciliação de diferentes objetivos para o benefício mútuo dos participantes” (HAYEK, 1981, p.50).

O argumento em favor da concorrência irrestrita se destinou aos receituários concretizados na economia norte americana, inglesa e nos chamados países “socialistas”, embora os liberais ortodoxos austríacos entendessem por “socialismo” uma organização econômica planificada. A explicação em defesa da livre concorrência é a de que

“A impossibilidade de prever quem será bem-sucedido e quem fracassará, o fato de recompensas e perdas não serem distribuídas segundo um determinado conceito de mérito ou demérito, dependendo antes da capacidade e da sorte de cada um – isso é tão importante quanto não sermos capazes de prever, na feitura das leis, quem em particular sairá ganhando ou perdendo com a sua aplicação” (HAYEK, 2010, p.113).

Acima é possível perceber que o fator “sorte” conferiria legitimidade ao que chama de “ordem espontânea”, explicando o sucesso de indivíduos no “jogo” da vida social na ordem burguesa. Esta passagem ajudou a entender a concepção mitológica forjada em uma perspectiva filosófica militante de naturalização da desigualdade. Sobre a tentativa de comparação entre o grau de previsibilidade de uma política estatal (planejada) e a indeterminação a-histórica da “ordem espontânea”, é relevante lembrar a associação estabelecida por Hayek, em outro texto, entre liberalismo e os princípios religiosos: o liberalismo não seria “incompatível com as crenças religiosas e frequentemente foi sustentado e desenvolvido por homens de forte convicção religiosa” (HAYEK, 1981, p.48). Hayek, nos anos 1950 e 1960, passou a se apresentar como “filósofo” e não como economista e, paralelamente, o neoliberalismo se fortaleceu no plano político e no plano ideológico (GURGEL, 2003).

No balanço sobre o neoliberalismo, Anderson (2010) considerava que, diante da reivindicação de elementos do liberalismo clássico, os defensores do Estado Mínimo - definido por um elevado grau de desregulamentação do mercado e de cortes de gastos públicos, mas necessário para funções estratégicas como, por exemplo, guardar a fronteira - temiam que a igualdade destruísse a liberdade. Não havia o “welfare state” nos Estados Unidos do tipo europeu, o anticomunismo do pós-guerra fortaleceu as teorias neoliberais e a sua prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, realizando gastos altos que, dentre outros fatores, geraram o aumento da dívida pública (ANDERSON, 2010).

Alguns autores consideram que seria uma falácia a noção de Estado mínimo, pois este fora reconfigurado para fornecer as condições de articulação entre intelectuais coletivos em escala global (MOTTA, 2012). Neste debate, MOTTA (2012) conclui que “no processo de internacionalização do capitalismo o caráter de interdependência e imperialismo foi recriado com mais intensidade, mas os Estados nacionais permanecem como atores privilegiados” (MOTTA, 2012, p.45). As disputas intraclasse nortearam as condições impostas pelos organismos e organizações multilaterais e houve uma ofensiva contra a classe trabalhadora. Sobre as explicações à queda do crescimento nos anos 1980 e 1970, é relevante anotar que “o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais” (ANDERSON, 2010, p.17). Com elevadas taxas de exército industrial de reserva, os

gastos sociais com o desemprego e o aumento dos aposentados custaram bilhões ao Estado.

Na política gerencial o argumento em defesa da economia de gastos foi a crise fiscal, mas uma investigação sobre a economia americana apontou os controles de preços e salários, que possui como efeito negativo redução do consumo e o crescimento do desemprego e do subemprego (O'CONNOR,1977). Neste estudo sobre a crise do Estado capitalista nos Estados Unidos, afirmou-se que as duas funções estatais seriam acumulação e legitimação, que recaem na contradição, quando

“O governo proclama que as novas políticas fiscais visam à ‘estabilidade e ao crescimento’ quando, de fato, seu propósito é o de manter os lucros altos e em crescimento (...) o sistema tributário é nominalmente progressivo (...) embora na realidade seja regressivo” (O'CONNOR, 1977, p.19).

Sobre a expansão da demanda assistencial dos pensionistas, os estudos apontaram que, “como o sistema, em escala global, não conseguiu passar da quotização para a capitalização - apesar de todas as intenções e simulações técnicas – a partir dos anos 1970, seu fluxo de caixa tornou-se estruturalmente negativo (GURGEL, 2003, p.110). O modelo de Estado “keynesiano-fordista-assistencial-burocrático” tendia à concentração de renda, esta feriu a estrutura do sistema e o impacto se deu na esfera do consumo e não na da produção, gerando como resposta à crise uma estratégia anti-keynesianista presente no conteúdo do Relatório “The Welfare State in crisis” (OCDE, 1981).

Outro relevante centro de estudos, difusor e reproduzidor da problemática colocada pelos intelectuais liberais ortodoxos, foi a chamada “Escola de Chicago”, liderada por Milton Friedman, ex-consultor da reforma educacional durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile e Prêmio Nobel de Economia (1976). Na obra “Capitalismo e Liberdade” (1962), é tratada a noção de indivíduo no sentido clássico liberal, na qual

“O indivíduo tem orgulho de sua herança comum e mantém lealdade a uma tradição comum. Mas considera o governo como um meio, um instrumento - nem um distribuidor de favores e doações nem um senhor ou um deus para ser cegamente servido e idolatrado” (FRIEDMAN, 1962, p.01).

A concentração de poder seria a maior ameaça à liberdade, por isso há uma disputa no interior da classe burguesa e a defesa da descentralização de poder, de

menores fiscalização, regulação e controle social, e das formulações da “Escola de Chicago”, norteadas por dois preceitos: 1) “o governo seria limitado” e 2) “o poder do governo deve ser distribuído” (FRIEDMAN, 1962).

A limitação do governo era essencial para a desregulamentação do mercado, especialmente o financeiro, já a distribuição do poder estava ligada à tese de autonomia política dos Estados e o posicionamento ao não centralismo político de Washington. As críticas feitas ao Estado de Bem-Estar social ampliaram-se sobretudo com a crise dos anos 1970, no qual o mercado no próprio seio dos Estados Unidos passou a usufruir de menor regulação. As criações do Banco Mundial (BM) e do Fundo Mundial Internacional (FMI) foram estratégicas na medida em que seria necessário replicar este modelo para os países periféricos, sobretudo na América Latina e no leste europeu.

Na década de 1950 e 1960, houve prosperidade e crescimento econômico e foi a política e não a economia que gerou as revoltas sociais deste período (CASTELO, 2013). A classe trabalhadora, em dado momento, estava lutando mais contra o Estado do que contra o patrão (ANDERSON, 2010). Sobre a análise do “maio de 1968”, a liberdade seria a maior das reivindicações, não sendo apenas usado pela classe trabalhadora, mas também pela burguesia. Tanto a limitação dos governos quanto a distribuição do poder foram as formas para forjar uma economia condicionada por menor regulação estatal, via enxugamento da máquina pública. Historicamente, o neoliberalismo lutou contra a resistência do movimento social dos trabalhadores, mas também sofreu críticas de burguesias reformistas, no processo de recomposição do capital, que traremos mais adiante.

Na América Latina, as experiências neoliberais e desenvolvimentistas foram tentativas de equilibrar o consenso e a coerção, mas, em sua maioria, foram regimes ditatoriais. A atuação dos organismos e organizações sociais como parte das teorias organizacionais e de administração flexível, foram fundamentais para a consolidação do futuro Estado neoliberal. A formação de organismos internacionais (OCDE, FMI, Banco Mundial, ONU, Clube de Roma, OMC, além de blocos econômicos) assumiram caráter de aparelhos de Estado supranacionais (GURGEL, 2003).

A experiência histórica neoliberal na América Latina foi marcada pela recomposição da burguesia na tomada de posição a partir da Escola de Chicago e das diretrizes do Banco Mundial (BM), na busca de soluções para a crise dos anos 1970. A

resposta para esta recessão identificada em pesquisas como uma crise estrutural do capital (MESZAROS, 2011), foi adotar as medidas formuladas nos Estados Unidos por liberais ortodoxos, não apenas da Universidade de Chicago, mas de outras regiões do país.

A experimentação neoliberal chilena foi a pioneira do ciclo neoliberal da história contemporânea, com inspiração teórica norte-americana de Milton Friedman - o Chile manteve boas relações também com conselheiros britânicos. Suas medidas foram radicais: desregulamentação, desemprego em massa, repressão aos sindicatos, redistribuição de renda em favor das frações de classe dominante e privatização de bens públicos (ANDERSON, 2010). Para a “Escola de Chicago”, pode não haver compatibilidade entre democracia e liberdade, então a ditadura chilena foi compatível com as medidas neoliberais, como experiência piloto (ANDERSON, 2010).

Na Bolívia o modelo neoliberal foi realizado por Jeffrey Sachs, o mesmo que foi feito no Oriente pós-soviético, mas no caso boliviano foram medidas para conter a hiperinflação em um governo eleito em um regime democrático. Tanto a experiência chilena como a boliviana foram isoladas até o final dos anos 1980. O momento decisivo de espraiamento do neoliberalismo em ampla escala na América Latina foi na série de governos: Salinas no México, em 1988, no governo de Menem, na Argentina, em 1989, de Carlos Andrés Perez da Venezuela, em 1989 e de Fujimori, no Peru, em 1990 (ANDERSON, 2010). Das quatro experiências três foram bem-sucedidas e uma fracassou - a Venezuela, em função de ter uma democracia mais sólida-, e as bem-sucedidas foram marcadas pela privatização (das economias argentinas, peruanas e mexicanas), com alta concentração de poder executivo. Sobre o êxito de políticas neoliberais em regimes democráticos, existe “um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação” (ANDERSON, 2010, p.21).

A chamada medicina deflacionária (aumento de juros para conter a inflação), opera em um plano político e em um plano ideológico, pois “trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 2010, p.22). Sobre este tema foi realizada a seguinte pergunta: “até que

ponto as propostas neoliberais podem continuar tendo passagem política democrática, na medida em que deterioram a vida da massa da população? ” (NETTO, 2010, p.31). Na perspectiva da resistência e na tentativa de nortear as alternativas ao cenário contemporâneo, a desesperança causada pelo êxito (político e ideológico) é funcional às propostas neoliberais. Diante desta problemática, é afirmado que a forma de fazer política da grande burguesia é a mistificação e o cinismo (ANDERSON, 2010). Esta mistificação pode ser ilustrada: nos anos 1980, a crise se dava com a necessidade de sustentar simbolicamente a infabilidade do capitalismo específico de ideário neoliberal (e não qualquer capitalismo) e, no entanto, o fato que teve direta influência no fortalecimento do ideário darwinista social neoliberal, foi o fim do “socialismo real” com o desmoronamento do Muro de Berlim.

A saída colocada pela burguesia para salvar seu projeto político envolveu uma disputa interna, especialmente pela dificuldade econômica atestada em taxas alarmantes da dívida pública. A expansão neoliberal do centro para a periferia a partir da crise fiscal dos países na década de 1980 gerou um ajuste exigido pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional aos países devedores e culminou com o “Consenso de Washington”, em 1989. Nestes anos, em função da queda do Muro de Berlim, embora dados indicassem uma crise nos países centrais, o neoliberalismo encontrara condições para triunfar.

Nos Estados Unidos, a experiência neoliberal gerou uma grande dívida interna nos anos 1980, no governo de Ronald Reagan (1981-1989) do Partido Republicano, quando houve, mesmo com sustentadas taxas de lucro, uma redução no crescimento da economia. A tendência do capital especulativo, já nos anos 1970, no começo da crise, em exceder o capital produtivo, gerou o desafio de acumular na superacumulação; a superprodução gerou o desemprego e o ataque aos salários reduziram o consumo. Outro ponto relevante que explica parcialmente o fracasso do neoliberalismo, como foi comprovado na experiência do próprio EUA, foi que mesmo em regimes neoliberais os custos sociais aumentaram em função da aposentadoria e do desemprego estrutural.

Nos Estados Unidos, a ideologia da escola austríaca não foi recebida de forma consensualmente suficiente para sua aplicação econômica de forma integral, porém houve um dado que impossibilitou a economia norte americana de proceder conforme as medidas neoliberais: seus gastos militares foram irresponsavelmente maiores do que a

conta pública poderia suportar - mas a condição de supremacia norte-americana legitimou a corrida armamentista no contexto na disputa contra a indústria bélica soviética. Uma das características, pois, do neoliberalismo naquele país foi a incapacidade de realizar a chamada “disciplina orçamentária”, muito embora na condição de império este país já concentrasse boa parte dos maiores rentistas do mundo. A fracassada experiência neoliberal nos Estados Unidos, no aspecto específico dos gastos militares e no aumento da dívida pública, não foi suficiente para derrotar as formulações da Escola de Chicago. Ao contrário, com a queda do Muro de Berlim, a ordem neoliberal foi colocada pelo Partido Republicano nos Estados Unidos como o cerne do Consenso de Washington em 1989. A durabilidade de um modelo econômico que fracassou em seus países de origem foi efetivada nas décadas de 1970 e 1980 em vários países latinos americanos. A consequência foi o agravamento da pobreza e a dependência econômica destes países ao capital internacional concretas nas dívidas contraídas junto ao FMI e ao BM, banco que tem como sócio majoritário o governo norte americano.

Na Inglaterra, a experiência com Margareth Thatcher envolveu uma disputa contra o Partido Trabalhista, concretizada em um amplo programa que continha privatizações, na área de seguridade social e saúde, no setor de transporte e, simultaneamente, com o Estado coercitivamente silenciando e reprimindo o movimento dos trabalhadores. Em um momento de grave desorganização política de setores do trabalhismo inglês, as propostas neoliberais encontraram ressonância no Partido Liberal e no campo ideológico impuseram como alternativa um modelo de capitalismo que viria a se modificar nos governos social democratas, em seus mandatos no Chile, Bolívia e Inglaterra.

A campanha política implicou em um controle do Estado pela relação entre capital e trabalho, mas também onerou as contas públicas com o exército de mão de obra reserva, pelo desemprego massivo, pela alteração do perfil demográfico da população e no fato de que o Estado Mínimo não deixou de ser “de bem-estar social”. No campo ideológico, as diversas maneiras de convencimento foram exitosas, se consideramos que esta foi a solução adotada com a crise dos anos 1980. A experiência inglesa marcou, pois, a etapa de cooptação de uma direita reformista e de uma esquerda reformista, como, por exemplo, pelo próprio Partido Trabalhista inglês ou o Partido

Verde alemão. Após identificarmos que o maio de 1968 foi marcado pela reivindicação de “liberdade”, percebe-se que este termo foi usado tanto pela ideologia privatizante como pela esquerda - dos radicais aos moderados. A consequência política foi a adesão de uma série de reivindicações sociais oriundas da esquerda ressignificadas pelo campo da moral não classista – a “sociedade civil”, nem Estado, nem mercado, mas um “parceiro”. Destacamos, pois, que a ofensiva da burguesia inglesa contra o movimento operário foi vitoriosa, na base de seu movimento de cooptação de setores moderados, da perseguição de sindicatos e repressão a greves. E há, enfim, aspectos do modelo inglês como a terceirização, a disciplina orçamentária, a política de deflação, que levariam a médio prazo a taxas descendentes de crescimento econômico.

O neoliberalismo só foi efetivo no processo de resposta do capital à crise do modelo fordista de produção nos anos 1970, o que levou o mercado internacional a ser marcado por uma recomposição da burguesia. Este processo envolveu a emergência de organismos multilaterais, de institutos de pesquisa, de eventos realizados por governos, partidos e mercado, em torno de uma “nova sociabilidade do capital”, alterando o conceito de “público”, “Estado” e a concepção de “sociedade civil”. As conservadoras propostas dos defensores da ordem capitalista por uma saída à crise estrutural do capital, foram associadas ao desenvolvimentismo, ao crescimento econômico e à atratividade de capitais, nos chamados “investimentos externos diretos” (IED) (CHESNAIS, 2000) como forma de pagar a enorme dívida pública contraída nos anos 1970 e 1980 nos Estados Unidos.

A expansão neoliberal do centro para a periferia, a partir da crise “fiscal” dos países na década de 1980 foi marcada por um ajuste exigido pelo BM e pelo FMI aos países devedores. Foi o momento de internacionalização do capital e dos empréstimos contraídos pelos países “em desenvolvimento”, no contexto da reestruturação produtiva e da dissolução do bloco soviético, simbolizada pela Queda do Muro de Berlim. Os lucros obtidos com os juros do financiamento das dívidas externas dos países contratantes dos empréstimos com o BM e com o FMI retornaram aos países centrais, em sua maioria usados, enfim, na realimentação do capital especulativo e no pagamento da própria dívida interna norte americana dos anos 1980 - que já voltou a crescer, junto com as taxas de pobreza.

Trata-se, também, de analisar a crise neoliberal frente à reação dos movimentos internacionalistas e ao fracasso nas taxas de crescimento econômico e do aumento da pobreza no mundo. Após produzir uma redução das taxas de crescimento econômico existentes desde os anos 1950 e 1960, o modelo neoliberal se colocou como alternativa ao modelo fordista de produção. Porém, nos anos 1980, os dados sociais alarmantes motivaram uma ala moderada da social democracia a formular críticas ao neoliberalismo, na tentativa de conquistar adesão e apresentar uma suposta “alternativa” ao modelo neoliberal.

Ao mesmo tempo em que a teoria neoliberal originada na escola austríaca foi revigorada com o fim da União Soviética, a partir da década de 1990, as suas consequências sociais como o aumento da pobreza, provocaram reação e críticas. Em um contexto de altas taxas de desemprego em uma crise econômica existente desde os 1970, as reivindicações da Terceira Via foram formuladas por Anthony Giddens, um sociólogo inglês, ex-reitor da London School Of Economics, articulador e intelectual orgânico do Partido Trabalhista da Inglaterra, e o responsável por escrever o programa da “Terceira Via”, sistematizado nos trabalhos científicos do autor. As formulações do Partido Trabalhista inglês e o uso da expressão “terceira via”, dos 1940 e 1950, consistiu em uma alternativa entre o mercado e o Estado; é antiga, porém sua roupagem é nova. A inovação se deu a partir de uma crítica ao modelo neoliberal e pela crença na efetividade de um capitalismo mais humano e responsável.

A “terceira via” sofreu alterações em suas formulações, sobretudo por se considerar “nem esquerda, nem direita”, impondo no campo ideológico um forte argumento moral contra os movimentos coletivos da sociedade, mas que contemplou a classe média decadente em um contexto de disputa intraclasse. Na análise gramsciana de luta de classes, o âmbito superestrutural possui as bases para legitimação de ações e programas na estrutura, mas na crise de direção ou de hegemonia, um movimento político organizado e bem dirigido com apoio político popular pode tornar-se protagonista da história e assumir a direção intelectual e moral.

As derrotas do trabalhismo nos anos 1970 e as receitas anti-crise do Consenso de Washington foram marcadas pela prescrição de novos aparelhos privados de hegemonia e intelectuais coletivos, as organizações não governamentais destinadas a formular e executar políticas públicas na periferia do capital (mas posteriormente para

todo o mundo ocidental). A novidade deste resultado foi que as bandeiras contra a flexibilização das leis trabalhistas não foram reforçadas pela “terceira via”, aliás, pelo contrário, a lógica de “parcerias” e de “ONGs” atuando na “sociedade civil”, impôs ao “terceiro mundo” a forma gerencial de produção de políticas públicas: as parcerias público-privadas e a emergência das ONGs.

A questão central, ao nosso ver, foi a redução do controle estatal e social sobre o mercado e a consecução de privatizações, com o objetivo de responsabilizar a sociedade civil pelo controle social via accountability (responsabilização) e reforço do que seria “vital” para a “democracia capitalista”, a governança do “capitalismo participativo”. A atuação no campo ideológico representou uma exitosa campanha do Partido Trabalhista, que foi a eleição do primeiro ministro britânico Tony Blair, em 1997 e a eleição de Bill Clinton, nos Estados Unidos, em 1992, pelo Partido Democrata.

Em 1997, houve a emergência de uma crise financeira no sudeste asiático e embates sociais nos Estados Unidos (em Seattle). Os governos de Clinton (1993-2001), Tony Blair (1997-2007) que fora líder do Partido Trabalhista entre 1994 e 2007 e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foram direcionados pelo fortalecimento dos argumentos da “terceira via”. A “terceira via” surgiu no interior do Partido Trabalhista Inglês, impulsionado pela liderança de Tony Blair e pela intelectualidade do sociólogo Anthony Giddens.

Segundo Giddens (2007), a expressão terceira via é antiga na prática política e foi “ressuscitada por Bill Clinton e pelo Conselho de Liderança Democrática dos Estados Unidos no final da década de 80, e em seguida adotada por Tony Blair” (GIDDENS, 2007, p.18). A Terceira Via está presente nos EUA através de movimentos no interior do Partido Democrata, liderados por Bill Clinton e Barack Obama, que combateram o neoliberalismo, defendendo os ideais de governança e refuncionalização do Estado. Sobre a estrutura da política de “Terceira Via”, Giddens (2007) salienta onze áreas de reforma estrutural do Estado:

Seriam as seguintes reformas: desburocratização; regulamentação do mercado; orientações e reivindicações públicas da sociedade civil; enfoque nos deveres sociais e não apenas nos direitos; igualdade social; “pleno emprego”; conexão entre políticas econômicas e sociais; reforma do estado de bem estar social; políticas ambientais; e o

estabelecimento de um “capitalismo responsável”, em uma perspectiva de defesa da regulamentação das corporações (GIDDENS, 2007, p.33).

A “Terceira Via”, na formulação de Giddens (2007), concebeu a sociedade civil como se fosse inédita na história e abordou a “participação da sociedade civil” como um dado novo, como se a sociedade civil nunca tivesse participado da história brasileira nos aparelhos privados de hegemonia. A luta de classe passou a ser produto de um “arranjo social” ultrapassado. Para Giddens (2007), o problema de não regular o mercado é ter que arcar com as consequências sociais. Os conflitos sociais que surgem em decorrência de políticas que desconsideram os aspectos sociais, exigem que as frações de classe dominante revejam a estratégia do uso da questão social, levantada como uma aliada ao novo padrão de sociabilidade.

As desigualdades sociais tornariam a política instável, os deixando mais vulneráveis politicamente, por isso o mercado deve ser regulado em alguma medida, o que o torna muito diferente da ortodoxia de Hayek. Sobre as diferenças entre o projeto da Terceira Via e o projeto neoliberal, é relevante destacar, como elemento distintivo, o papel significativo das ONGs no projeto da terceira via e a criação de uma esfera “pública não estatal”, onde atuam estas ONGs. Outro elemento que merece consideração é o que se refere a “justiça social”, que sempre foi rejeitada pelas prescrições neoliberais e aparece no ideário da terceira via pelo caráter reformista e progressista, ilustrada pela inclusão das pautas do movimento GLBT, a luta do negro, das religiões de matriz africana e feminista.

A reforma gerencial está sendo analisada em um contexto de “crise estrutural do capital” (MESZAROS, 2011), a partir da qual ficamos atentos às consequências da resposta do capital à crise, sobretudo pensando no protagonismo de ONGs e empresas na formulação das políticas educacionais. A partir do movimento da classe trabalhadora e da ofensiva da burguesia de preparar o terreno para consolidar a reestruturação produtiva, é necessário entendermos e explicarmos como os capitalistas notaram que podiam silenciar as greves e perseguir sindicatos, sobretudo com um discurso conciliatório no campo da moral. O capital também partiu de um objetivo inicial que seria

“Multiplicar seu lucro explorando-lhes [os trabalhadores] a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas virtualidades da inteligência. Foi com essa tecnologia que

desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas de gestão” (ANTUNES, 1999, p.45)

O campo da política sofreu um efeito emergente do campo ideológico, nas alianças entre setores moderados da social democracia e do trabalhismo. Após programas de contenção da inflação, os governos neoliberais de setores considerados à esquerda do espectro político realizaram governos “direitistas”, pois registraram taxas médias elevadas de desemprego massivo. O Japão e os países escandinavos não aderiram ao modelo econômico neoliberal de cartilhas da “Escola Austríaca”. E, um dos responsáveis pela difusão da reestruturação produtiva, influenciando posteriormente outros países, foi o processo tecnológico e político japonês.

“Com a derrota da luta operária pelo controle social da produção, estavam dadas as bases sociais e ideo-políticas para a retomada do processo de reestruturação do capital, num patamar distinto daquele efetivado pelo taylorismo e pelo fordismo” (ANTUNES, 1999, p.45)

Originadas pelos empreendimentos da fábrica japonesa Toyota, as novas maneiras de organização e gestão do trabalho foram parte de pesquisas do engenheiro Taiichi Ohno, nos anos de 1950 (SOUZA, D.B., SANTANA, M.A., DELUIZ, N., 1999). A extensão para outros setores da economia e indústrias envolvia um novo conjunto de palavras como velocidade, produtividade, qualidade e participação pelo espraiamento dos modelos *just in time*, *kan ban* e círculos de controle de qualidade (CCQ) (SOUZA, 1999). A produção por demanda, customizada e pelo controle da subjetividade do trabalhador, foi intensificado pela microeletrônica e pelo *politarefismo*, gerando altas taxas de adoecimento, stress, acidentes e mortes no trabalho registrados em pesquisas no campo da medicina do trabalho (ANTUNES, 1999).

A análise sobre o toyotismo inclui considerar que foram intensificadas as formas de individualização no mercado de trabalho e que, subjetivamente, foi garantida a adesão voluntária pela imposição de um padrão de um máximo de polivalência e multifuncionalidade, submetidos a uma vigilância maior, pois supervisionados por gerentes. Diante de argumentos crentes na distribuição de renda oferecida pela globalização, é relevante notar que este controle para a produtividade gerou aumento do “stress e o desgaste físico e mental no trabalho (...) tendo elevado também a frequência

da morte instantânea por trabalho estafante (*karoshi*) ” (SOUZA, 1999, p.55-56). Disto resulta que a concepção de “qualidade” se tornou um critério notável por todos aqueles que defendem a aplicação deste sistema de administração flexível (SOUZA, D.B., SANTANA, M.A., DELUIZ, N., 1999). É importante notar que a polivalência foi identificada como multitarefa disposta em superposição de tarefas (SOUZA, 1999).

Nesta seção foram analisadas as origens da doutrina neoliberal dos anos 1940, de crítica ao modelo macroeconômico de Keynes, a sua difusão na Europa Ocidental e parte da Oriental, na América Latina e nos EUA, com variadas resultantes a depender das especificidades de cada país. As medidas neoliberais foram analisadas nos EUA, na Inglaterra e no Chile, como resultado da crise do modelo fordista de produção e do desmonte do Welfare State. Por fim, analisamos a crítica que partiu de um movimento reformista contra as medidas econômicas extremas do neoliberalismo, defendendo a participação cidadã não classista, ou seja, atacando os índices de desigualdades geradas com o modelo econômico neoliberal, porém não criticando a estrutura do capital e apenas reformando a relação capital-trabalho, com a preocupação de camuflar a existente luta de classes.

Trata-se, agora, de verificar o movimento de recomposição do capital frente a crise dos anos 1970, primeiramente, no âmbito infra estrutural do Estado, ou seja, em sua base material. Este se dá no contexto da chamada “Terceira Revolução Industrial” dos anos 1970, a partir da microeletrônica, robótica, química fina, da emergência da produção/administração flexível e das novas formas de organização do trabalho e seus impactos geopolíticos e sociais. Deve-se continuar a usar “bloco histórico” e Estado ampliado, com base na análise do neoliberalismo e em seus “êxitos e fracassos”, na análise sobre o movimento infra estrutural de recomposição burguesa.

2.2 O movimento infra estrutural da recomposição do capital

O surgimento do toyotismo no Japão nasceu a partir de pesquisas do engenheiro Taiichi Ohno, nos 1950, em contato com métodos já usados pelos EUA, que resultaram em uma nova organização do mundo do trabalho, de forma a aumentar a produtividade e elevar a taxa de lucro das empresas. A empresa Toyota aplicou o modelo de produção por demanda, ampliando as ofertas de produtos mais caros e customizados, resultando no fim de estoques e em uma flexibilidade da produção e

aumento do controle sobre o trabalhador (técnica do *just in time* e do *kan ban*). A análise deste modelo de organização implica rever o processo de sua gestação, desde a década de 1950, até sua difusão, a partir da crise fordista da década de 1970.

A iniciativa imperialista, desde o século XIX, envolveu tensões no extremo oriente quando a crise dos 1880 intensificou a luta intraclasse na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, na fase das guerras imperialistas. A Guerra Sino-Japonesa travada com a China, em 1894-1895, terminou em um acordo de paz, mas marcou um agravamento na relação entre China e Japão, durante o império de Meiji Tennō (1867-1912) que duram até hoje. A história do Japão é a de uma nação devastada pela Guerra com um “bloco social” no poder que temia o aumento de ideias comunistas no país. Este viveu, nos anos 1920 e 1930, as consequências da Grande Depressão, com altas taxas de desemprego e maior pobreza, portanto foi em uma conjuntura de revolução contra o capitalismo e o stalinismo, que está situada o regime japonês de 1932.

Já existiam técnicas nos EUA, como a chamada *kan ban*, mecanismos de controle do tempo, que permitiram elevar a produtividade e o controle subjetivo face a um novo trabalhador. No auge da crise de 1929, o Japão investiu em armas, invadiu a China em 1932 ameaçando os imperialistas norte americanos e europeus e o país soviético e, após seis anos, entrou na II Guerra com a Alemanha e Itália, ambas fascistas. Em 1932, com a chegada dos militares ao poder, após alguns golpes anteriores, a indústria bélica japonesa recebeu altos investimentos e os direitos democráticos foram abolidos. A ofensiva contra o ocidente e parte do oriente alavancou a economia japonesa, especialmente com a engenharia de Taiichi Ohno; já havia uso da técnica do *kan ban* (cartões que controlavam o fluxo de produção) e os engenheiros como Ford nos EUA ampliaram outras técnicas de racionalização da produção, no fordismo e suas linhas de montagem.

A alteração na estrutura do mundo do trabalho foi marcada no Japão pelos sindicatos empresas, cooptados pelo Estado, resultando em um terço dos trabalhadores com emprego estável e 75% da produção realizada fora da Toyota. A qualificação era restrita a jovens do sexo masculino, os salários eram mantidos mesmo que houvesse crise, por meio da redução da taxa de lucro do setor financeiro - já havia os germes para a terceira revolução industrial de microeletrônicos, da robótica, da química fina e da

biotecnologia. O Japão e a Alemanha investiram em tecnologia de guerra por décadas frente à hegemonia militar norte americana, inglesa e russa, porém a destruição do final II Guerra resultou em milhões de mortos e a aniquilação de sua infraestrutura.

A necessidade de reerguer a economia japonesa levou ao chamado “milagre japonês”, no final dos anos 1960, um exitoso processo de crescimento econômico e de perseguição ideológica aos comunistas organizados no país. A reconstrução da Europa a partir do Plano Marshall foi oportuna para o estreitamento de relações econômicas entre EUA e Japão. À partir de novos acordos geopolíticos (EUA importavam 27% do comércio de produtos japoneses), o Japão integrou temporariamente a Rodada de Genebra, realizada em 1947, que se transformou no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade, GATT), criada no mesmo ano, base da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras coisas, no sentido de reforçar as políticas antidumping³⁴. A década de 1940 foi marcada pela derrota japonesa na II Guerra Mundial e pela bomba de Hiroshima e Nagasaki, lançadas pelos EUA.

A difusão das novas formas de organização do trabalho se deu a partir da crise fordista da década de 1970 e pela expansão da microeletrônica; o Japão não aderiu à alternativa neoliberal nem à alternativa soviética à crise dos anos 1930, influenciando outros países com as técnicas desenvolvidas na empresa Toyota. A novidade da robótica e da microeletrônica permitiram a condição de potência imperialista, com registros de taxas de crescimento de 10% ao ano - a economia japonesa só foi entrar em recessão nos anos 1990. No auge da crise do petróleo de 1973, o Japão possuía esta taxa de crescimento desde finais da década de 1960, fruto de investimentos (sobretudo norte-americanos) na expansão da microeletrônica e das indústrias de automação e robótica. Este modelo toyotista foi uma alternativa real ao modelo fordista, que influenciou os fluxos de produção de outros países, os quais adotaram de formas mais ou menos parciais as técnicas da Toyota. O aspecto que deve ser sublinhado é a não adesão do Japão ao modelo neoliberal, bem como a não adesão dos países escandinavos.

No Japão, o Estado tinha o controle sobre os investimentos, aliado a um projeto do capital, concretizado na OMC e no BM, por interesses políticos dos EUA, que militavam contra o comunismo no oriente. O que diferencia o modelo toyotista do

³⁴ Pressionar as economias periféricas contra o protecionismo.

modelo fordista é que é 1) uma produção muito vinculada à demanda, fundamenta-se no trabalho operário em equipe, 2) produção flexível (uso simultâneo de várias máquinas), 3) o princípio *do just in time* (melhor aproveitamento possível, estrutura horizontalizada, transfere a terceiros subcontratados, expandindo métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores), 4) funciona no sistema de *kan ban*, comandos para reposição de peças e estoques, 5) os Círculos de Controle de Qualidade (revisão do próprio desempenho) e 6) o “emprego vitalício” (estabilidade restrita aos homens jovens, 25% dos operários) (ANTUNES, 1999, p.55).

A primeira característica, produção por demanda, é explicada para vencer no mercado restrito, conseguir novo perfil de consumo e reduzir os custos em um movimento de despadronização da produção. A segunda, a flexibilidade da produção, é “multitarefaísmo”, a subcontratação e a terceirização de 75% da produção; a terceira, a horizontalidade, é a atividade laboral em equipes para competições de desempenho intraequipes na herança fordista de repetição como na linha de montagem (mais funções ao mesmo tempo); a quarta é relativa a estoques mínimos para não haver desperdícios e maior diversidade; a quinta é a teoria da qualidade total concretizada na empresa, um mecanismo de revisão contínua para o melhoramento contínuo e, enfim, a sexta é o emprego estável para um terço dos trabalhadores, na contramão do que os neoliberais da Escola Austríaca preconizavam.

O governo japonês enviou consultores para Europa e para os Estados Unidos no intuito de acessar as últimas inovações em tecnologia da gestão. A Toyota utilizou deste conhecimento acumulado, como as técnicas de gestão dos supermercados dos EUA que originaram o *kan ban*, para se apresentar como resposta à crise japonesa do pós-guerra. O êxito do capital de voltar a acumular foi marcado por um aumento da exploração do trabalho, pois houve a redução dos trabalhadores nas fábricas. Portanto, conseguiram produzir mais sem aumentar o número de trabalhadores – ampliou-se a jornada de 9 para 10 horas e a jornada semanal de 48 para 52 horas -, ou seja, aumentou-se a intensificação do ritmo produtivo “combinando-[se] fortemente as formas de extração absoluta e relativa da mais valia” (ANTUNES, 1999, p.56).

A própria estabilidade do emprego no Japão foi já revista na direção da flexibilização das leis trabalhistas, gerando a aumento da precarização, a subcontratação, a terceirização e, com o aumento do exército de mão de obra reserva, a

redução salarial. A lógica neoliberal com herança fordista foi complementada, pois, com a técnica e o procedimento japoneses em uma combinação de tecnologias da gestão de europeus, norte americanos e japoneses para sustentar a acumulação de capital.

Com a crise do modelo fordista, os países centrais e alguns na periferia, adotaram o modelo neoliberal, nos anos 1970, com formas de gestão e de produção flexíveis, substituindo a gestão burocrática do Estado por uma gestão flexível da relação capital-trabalho. O Japão foi responsável pelas formulações e inovações na estrutura organizacional do trabalho, identificadas como japonização de outras economias pela difusão dos Centros de Qualidade Total (CQT) (SOUZA, 1999). A gestão burocrática foi marcada por uma rigidez na relação capital-trabalho, mas com algum grau de direitos sociais, no sentido de manter fixas algumas conquistas da classe trabalhadora.

A produção flexível japonesa, embora tenha ficado diferenciada pela não supressão dos direitos trabalhistas, resultou em uma casta da classe dos qualificados do país, ampliando a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (SOUZA, D.B., SANTANA, M.A., DELUIZ, N., 1999). Por outro lado, a incorporação de técnicas japonesas desenvolvidas na Toyota pelo ocidente, não resultaram em uma extinção do fordismo, mas envolveram a produção flexível em países marcados por uma mescla entre elementos do toyotismo e do fordismo periférico (ANTUNES, 2013). As novas formas de controle sobre o trabalho implicaram em um novo tipo de trabalhador que, com a crise do fordismo nos anos 1970, marcaram a passagem do Estado burocrático para o Estado gerencial e para as novas formas de acumulação flexível.

A Qualidade Total é um método de administração corporativa com ferramentas, técnicas e programas baseados em desempenho, produtividade e com foco nos resultados. A eficiência dos fluxos produtivos foram mais competitivos e geraram a maior qualificação do trabalhador e a altos graus de especialização, embora a maior parte dos operários da Toyota fosse explorado de forma igual ou maior que os da fábrica Ford. A expropriação do tempo e da imaginação do trabalhador, aliada no Japão à participação nos lucros, salários constantes pela regulação e controle sobre os juros dos rentistas, fizeram da experiência japonesa modelo vencedor na disputa intraclasses. A esquerda classista foi perseguida tanto nos Estados Unidos como no Japão, através de uma mútua colaboração entre os maiores investidores em armas e tecnologia de guerra

do mundo, especialmente pela corrida armamentista contra a União Soviética e da luta ideológica anticomunista.

A recomposição burguesa no âmbito da base material envolveu a formação de um bloco social composto por intelectuais coletivos e individuais em torno do gerencialismo, que vão desde formuladores até acionistas rentistas do capital financeiro. A economia financeirizada engendrou o Estado educador, no sentido gramsciano, de conformação das massas à sua imagem, para ocultar a luta de classes e, como resultante, os liberais ortodoxos, obtiveram apoio ideológico da classe média e fragmentaram e perseguiram os sindicatos. Na luta pela hegemonia, a crise dos anos 1920 na Europa e na Ásia, especialmente por alternativas efetivadas na Rússia, em 1917, mas também na Alemanha e na Itália, nos anos 1930, passou a exigir uma disputa no campo ideológico, para dirigir a política em um contexto de crise econômica.

Pela difusão e expansão da microeletrônica e do modelo de produção japonês - que experimentou crescimento econômico vertiginoso, pela tecnologia de guerra, sendo a principal ferramenta de luta durante a Guerra Fria, a crise de hegemonia europeia foi marcada por uma união de forças entre potências ocidentais contra o comunismo. Além disso, a indústria bélica possuía relevância naquele momento político; o Japão investiu bastante em tecnologia de guerra e se tornou nos anos 1960, no auge da Guerra do Vietnã, uma potência imperialista. Sobre o gerencialismo como novo paradigma na gestão do trabalho é necessário analisarmos documentos do Movimento da Qualidade, originado no Japão

“A FALCONI teve origem na Fundação Cristiano Ottoni, na Universidade Federal de Minas Gerais, que, na década de 80, iniciou o movimento Qualidade Total com a ajuda dos japoneses da Juse (Japanese Union of Scientists and Engineers). Nesse momento, foi fundado o INDG, organização que se tornou líder em consultoria de gestão com foco em resultados no Brasil. A partir de outubro de 2012, a empresa passou a se chamar FALCONI Consultores de Resultado”.
<http://www.falconi.com/quem-somos/historia/#sthash.CVvQvB0V.dpuf> Acessado 23/03/2015)

A difusão de estudos sobre o gerencialismo e as consultorias de gestão foram expandidas, sobretudo nos anos 1980, como forma de atender aos setores públicos e aos privados, na área de administração e gestão de projetos. Em parceria com a Fundação

Cristiano Ottoni³⁵, ligada à Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a japonesa JUSE³⁶, criada em 1946, ajudou a construir um movimento sobre Qualidade Total no Brasil, no contexto do crise dos anos 1980. A ideia de qualidade estava associada a alteração de uma tecnologia com forte pressão à padronização, a era industrial do fordismo, para uma tecnologia que tem o efeito oposto, o de uma produção flexível, capaz de atender a demandas individualizadas.

Se o fordismo precisou de um Estado populista, a produção flexível se fortaleceu em regimes neoliberais, onde o Estado tem menor regulação e controle sobre o setor financeiro - passou a existir concorrência em setores que antes eram monopólios do Estado. A empresa flexível seria capaz de uma produção customizada destinada aos estratos superiores de renda, investindo em uma despadronização dos desejos do consumidor. Primeiro a privatização foi uma resposta à crise, ampliadas as áreas de negócios ao setor privado e, segundo, a teoria da qualidade foram os remédios para a “saúde” do mercado. As tecnologias de gestão e produção sem a regulamentação estatal exigiram alta concentração de capital, mas foram consideradas soluções anticrise.

A estabilidade do emprego no Japão foi uma das distinções entre o toyotismo e o neoliberalismo, mas nos anos 1980 e 1990 o Japão reviu o “emprego vitalício” e a tendência seria a de uma redução progressiva (ANTUNES, 1999). A intensificação da exploração da força de trabalho foi uma consequência do toyotismo que, com sua difusão pelos 75% de produção fora da fábrica Toyota, influenciou novas formas de gestão do trabalho. A incorporação da flexibilização, ou seja, as consultorias da JUSE

³⁵ Tem como missão “apoiar a UFMG, especialmente a Escola de Engenharia, servindo de elo entre a academia e a Sociedade, no desenvolvimento de suas atividades de extensão em ensino, pesquisa e extensão, pautadas pelo interesse público ou coletivo.” São parceiros: ADASA – Ag. Regul. Agua, Eng. e Saneamen. Bas.do Df; ANDRADE GUTIERREZ; ARCELOR MITTAL; BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: BDMG, BNDS; CAPES / MEC; CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A – CEMIG D; CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.; CNPq; COPASA; ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte Do Brasil S/a; ENERGISA – Distribuidora de Energia AS; ENTE-empresa Norte de Transmissão De Energia Elétrica; FAPEMIG; FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A; FIAT AUTOMOVEIS S; FIEMG – IEL – SENA; FINEP; FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A. GERDAU; HOLCIM; MINISTÉRIOS FEDERAIS: MEC, MDIC, MS, MT; MRV Engenharia e Participações PETROBRAS; PRECON ENGENHARIA LTDA; SLU – UPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA; SAMARCO MINERACAO S/A – BH; SECRETARIAS DE ESTADO DE MG; SIEMENS; SUDECAPE; USIMINAS; VALE; VALLOUREC VOTORANTIM. <http://www.fco.org.br/fco/parceiros/> Acessado 23 03 15.

³⁶ <http://www.juse.or.jp/english/profile/> Acessado 23 03 15

realizadas na Escola de Engenharia da UFMG, alteraram a estrutura da organização do trabalho no Brasil, com ganho por produtividade e aumento na jornada de trabalho, subcontratação e terceirização da produção - a liofilização organizacional da gestão (ANTUNES, 1999). É possível dizer que para os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, desde os anos 1970, com a crise estrutural, a economia japonesa tornou-se modelo de organização e gestão do trabalho, a ser replicado nos países da periferia do capital. A economia apresentou taxas reduzidas de lucro e foi submetida ao desafio de acumular na superacumulação e vender cada vez mais mercadorias (produzir) no mercado restrito (GURGEL, 2003), o que levou às perseguições aos sindicatos e a progressiva compressão da massa salarial, tanto no Japão como em todos os outros países do ocidente japonizado.

As críticas ao modelo de acumulação flexível reafirmaram a difusão ideológica da necessidade de reestabelecer a “confiança” no mercado, da infabilidade das taxas de lucro e do crescimento econômico, em uma roupagem nova. No Brasil, foi identificada como “nacional desenvolvimentismo às avessas” (GONÇALVES, 2011) e “social liberalismo” (CASTELO, 2010). O que caracterizaria a primeira roupagem seria a “desindustrialização e dessubstituição de importações” e a outra seria a hegemonia da fração de classe financeira utilizando, com políticas de ajuste fiscal e aumento do exército de reserva industrial, privatizações e criando a propriedade “pública não estatal” (PEREIRA, 1995). Sobre a intensificação da mão de obra e da minoria qualificada no mercado japonês, foi um projeto de relação capital-trabalho

“Maquiado por prêmios ou recompensas individuais e grupais, em detrimento dos salários negociados coletivamente nada mais do que *fetiches* que buscam, através de estímulos materiais que dividem a classe trabalhadora, a cooptação do trabalhador para os projetos patronais” (SILVA, 2000)

Acima é possível perceber a cooptação da classe trabalhadora, por projetos patronais, por bonificações e recompensas individuais, fragilizando o sentido coletivo do trabalho e do sindicato. A japonização da economia pode ser ilustrada pela administração flexível que foi utilizada de forma acentuada, intensificando a expropriação da classe operária, embora garantindo uma performance dinâmica do capital na direção de formas para sair da crise. Nos anos 1980 a ideologia da qualidade total, que permaneceu como uma saída para crise, privatizando e cooptando a classe operária pelos ideais de cooperativismo, solidariedade, alteraram a gestão do trabalho e

promoveram um extermínio do sentido coletivo do trabalhador, individualizando no multitarefismo o fluxo de produção³⁷.

Segundo Gurgel (2003), a qualidade total seria um eufemismo para ocultar a dinâmica em torno da obsolescência planejada e a progressiva redução da taxa de durabilidade das mercadorias. A teoria da qualidade seria um intermediário entre customização e o fordismo, pois lá também produzia lotes de produção despadronizada, utilizando a qualidade como diferencial. No Brasil, a Falconi foi uma bem-sucedida autora de gerência da qualidade total, centrada na ideia de agregação de valor e melhoria contínua (“kaisen”), sendo a administração flexível a agregação contínua de novos valores na chamada “gerência participativa”, por meio de um “índice de novidade” que geraria um “espiral ascendente de renovação tecnológica/renovação do produto/renovação tecnológica” (GURGEL, 2003, p. 129). A teoria da qualidade total foi a segunda medida da tecnologia da gestão para aumentar a taxa de lucro - função da taxa de mais valia e da composição do capital.

A análise acerca da intensificação da precariedade do trabalho sob a gestão gerencial exigiu verificar resultados de pesquisas na área da Sociologia do Trabalho. A intensificação do controle do ritmo de trabalho foi agravada com a economia flexível, pois haveria uma sobreposição de tarefas, aumentando doenças relacionadas ao trabalho. A necessidade de ou aumentar a produção em quantidade ou reduzir o pessoal de produção, para aumentar a produtividade, levou a administração flexível a um corte de custos, pois “reduziu a renda do trabalhador, reduziu o emprego, intensificou a exploração do trabalho e vem extinguindo as formas de proteção trabalhistas (resquícios do Welfare State)” (GURGEL, 2003). A desregulamentação do trabalho foi necessária e, frente ao aumento dos índices de crescimento, houve a expectativa de mais emprego e diminuição das desigualdades, mas, ao contrário, “assemelha-se às primeiras oficinas coletivas” (GURGEL, 2003, p.135). A análise sobre a administração flexível, considerando o conflito entre capital e trabalho, permitiu concluir que “a sua característica mais marcante não é flexibilidade” e que “apesar de apresentar-se de forma fragmentada – são técnicas pontuais, criações de formuladores singulares -, esta

³⁷ Sobre as disputas entre o patronato rural e o agroindustrial (que geraria a expansão do agronegócio) cf. LAMOSA (2014).

tecnologia de gestão está articulada coerentemente pelo desafio da acumulação sobre a superacumulação” (GURGEL, 2003, p.137).

A partir de estudos de sociologia do trabalho Alves (1999) apresentou dados de sua pesquisa acerca da condição de saúde dos trabalhadores, com o foco na subsunção da subjetividade do trabalhador. A compressão salarial, as dívidas internas e o desemprego estrutural foram consequências desta acumulação, pois a intensificação da exploração do trabalho possibilitada na gestão gerencial foi baseada no fato de que “o capital toyotizado sabe se apropriar intensamente dessa dimensão intelectual do trabalho que emerge no chão da fábrica e que o taylorismo/fordismo desprezava” (ANTUNES,1999, p.206).

A pesquisa na área de sociologia da educação encontrou índices elevados de intensificação da precariedade e na existência do infoproletário (ANTUNES & BRAGA, 2009), como “variantes do proletariado da era cyber, que se encontra em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços” (ANTUNES, 2011, p.414)³⁸, - com empregos e subempregos temporários em elevada magnitude. Resultados divulgados sobre a degradação do trabalho real no período toyotista, foram avanços sobre a natureza destrutiva materializada nas novas gestões do trabalho. A figura do gerente foi substituída pela sistemática prática dos membros das equipes de denunciar colegas, em um movimento de controle de qualidade para o qual o capital precisou do próprio trabalhador para alcançar novos índices de correção e de revisão do que foi realizado.

A relação capital-trabalho foi regulada a partir de uma alteração na estrutura da estratificação burguesa, ampliando os trabalhadores temporários e reduzindo os estáveis, progressivamente, sobretudo no próprio Japão. Esta nova divisão do trabalho implicou em uma fragmentação da classe trabalhadora, ainda maior do que a vivida no século XX, no fordismo. Porém, a acumulação flexível exigiu o corte de custos com encargos sociais e novas relações laborais se estruturaram a partir da liofilização organizacional (otimização) (ANTUNES,1999).

A ideologia da parceria e a lógica neoliberal foram reunidas no conceito de “qualidade total”, que é um mecanismo de sofisticar as formas de extração

³⁸ A figura do infoproletário pode ser ilustrada nos cursos de formação em “Técnicos de Manutenção de Suporte de Informática”, com salários menores do que os de “Técnicos de Informática”. Ou seja, fragmentação e precarização da força de trabalho para aumentar a mais valia absoluta.

simultaneamente de mais valia relativa e absoluta. A lógica neoliberal conseguiu sucesso, em grande parte, por conta da capacidade de reduzir a massa salarial, que é gerada com altas taxas de desemprego, mas além disso quebrou a unidade relativa existente. A imposição ideológica de um modelo de trabalhador foi parte da dinâmica do capital que superou os seus próprios obstáculos, até certo ponto, pois também ampliou as críticas ao modelo de globalização em curso. As fábricas que possuíam controles de qualidade em parceria com os próprios operários foram eficazes na formação do trabalhador colaborador e parceiro. Isto nos leva a nos questionarmos acerca das tendências da divisão social do trabalho e da estrutura das entidades representativas da classe trabalhadora, para entendermos hoje a composição da classe laboral.

Apresentando reflexões críticas acerca da morfologia social, estudos de Alves (2010) identificaram a nova precarização em um contexto específico, o do “capitalismo manipulatório”, destacando como característica “a presença ostensiva de um complexo de máquinas informacionais nos locais de trabalho reestruturados e na vida cotidiana dos jovens operários e empregados” (ALVES, 2010, p.5). Os desdobramentos de sua pesquisa foram relevantes para o entendimento do toyotismo, não como um sistema isolado, mas como parte do processo do capital-imperialismo de alcançar níveis necessários de produtividade. No contexto de administração flexível, o “novo caráter” da precarização é a captura da subjetividade de forma mais intensa, inovada com o (auto) controle da qualidade total, pela apropriação de suas ideias pelo patrão, o multitarefismo, pela intensificação da exploração do trabalho - e o conceito de força trabalho foi ressignificado como mercadoria e trabalho vivo (ALVES, 2010), numa “desefetivação do homem como ser genérico” (ALVES, 2010, p.02). Sua pesquisa, sustentada em teorias críticas à dimensão de indivíduo da psicanálise, buscou “a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital” (ALVES, 2010, p.03).

As crises em um contexto de crise estrutural geram recessões de forma ainda mais violentas e intensas, inclusive nos países centrais, mas nos países “em desenvolvimento” a situação pode ser ainda mais grave. A desigualdade aumentou entre os habitantes dos países e entre os países, o descontentamento social foi registrado e as greves foram e são crescentes nos últimos momentos de resposta do trabalho à crise. A

sindicalização tendencialmente foi se reduzindo, em função da fragmentação e aumento dos temporários, informais e autônomos. É possível concluir que, apesar da ofensiva neoliberal, o movimento social classista e sindical produziu respostas nas ruas, nos vários movimentos contra a “cúpula” da economia mundial de manter sua posição de dominante e submeter o trabalho à valorização do capital. Sobre a captura da subjetividade, essa se dá por uma mediação semiótica (nas interconexões que realizam na sua consciência) e destaca: “a afetividade, o inconsciente, a cognição, o semiótico, o simbólico, a vontade, a estética, a imaginação, e etc. Este é o ‘campo imaterial’ onde se disputa a subjetividade do trabalho vivo produtor de valor no capitalismo global (ALVES, 2010, p.18).

A questão cultural emergiu pela relação existente entre a administração flexível e o “modelo japonês” - os próprios criadores do toyotismo reconheceram que foram influenciados por métodos já utilizados nos Estados Unidos. A gestão do trabalho foi alterada e de forma mais acentuada a captura e a potência geradora de mais valia, então as empresas alcançaram uma nova taxa de eficiência na produção de mais mercadorias por menor custo. A contradição são as taxas de desigualdades alarmantes e a quantidade muito maior de trabalhadores temporários no mercado, o que reforçou as reformas neoliberais propostas pelos países centrais. Os estudos sobre a captura da subjetividade mostraram a intensificação da exploração da força de trabalho, em duas dimensões: do “ser humano genérico” e da mercadoria (ALVES, 2010), com base em pesquisas nas alterações do mundo do trabalho, após a emergência da gestão flexível do trabalho no capitalismo. A economia foi engrandecida com a ideologia, na concepção de Gramsci, para conformar o trabalhador ao perfil necessário para a produção de mais mercadoria e o estrangulamento da luta de classes.

Resta analisarmos, enfim, como se deu a resposta do capital à crise, a partir da superestrutura do Estado, na qual foram protagonistas os organismos e organizações multilaterais tratados até aqui, como o BM e o FMI. A consequência da recomposição burguesa, que envolveu a crítica da Terceira Via ao neoliberalismo, foi a contrarreforma liberal do Estado, concretizada na alteração de sua estrutura, papel e funcionamento, especialmente a partir das propostas do Partido Trabalhista inglês, do Partido Democrata norte-americano e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e com apoio dos aparelhos privados de hegemonia (FIESP, CNI) e outros partidos.

2.3 O movimento superestrutural da recomposição: a contrarreforma do Estado

A explicação relativa às questões sobre a transição da ditadura para a democracia brasileira, nos anos 1970 e 1980, exige uma análise contextualizada, usando formulações sobre a Revolução Burguesa no Brasil, que foram norteadas por uma visão dialética da história. A elaboração de Fernandes (2011) sobre a transição democrática levou em conta a natureza do capitalismo dependente e das disputas entre as frações de classe dominante. O Estado, nos anos de 1950, era financiador e investidor através da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a base política sobre a qual a sociedade se moveu foi baseada na democratização da política, sobretudo em função da polarização imposta pela Guerra Fria. A ditadura autocrática burguesa foi caracterizada como um modelo de alteração da dinâmica capitalista e das formas de dominação burguesa.

A década de 1960 foi marcada, no Brasil, por uma reinserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, sendo “a ‘revolução brasileira’, nos limites em que ela se equaciona historicamente, literalmente uma revolução burguesa” (FERNANDES, 2010, p.131). Os argumentos que sustentaram a formulação do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes se basearam na ideia de que a burguesia nacional teria combinado, “em bases puramente capitalistas, alguma sorte de *welfare state* com crescimento econômico acelerado” (FERNANDES, 2010, p.129) (grifos do autor). Sobre a contrarreforma neoliberal do Estado, um estudo identificou “que os esforços eram concentrados na perspectiva de descentralizar a execução dos gastos sociais do fundo público, focalizar as políticas públicas e estabelecer parcerias com o mercado” (LAMOSA, 2014, p.154).

A interpretação crítica acerca da Revolução Burguesa brasileira, desconstruiu a ideia de que o subdesenvolvimento seria um estágio passageiro, a desaparecer, numa espécie de retorno histórico ao que ocorreu nas economias capitalistas centrais. A especificidade deste processo histórico se explica pelo fato de que “as revoluções burguesas ‘retardatárias’ da parte dependente e subdesenvolvida da periferia não foram só afetadas pelas alterações havidas na estrutura do mundo capitalista avançado” (FERNANDES, 2010, p.343-344) e que, “o ‘retardamento’ da Revolução Burguesa, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia, adquire assim uma conotação política especial” (FERNANDES, 2010, p.345).

A recomposição burguesa foi condicionada pelos efeitos da desigualdade interna e pelos efeitos da dominação imperialista externa, numa compatibilização entre revolução nacional e capitalismo dependente forjando a chamada “nacionalidade burguesa”. A estrutura autocrática do Estado burguês tinha como fração hegemônica no bloco de poder o capitalismo urbano industrial que incorporou o capitalismo agrário (FERNANDES, 2010). A Confederação Nacional da Indústria (CNI), criada em 1938, seria um *moderno príncipe industrial* brasileiro, se constituindo em um estado maior intelectual representante da vontade coletiva dos industriais, que foi capaz de preservar e dinamizar a acumulação de capital. Até 1938, a burguesia não tinha resolvido suas divergências internas, então a CNI foi marcada pela Era Vargas como a maior parte da estrutura sindical brasileira, integrada ao sistema corporativo do Estado Novo (RODRIGUES, 2007).

A existência de um amplo movimento social na esteira do trabalhismo, alavancado pelo crescimento do trabalhismo europeu nos anos 1950 e 1960, herdou um movimento trabalhista europeu “neoliberalizado”. A emergência de respostas do trabalho à crise, embora insuficientes para garantir novas conquistas, resultou em movimentos sociais mais ou menos classistas. No âmbito internacional, as Ligas Camponesas foram instrumentos de resistência no campo, frente ao intenso processo de industrialização dos anos 1940 e 1950 e, em função de seu internacionalismo, foram replicadas de formas variadas em outras partes. No caso brasileiro, na década de 1980, ocorreu com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, em um contexto que herdara “estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semi-arcaicas operando como impedimento à reforma agrária” (FERNANDES, 2010).

A pesquisa de Dreiffus (1987) identificou uma vasta rede de organizações empresariais anteriores a 1964 que tinham como objetivo “conter as forças populares, desagregar o bloco histórico-populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar” (DREIFFUS, 1987, p.229). Estes estudos apontaram, de forma detalhada, as articulações realizadas pelo empresariado brasileiro, em suas novas modalidades de organizações, sobretudo mostrando o dinamismo do capital para obter os mecanismos de sua própria sobrevivência. O complexo Instituto de Pesquisas de Estudos Sociais (IPES) e Instituto

Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) - IPES-IBAD - foi resultado da ação do bloco burguês no poder pró-intervenção militar (suas táticas foram modelos replicados no Chile dez anos depois) (DREIFFUS, 1987). Considerando a ação política da fração burguesa contra a corrente trabalhista mais ou menos populista, com traços de um “*welfare state* à brasileira” herdados dos anos 1950, as táticas ideológico-sociais e político-militares do bloco histórico modernizante-conservador foram voltadas para obter apoio da classe média e de setores populares, para derrotar o bloco histórico populista.

A “sociedade civil” brasileira, nos anos 1960, em função de sua difusão tardia no pensamento social brasileiro, foi associada no senso comum a regime civil em contraposição à regime militar, dificultando a difusão da tradição liberal em torno do papel da sociedade civil (FONTES, 2010). A expansão de movimentos de favelas, bairros e associação de moradores foi organizada em torno da “questão urbana”, em uma luta especificamente relacionada ao processo de urbanização. Também foram frequentes as lutas estudantis e populares, reprimidas em 1964, inclusive dominadas a partir do aprofundamento das associações empresarias por setores e ramos de produção. O alargamento da estrutura de representação com caráter estatal e corporativo, foram acompanhadas pela criação de organizações profissionais como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), dentre outras (FONTES, 2010). É necessário analisar a sociedade brasileira a partir do uso do conceito de “capital imperialismo” (FONTES, 2010), do conceito de “hegemonia da pequena política” (COUTINHO, 1999) e tangenciar as ações do agronegócio brasileiro (LAMOSA, 2014).

Sobre o processo de despolitização da sociedade civil e da difusão dos organismos difusores da nova pedagogia da hegemonia - as ONGs e as empresas “sustentáveis” -, a utilização do termo “sustentabilidade” converteu a maioria dos capitalistas em rentistas, aos investimentos em parcerias com a educação, entendendo-a como estratégica na reprodução da sociabilidade do capital na chamada fase do “capitalismo manipulatório” (ALVES, 2010). A característica do “moderno príncipe” é a sua função de vocalizador de uma classe, como um partido no sentido gramsciano, que

possui seus intelectuais orgânicos e atuam em conjunto como um intelectual coletivo na sociedade civil que, em Gramsci, responderia a

“Uma extensão da socialização da produção, mas não atua apenas no espaço produtivo. Compõem-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social” (FONTES, 2010, p.216)

A única saída para o capital é conciliar exploração de mais valor e disciplinamento da população (hegemonia – consenso e coerção), mas a dominação, no contexto do capital-imperialismo, ocorre em múltiplos níveis (FONTES, 2010). A expansão do capitalismo no Brasil gerou disputas entre frações de classe dominantes com alianças e acordos, envolvendo os resultados de uma industrialização que avançava sobre as fronteiras agrárias. A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – destinada ao mercado interno – em disputa com a Sociedade Rural Brasileira (SRB), voltada para exportação, entraram em uma disputa que gerou uma nova estrutura de representação patronal e empresarial, que marcou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Como parte da dominação, o convencimento e o disciplinamento da força de trabalho foi parte de uma formação ideológica a partir do Sistema S (SESI, SESC, SENAI)³⁹, com forte protagonismo da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e do seu braço intelectual, o Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP). Nos anos 1980 e 1990, houve uma alteração na estrutura das representações das várias frações da burguesia em associações mobilizadas na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), por exemplo. Um dos resultados desta reorganização da sociabilidade burguesa no Brasil foi a constituição de modelos de associação como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que atua como articulador da agenda empresarial brasileira (FONTES, 2010). Na esteira das tradições anticomunistas, os governos de Cardoso (1994-2002) foram caracterizados por mecanismos de adesão ao projeto neoliberal de esconder a “grande política”. Então

“Existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana

³⁹ Respectivamente: Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

dos indivíduos, como simples administração do que existe” (COUTINHO, 2010, p.32).

As características das “revoluções passivas” envolvem uma reação da classe dominante a pressões populares, sem auto-organização (classe-para-si), de revolução “por baixo”; e que essa reação é conservadora da ordem social burguesa, *mas* absorve, acolhe, incorpora (cedendo) uma “parcela” das reivindicações que vem da classe de subalternos; e, por fim, que a conservação amplia as possibilidades de novas alterações (COUTINHO, 2010, p.33). Logo, “estamos diante, nos casos de revoluções passivas de uma complexa dialética, de restauração e revolução, de conservação e modernização” (COUTINHO, 2010, p.34). A categoria “contrarreforma” foi mobilizada por Gramsci (a combinação entre o “velho” e o “novo”) mas Coutinho (2010) argumentou que o significado do termo “reforma” foi alterado, de conquista de direitos - antes do neoliberalismo-, até restrição de direitos - já no contexto neoliberal. Neste sentido, não há espaços para conquistas de direitos, já que a “luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado” (COUTINHO, 2010, p.35).

A reorganização das frações de classe burguesa no Brasil foi marcada por campanhas e ofensivas contra o trabalhador e na busca de adesão de setores da sociedade política. As propostas neoliberais foram concretizadas nos documentos da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A CNI publicou, em 1994 o documento “Rumo ao Crescimento – a visão da indústria”, enviou-o ao Congresso Nacional com o objetivo de apresentar propostas para a redução do chamado “custo Brasil” de reformas estruturais para elevar o Produto Interno Bruto (PIB). A FIESP publicou o documento “Livre para crescer” (1990) que continha a preocupação pedagógica e foi uma evidente explicitação da percepção dos empresários de que deveriam buscar a hegemonia. Sobre a necessidade de uma estratégia pedagógica de atuação, a FIESP afirmou que:

“[...] será absolutamente essencial ter uma boa pedagogia a respeito dos ganhos de uma economia mais livre e do colapso iminente da situação atual. A sociedade precisará ser mobilizada nesse campo. A sociedade precisará ser chacoalhada por duas forças: uma dramática, apontando o fim da festa; outra construtiva, indicando a saída segura da liberalização da economia. Ou seja, uma combinação de medo e esperança. [...] Será necessário detonar a campanha pedagógica o mais diretamente possível junto à própria população, para que esta passe a

referendá-la e, com isso, constranger as lideranças empresariais, sindicais e políticas que a ela se opuseram” (FIESP, 1990, p.259)

É possível identificar acima a prescrição da “nova pedagogia da hegemonia” (MARTINS, 2009), nas expressões “campanha pedagógica”, na perspectiva do Estado Ampliado, trabalhado no capítulo I. A expressão “boa pedagogia” foi utilizada também no sentido de conformar a sociedade ao projeto defendido pela FIESP, inclusive com estratégias para novas adesões do empresariado não totalmente convencidos da necessidade das propostas apresentadas. O documento “Rumo ao crescimento” (1994) continha como requisitos e condicionantes, estabilização econômica, reordenamento econômico, reforma do Estado, reforma da Previdência e reforma tributária. Em seguida, a formulação sobre a competitividade foi realizada no tópico “política de competitividade industrial” dividida em política industrial, política tecnológica e política de comércio exterior. Presente neste documento, na reforma do Estado que, aqui, chamamos contrarreforma liberal do Estado, está a ideia de que o Estado é incapaz de administrar com eficiência, defendendo flexibilizar leis trabalhistas e contratos. Sobre a formulação da CNI de que o Estado seria incapaz de administrar com eficiência pela burocracia, esta “comprova a aproximação entre a teoria do capital humano e [a] reorganização do padrão de sociabilidade do capital” (LAMOSA, 2014, p.78).

A formulação neoliberal no Brasil foi iniciada no manifesto de fundação do PSDB, formulado por José Serra e assinado por Mário Covas, em 1988, um partido político vocalizador de uma fração identificada como geradora de parte da Terceira Via brasileira. É necessário retomar o debate sobre a Terceira via, considerando que a entrada do neoliberalismo no Brasil aconteceu de forma retardada, uma vez que só se consolidou a partir de 1995, com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e na aliança PSDB-PMDB-PFL. Neste contexto, o neoliberalismo, em âmbito internacional, já era atravessado pelas críticas formuladas pelo movimento da Terceira Via, lideradas por Tony Blair (Inglaterra) e Bill Clinton (EUA). Tanto que ambos, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, formaram a Cúpula de Governança Progressista (depois Lula ocupou a cadeira brasileira).

No Brasil dos anos 1990, a adesão ao neoliberalismo não era consensual entre os empresários, mas o bloco social formado com a aliança entre setores da indústria e entre grupos políticos, criou as condições para a reorganização da sociabilidade do capital e a

vitória do projeto neoliberal no interior da classe dominante (LAMOSA, 2014). As eleições brasileiras de 1993, que levaram Fernando Henrique Cardoso à presidência, foram marcadas por uma aliança política entre setores do PSDB, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL). O bloco social formado era constituído por liberais moderados e liberais ortodoxos, capazes de ampliar as frentes de negociação, a partir de diálogo e compromisso com líderes da Terceira Via, Tony Blair e Bill Clinton.

As disputas intraclasse foram resolvidas com uma aliança que possuía raízes em formulações críticas à lógica radical da economia neoliberal. É preciso considerar citando como exemplo as empresas estatais de telefonia, a Companhia Siderúrgica Paulista (CSP) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vendidas para o capital privado, que só com a abertura da “economia ao capital externo não garantiria por si só o projeto neoliberal. Para tanto seria necessário desenvolver e pôr em prática um plano de desvinculação estatal sobre certos setores da economia” (LAMOSA, 2014, p.83).

Os principais teóricos da Terceira Via no Brasil foram o economista Luís Carlos Bresser-Pereira e o sociólogo José Guilherme Merquior, pois formularam um modelo de Estado com traços de uma burguesia populista. A lógica privatizante do liberalismo, resultando em um “social liberalismo” (CASTELO, 2013), foi voltada para uma política reformista, transferindo ao setor privado espaços que eram administrados pelo Estado, além de condicionar um contrato social à responsabilização da “sociedade civil” para com o controle social e a participação cidadã. Sobre o debate intraclasse liberal, a ideia segundo a qual “as discrepâncias entre conservadorismo e liberalismo tornam-se tão claras quanto as que separam o liberalismo do socialismo” (MERQUIOR, 2008, p.193) incorre em dois equívocos: o primeiro é dissociar liberalismo de conservadorismo (diferente do conservantismo) e o segundo é que tanto conservadorismo quanto o liberalismo precisam do Estado (dos aparelhos repressivos-coercitivos e privados de hegemonia do Estado Ampliado) para legitimarem-se. Um terceiro grave erro ainda seria o conceito de “socialismo” que, na visão dos liberais ortodoxos se identificaria com as “socialdemocracias” e com as economias planificadas. Em seu entendimento, Merquior (2008) avaliou que

“Os neoliberais ‘hayekianos’ tendem a desconfiar da liberdade positiva como uma permissão para o “construtivismo”, julgam a justiça social um conceito desprovido de significação, defendem um

retorno ao liberalismo, e recomendam um papel mínimo para o Estado. Quanto aos neocontratualistas que se alçaram à fama na década de 1970, alguns deles, como Rawls e Bobbio, estão espiritualmente próximos dos novos liberalismos aos neoliberalismos às inclinações igualitárias do novo liberalismo, enquanto outros, como Nozick, aparentam-se antes com os neoliberais” (MERQUIOR, 2008, p.218-219).

A citação acima apresentou uma distinção entre a classe dominante, entre os que identificaram o liberalismo contra a democracia e o liberalismo a favor da democracia, na defesa de um estado democrático de direito, que seriam as “inclinações igualitárias do novo liberalismo”. A abordagem liberal da sua disputa interna foi um potente mecanismo de naturalizar o capitalismo como sistema inevitável, especialmente, a partir dos anos 1990, no Brasil. Atrelada à campanha neoliberal, as intervenções dos social democratas e dos reformistas liberais heterodoxos foram condicionadas pelas diretrizes do Consenso de Washington (1989). Adicionamos a este contexto as eleições de candidatos da burguesia populista inclinados sorrateiramente a realizar as medidas socioeconômicas da Escola de Chicago, na América Latina como um todo.

No entendimento da disputa entre liberais heterodoxos e liberais ortodoxos, se “o neocontratualismo de Bobbio desafia abertamente os neoliberais conservadores” (MERQUIOR, 2008), a vitória de um modelo liberal que incorporou a “justiça social” pode ser identificada como a matriz da terceira via. A questão da “governança” e do “capitalismo participativo”, tanto no âmbito das entidades representativas de associações empresariais quanto no âmbito da sociedade política, foram características do “social liberalismo” (CASTELO, 2013). No Brasil, as políticas neoliberais foram tardias e geraram um espaço de disputas em torno de projetos políticos iniciados com a redemocratização e com as eleições presidenciais em 1989.

A reforma gerencial do Estado brasileira foi caracterizada pelas formulações do intelectual orgânico do Luís Carlos Bresser Pereira PSDB (que saiu recentemente do partido) no primeiro mandato do governo Cardoso (1994-1997), à frente do ministério criado especialmente para isto, o Ministério de Reforma e Administração do Estado (MARE). O principal documento referente à reforma gerencial brasileira é o Plano Diretor da Reforma (BRASIL, 1995), usado para compreendermos a história a partir da constituição do MARE (1995-1998) e sua ampliação para estados e municípios da federação.

No contexto de formulação da política pública encerrada no “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (1995), a Câmara da Reforma do Estado na Presidência da República, era composta pelos ministros do Trabalho, Fazenda, Planejamento e Orçamento e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Sobre um suposto retrocesso na Constituição de 1988, quanto à manutenção do Regime Jurídico da União (RJU), as formulações liberais foram contundentes quanto à suposta inexorabilidade da gestão flexível do trabalho e, como resultante, formula que

“Torna-se, assim, essencial repensar o sistema de motivação dos servidores públicos brasileiros (...) em momentos de crise e de transição como o que vivemos, o papel do Estado e do servidor público ficam confusos. A ideia burocrática de um Estado voltado para si mesmo está claramente superada” (BRASIL, 1995 p.39)

Na lógica acima, seria “confusa” a tarefa do servidor - embora sua prática profissional seja gerida publicamente porque o destinatário de seu serviço exclusivamente é o público, em seu sentido universalizável. É possível perceber no trecho acima a campanha implícita mobilizada por este intelectual de privatização de espaços administrados pela esfera governamental, que está baseada na militância contra o Estado burocrático e no reforço ao Estado flexível. Escamoteada pela formulação acima, a “crise” é parte da crise estrutural da década de 1970 dos países centrais que adotaram o modelo da escola austríaca e agravaram a questão inflacionária interna e externa na periferia do capital pelos empréstimos do BM ao Brasil. Não se resolveria a “crise”, aliás, com a exclusão de empregos estáveis e aumento de temporários, pois em função deste aumento de temporários os índices de produtividade foram se reduzindo no Japão nos anos 1980 e 1990.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi estruturado em nove tópicos: introdução, três formas de administração pública, breve histórico, diagnóstico, aparelho de Estado e as formas de propriedade, objetivos, estratégia de transição, projetos e órgãos estratégicos da reforma do aparelho do Estado. A tese do Plano propõe que se conceba outra forma de gestão que não seria pública nem privada, entendendo que existem outras formas de propriedade, como a “pública não estatal”. Afirma o Plano que

“Como resultado do retrocesso burocrático de 1988 houve um encarecimento significativo do custeio da máquina administrativa, tanto no que se refere a gastos com pessoal como bens e serviços, e

um enorme aumento da ineficiência dos serviços públicos” (BRASIL, 1995, p.22)

Na Introdução do Plano Diretor foi destacada a crise do Estado e a necessidade de ajustes fiscais, “reformas econômicas orientadas para o mercado”, e aumentar a governança, além de uma “nova” “política social”. O autor entende a administração pública pela sua estrutura organizacional, os três Poderes e os três níveis Federal, Estadual e Municipal, funcionários públicos e militares. Segundo Bresser Pereira (1995),

“O Estado é a organização burocrática que possui o poder de legislar e tributar sobre a população de um determinado território, em uma concepção weberiana de Estado, como organização burocrática que tem o monopólio da violência legal de determinado território” (PEREIRA, 1995, p.41).

O Plano salienta que aparelho e Estado se diferenciam pelo Estado ser mais amplo, e acentua a diferença entre reforma do Estado e Reforma do Aparelho de Estado. Entende, nesse sentido, que a reforma do Estado é mais abrangente e envolve outras áreas do governo, e até a sociedade, e a reforma do aparelho de Estado seria especificamente quanto a uma “eficiência” supostamente da “cidadania”. A “eficiência” seria aplicável em estados e municípios, mas fortalecendo uma gestão de ONG e organizações sociais (OS) na concepção de gestão pública não estatal, como subsídio a fundo perdido, isenções tributárias e fiscais, empréstimo a juros negativos, e toda forma de privatização, como foi o caso da Vale do Rio Doce, em 1997, apenas para citar uma grande estatal (LOUREIRO, 2011; LEHER, 2011; CUNHA, 2009; FONTES, 2010). Para Bresser-Pereira (1995), a Reforma do Estado tem como justificativa a crise “fiscal” do Estado e a falta de realismo da proposta neoliberal de Estado Mínimo, afirmando que “reformular o aparelho do Estado significa garantir a esse aparelho maior governança” (BRASIL, 1995, p.44). O Estado Gerencial substituiria o Estado Burocrático por duas razões: 1) a questão da eficiência; e 2) a gestão pública não estatal. Em suas palavras

A propriedade *pública não-estatal* torna mais fácil e direto o controle social, através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos, ao mesmo tempo que favorece a parceria entre sociedade e Estado (BRASIL, 1995, p.43).

Esta Reforma reorientou a utilização do fundo público, através da privatização dos serviços públicos essenciais (educação, saúde e previdência) e estratégicos

(aeroportos, estradas, energia etc.). A área social passou a ser caracterizada pela distribuição de bolsas e outras políticas que não alteram as relações capital-trabalho, altamente conflituosas, sobretudo, em países com o nível de exploração do Brasil. Sua concepção de liberalismo heterodoxo esteve presente em suas formulações, como a que ressignifica a categoria “público” e “sociedade civil”.

“Existe no capitalismo contemporâneo uma terceira forma, intermediária, extremamente relevante: a propriedade pública não estatal (...) organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público” (BRASIL, 1995, p.42).

Sob uma perspectiva utilitarista, a formulação de “público” estaria ligada a interesse social, oferecendo-se o serviço “público” tanto pelo público quanto pelo privado. As Organizações Sociais (OS) são herdeiras das Organizações Não Governamentais (ONG) dos anos 1970 e 1980. O “público” seria um objetivo estratégico para o século XXI na base de sustentação da argumentação que, segundo FONTES (2010) se baseia na passagem da atuação das ONG para as estratégias empresariais. Trata-se, pretendemos sustentar aqui, de um projeto de nação que envolve um modelo gerencial de gestão, que se desdobra em formas específicas de produzir políticas públicas, defendidas como uma administração pública mais próxima do cidadão. O regime de colaboração entre os entes federativos foi alterado, em uma nova proposta de pacto federativo, pautado por accountability ou co-responsabilização, com a promoção deste modelo de produzir política pública, marcada pela parceria público-privada. Sobre o espraiamento do modelo, é reforçada pela dinâmica do Estado, e porque, na avaliação do autor do Plano Diretor, já em 2008,

“Entre os países em desenvolvimento, o Brasil foi o primeiro a iniciar uma reforma gerencial. Fui diretamente responsável pela iniciativa, mas esta coube também ao presidente Fernando Henrique Cardoso que, diante de minha manifestação de interesse em dirigir a Secretaria da Administração Federal, a transformou em Ministério da Administração Pública e Reforma do Estado. Treze anos depois, a Reforma continua a se realizar em todo país a nível federal, estadual e municipal” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.148).

Ao analisar o documento do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), “Subsídios para a reforma do Estado” (BRASIL, 1994a), uma pesquisa aponta que a “descentralização restrita ao aparelho de Estado pode se dar de uma esfera de governo para outra (da União ou de Estados para municípios), ou no interior de uma

esfera de governo” (PERONI, 2009, p.67). A pesquisa de Peroni (2009) ainda ressaltou, na análise deste documento, a descentralização do aparelho de Estado para a sociedade e os cinco pontos que teriam sido mais debatidos até então:

“A transferência de empresas estatais para a propriedade privada”; “a transferência de exploração, da administração pública para a administração privada, de um serviço público”; “a terceirização da exploração, da administração pública para a administração privada”; “a participação da população na gestão pública e o controle social pelo cidadão, das autoridades, instituições e organizações governamentais”; e “a descentralização ampla, que é a combinação das formas descritas” (PERONI, 2003, p.68).

Os cinco pontos acima reafirmam uma tendência nacional recorrente nos trabalhos sobre o tema de Estado, gestão e políticas públicas em educação. O controle social apareceu em outros estudos sobre o papel redefinido do Estado, embora com diferentes abordagens e referenciais teóricos. A privatização em um sentido estrito foi derivada de uma corrente hegemônica nos países centrais do capitalismo, como parte da cartilha do FMI e do Banco Mundial. A ideia central era a de que o “público não estatal deveria responsabilizar-se pelas políticas públicas, não sendo, portanto, prerrogativa do Estado; o privado, ou as ONGs, ofertariam tais serviços, porém, com subsídios do Estado” (LIMA, 2004, p.26).

Atuando como partidos no sentido dado por Gramsci, por “dirigir e coordenar ações de implementação das metas, monitorar as ações, avaliar os resultados e, ainda, coordenar a sustentação da ‘aliança’ e o trabalho de difusão na sociedade” (MARTINS, 2008, p.7), o Todos pela Educação (TPE) durante um breve período, entre 2006 e 2007, articulou a política educacional no país e fez alianças e divulgação na condução da agenda de debates até a aprovação do PNE (2014). No que se refere à participação de empresas, um estudo aponta que

“Exemplos dessa participação podem ser conferidos a partir da atuação dos sócio fundadores do TPE em instâncias decisórias tais como MEC, INEP e secretarias de educação; ou instâncias consultivas, como CNE, Consed e CDES e, simultaneamente, em entidades de classe, como FIESP, Febraban, CNI; e, diversas organizações do terceiro setor e associações empresariais, tais como GIFE, Instituto Ethos, fundações e ONGs das mais variadas; organismos internacionais, como UNESCO, Banco Mundial, BID, PREAL; além de, evidentemente, sua participação em grupos empresariais de grande poder econômico” (MARTINS, 2013, p.149).

É possível perceber os mecanismos de criação de consensos e alianças entre as principais corporações financeiras, além do protagonismo de associações empresariais e de organizações não governamentais. A “responsabilidade social” é um dos mecanismos de acumulação de capital, com a justificativa de co-responsabilização e “boa governança” numa política supostamente mais próxima do cidadão. No trecho acima é possível perceber como as secretarias de educação foram instâncias de apoio para a atuação dos sócios fundadores do TPE e à sua capilaridade nacional, no contexto de descentralização administrativa.

Considerados centrais no estudo sobre o desenrolar da política pública educacional brasileira, os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE) e a Diretoria de Articulação com Sistemas de Ensino (DASE), foram os mecanismos utilizadas por grupos políticos em determinada correlação de forças, para fortalecer o Sistema Nacional de Educação (SNE) e enraizar nos estados e municípios apoio ao Plano Nacional de Educação, somente aprovado em 2014. A atuação do “Todos pela Educação” (TPE) foi decisiva na criação do consenso em torno de uma agenda nacional na busca de uma gestão que trata a educação não como privada, mas como pública não estatal. Recentemente, uma pesquisa sobre as ADE e a reformulação do Sistema Nacional da Educação (SNE), aponta que a criação em 2011, da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), é parte de um conjunto de mecanismos de atuação do “Todos pela Educação” (TPE) e no seu protagonismo e sucesso no projeto de privatização da educação brasileira (SILVA, 2015). Ela conclui que

“A SASE passa a representar a especialização dos aparelhos estatais, no caso o MEC, para a construção de consenso em torno de uma agenda nacional de educação sob a direção dos setores empresariais representados pelo TPE, ajustando a administração política dos estados e municípios ao processo de ‘contrarreforma’ em curso na educação básica, materializando a hegemonia de um ‘bloco de poder’” (SILVA, 2015, p.123).

Os setores empresariais (Grupo Gerdau, Grupo Suzano, Banco Itaú, Banco Bradesco, Organizações Globo) estão hoje na condição de portadores do projeto educacional e atuam como ofertadores do serviço “não exclusivo” do Estado, como formulou o intelectual da contrarreforma liberal do estado no Brasil, o ex-ministro do MARE, Bresser Pereira. No âmbito da sociedade política foi possível identificar os efeitos da reforma gerencial no MEC, presentes na sua estratégia de criação de

consensos e alianças. O próprio sítio do governo apresenta que a “SASE tem contribuído para fortalecer o caminho de construção de consensos ou acordos em torno de temas relativos ao Sistema Nacional de Educação”. A pesquisa acima acabou revelando um dado relevante, o fato do MEC estar sendo dirigido pelos setores empresariais, organizados no TPE e as formas de alianças estratégicas e a participação em fóruns nacionais sobre a educação (SILVA, 2015).

A conclusão de um estudo sobre os reformadores empresariais da educação, de que “ainda há tempo para o Brasil não implementar tais políticas e evitar mais uma década perdida para a educação brasileira” (FREITAS, 2012, p.396), provou não ser válida. A “década perdida” norte-americana se deve ao reconhecimento público concretizado inclusive no “perdão” do presidente Barack Obama, aos estados que não atingiram as metas - Plano de Metas que contém o Plano de Ações Articuladas (PAR), segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Sobre o papel da pedagogia das competências no contexto de contrarreforma do Estado, nas palavras de Leher

“Na educação básica, este processo vem ocorrendo por meio de uma miríade de iniciativas articuladas que pretende erodir os últimos fundamentos públicos da educação em prol de uma escola em que o que é dado a ensinar está limitado a livros didáticos e, cada vez mais, a apostilas elaboradas por corporações que, no lugar de conhecimentos científicos, veicula os referidos descritores de competências a serem aferidos pelos sistemas centralizados de avaliação que dão suporte ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (LEHER, 2014, p.03).

No trecho acima, em um estudo sobre atuação do capital na educação, são sublinhadas as formas pelas quais estes intelectuais coletivos do capital atuam na escola pública, reforçando a centralidade das formas de avaliação contidas na política. Seja por monopólio na produção de material didático, seja por “descritores de competências”, a avaliação da educação é composta por critérios estabelecidos por corporações. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) acima citado, é uma política de avaliação externa que condiciona os recursos à pontuação de cada escola, presente no Plano de Metas como parte do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014). A consequência da contrarreforma neoliberal, presente no principal documento de educação - o PNE (2014) - foi um modelo de administração que ressignifica o “público”, classificando-o como “não estatal”, readaptando o discurso neoliberal, mas

mantendo os princípios liberais clássicos de harmonia e colaboracionismo social, presentes na tese de sustentação do capital.

Um artigo recente acerca do TPE que tinha como objetivo analisar a dinâmica da articulação empresarial destacou os empreendimentos na educação a partir da Rede Latino Americana de Organizações da Sociedade Civil pela educação (REDUCA (SILVA, 2016, p.102). A REDUCA comportaria treze países da América Latina e Caribe para motivar vínculos entre empresários e escolas no continente inteiro. Seu objetivo de acordo com sua página é assegurar para crianças e jovens, até 2022, o direito à educação básica, enfatizando qualidade e a presença do empresariado com a “sociedade civil” despida dos vínculos classistas⁴⁰. O TPE é um aparelho privado de hegemonia, pois representa interesses de frações de classe dominante e reproduz a sociabilidade do capital. A difusão do ideário da terceira via envolveu as investidas do Todos Pela Educação que surgiu “sob os escombros das promessas e investidas do ‘velho’ neoliberalismo, [ajudando a] redefinir um padrão de acumulação capitalista a partir da incorporação e ressignificação de paradigmas como democracia, responsabilidade social e cidadania”.

As pesquisas sobre as reformas educacionais nos anos 2000 demonstraram que a condução das políticas públicas tomou proporções latino americanas no que se refere aos interesses de frações do empresariado na educação. Houve, então, como parte da concretização da pressão das entidades patronais, a transferência direta de recursos públicos através de ações como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) dentre outros (SILVA, 2016). De acordo com Leher (2015) os ganhos da TPE envolveram ocupação de espaços na mídia e em artigos e revistas como porta vozes de frações do empresariado como um partido político⁴¹, que atuam na direção política, intelectual e moral da sociedade e produzindo consensos. Os principais resultados desta mobilização empresarial foram o lançamento do PDE, em 2007 e o *lobby* do TPE no processo de construção do Plano Nacional Educação (PNE)

⁴⁰ Fonte: <http://www.reduca-al.net/nosotros>. Acessado 09/03/2017 as 10:45hrs.

⁴¹ Fonte: <http://www.mst.org.br/2015/07/01/grandes-grupos-economicos-estao-ditando-a-formacao-de-criancas-e-jovens-brasileiros.html>. Acessado 09/03/2017 as 10:48hrs.

(SILVA, 2016). De acordo com Silva (2016), foi criado pelo TPE, em 2010, o Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE), para acompanhamento das estratégias do PNE em discussão, contando com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As políticas públicas brasileiras elaboradas em 2002 e 2003 sofreram recomendações do Banco Mundial, pois este na mesma época produziu novos documentos para revisão das prioridades de 1994 e, na década de 2000, houve na alteração do mundo do trabalho a simplificação das cadeias produtivas e expansão econômica (principalmente o setor de commodities) e a educação passou a ser vista, por exemplo, como um serviço (OMC, AGCS, 1995). Em 1992, no Tratado de Maastrich houve um giro neoliberal europeu que se transformaria na União Europeia (UE) e, em 1999, abriu-se um mercado comum europeu de educação superior em um processo descentralizado e não institucionalizado na Declaração de Bolonha. Os objetivos principais eram reduzir os custos por estudante /ano em cinquenta por cento, reduzir o tempo de graduação de quatro anos para três e aumentar as taxas e matrículas. No documento “Educação no setor de serviços” (OMC/AGCS, 1995), de 2000, dirigido ao Conselho de Comércio de Serviços da OMC, os eixos foram a diversificação das fontes de financiamento (Chile) e a diferenciação das instituições, em favor das formas não universitárias, dissociando ensino e pesquisa.

A relação público-privado, entre 2001 e 2010, foi marcada por uma leve expansão de 2007 para 2008 da modalidade educação à distância (EA) pública, com a expansão do REUNI – um contrato de gestão na lógica de cumprimento de metas. A Declaração de Bolonha se deveu ao processo de recomposição burguesa, na articulação das corporações sobre a inovação tecnológica, adequação de pacotes tecnológicos, operando no limite da fetichização da mercadoria (MARX, 2013). Em um estudo sobre a atuação dos intelectuais na luta de classes, análises foram voltadas para entender como o acadêmico passou a ter que “empreender”. As três instituições acadêmicas citadas por Slaughter & Leslie (1999), Anhanguera, Pearson e Universidade Aberta do Brasil (UAB), têm orçamento equivalente à metade das sessenta universidades federais do país (SLAUGHTER & LESLIE, 1999).

A Rodada do Uruguai, de 1986 (antigo General Agreement on Tariffs and trade GATT, em português Acordo Nacional de Tarifas e Comércio de 1947),

influenciou reformas que tinham ao menos quatro âmbitos: as atividades exclusivas do Estado (RJU); serviços não exclusivos do Estado e o não pertencimento ao Estado (Emendas Constitucionais EC 19/ EC 20). Em 1994, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC) que tinha como objetivo supervisionar e liberalizar o comércio internacional. A questão entre o protecionismo e o livre comércio envolveu a nova regulação estatal, com políticas focais como o Programa Bolsa Família, um modelo de distribuição de renda no capitalismo contemporâneo capilarizado pelo sistema financeiro, mas que não tem seu sistema organizado pelos bancos. A prática assistencialista se debruçou em um discurso de competitividade internacional, por isso a organização destas práticas esteve alinhada a acordos mundiais, especialmente no que se referiu ao modelo de Estado e aos programas voltados para a contenção da pobreza.

Na perspectiva do Estado Ampliado, as virtudes da sociedade civil, então, foram revigoradas com as ONGs sendo entes privados vinculados às corporações (FONTES, 2010). Os entes de direito público operam a reforma do Estado, engendrando as fundações, na função de “publicizar” que expressam o deslocamento da responsabilidade dos serviços de interesse público para as fundações privadas. Na perspectiva gramsciana, “é Estado e não é Estado ao mesmo tempo” (GRAMSCI, 2012), pois os defensores da sociedade civil teriam negligenciado os direitos sociais.

Neste capítulo apresentamos um aparato conceitual para analisar as origens históricas do neoliberalismo, a análise da crise do modelo de acumulação fordista e a emergência do modelo de acumulação flexível. A recomposição burguesa em seu movimento infraestrutural foi analisado com base nas exigências de produtividade e de reforma no Estado para desregulamentar o mercado de capitais, por pressão da FIESP e CNI ampliando assim as esferas de ação submetidas à concorrência do setor privado. Além disso, ocorreram graves consequências para o movimento operário, a perda de direitos trabalhistas e a intensificação da exploração da mão de obra. No plano superestrutural, a recomposição burguesa foi movida por uma aliança entre PSDB e PMDB, na formulação e execução da contrarreforma do Estado.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A LÓGICA GERENCIAL

Neste capítulo analisamos dois documentos, um publicado pela UNESCO chamado “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (DEDS) (2005-2014) e o outro a Lei 9795/99, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA,1999). Também introduzimos os dados da pesquisa em um levantamento dos sujeitos coletivos envolvidos no processo, sobre a dinâmica de implementação da PME/RJ, trazendo o conceito de gerencialismo trabalhado no capítulo II, para a compreensão do histórico desta política pública.

A análise envolveu o conceito de “reformismo ambiental”, definido por Freitas (2005) como “a possibilidade de mudanças sem se alterar as estruturas fundamentais do capitalismo industrial, sendo, portanto, insuficiente para superar as próprias contradições das sociedades atuais que continuarão a degradar o meio” (FREITAS, 2005, p.54)⁴². Este artigo teve como objetivo produzir uma interface entre as ciências sociais e as ciências da saúde a partir da questão ambiental. A presente tese avançou no uso deste conceito no campo da educação e tratou de forma específica do conceito, diferente de Freitas (2005) que não utilizou metodologicamente o conceito de forma central.

De acordo com Trein (2012) a compreensão da temática da educação ambiental crítica exige investigarmos a relação entre a crise do mundo do trabalho, a crise econômica e a crise ambiental, denunciando “o uso de energias não renováveis e o uso do solo e da água de forma cada vez mais predatória” (TREIN, 2012, p.306). A necessidade de expansão da produção gerou a cultura do desperdício, estimulada pela obsolescência programada, especialmente na década de 1970, considerando que “naquele momento as certezas da modernidade foram postas em dúvidas [como] a crença no poder da ciência e da técnica” (TREIN, 2012, p.305). Na construção da crítica deve existir um anúncio de uma alternativa no sentido da construção permanente de novas utopias de superação da ordem. Outro conceito analisado foi o de “economia verde”, definida pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) “como uma

⁴² Cf. “As ciências sociais e o enfoque ecossistêmico de saúde” In MINAYO, MCS., and COIMBRA JR, CEA., orgs. *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 708 p. ISBN 85-7541- 061-X. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>>.

economia na qual a finitude dos recursos naturais, os serviços ecossistêmicos e os limites planetários dados pela ciência são levados em consideração”⁴³.

Estas foram as bases conceituais que sustentaram os programas de desenvolvimento sustentável expressos na lógica de projetos de educação ambiental, com o fomento a parcerias público privadas. As campanhas para a promoção das cidades educadoras foram, por exemplo, concretizadas no encontro “Declaração de Barcelona”, de 1990. Neste documento, afirmou-se que a cidade educadora teria “personalidade própria”, sendo definida como “um sistema complexo em constante evolução” (Carta “Cidades Educadoras” - 1990).

Nesta pesquisa sobre o processo de formulação da PME/RJ, analisamos os cursos de formação de professores, entre 2011 e 2012, em parceria com universidades⁴⁴, para entender as disputas em torno da sua formulação. Os dados empíricos analisados com o foco no exame da formulação da PME compuseram uma análise sobre os impactos do curso, a avaliação do mesmo, os projetos de educação ambiental nas escolas, a carga horária, as tensões na SME/RJ, o descompasso entre SME/RJ e SMAC/RJ na cogestão e, por fim, o rebatimento dos princípios da UNESCO nas atas da CSPEA.

Este capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, 3.1, chamada de “Reformismo Ambiental”, dialogamos com pesquisas sobre o documento da UNESCO (LIMA, 2003; LOUREIRO, LAYRARGUES & CASTRO, 2010). Neste tópico, foram destacadas as concepções de “Estado”, “sociedade civil”, “educação”, “educação ambiental” e “sustentabilidade” da DEDES, sistematizadas pelos APH FGV e Invepar. Na segunda parte, 3.2, chamada de “A dinâmica de implementação da PME”, apresentamos o levantamento dos sujeitos coletivos e a análise de conteúdo das publicações na FGV/RJ. Neste tópico, as concepções das categorias acima destacadas na DEDES foram analisadas nas formulações dos APH FGV/RJ e Invepar e foram focados o histórico e as formas de inserção da PME/RJ na rede municipal de ensino.

43

(http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2747:catid=28&Itemid=23. Acessado 23 02 17).

⁴⁴ Universidade Federal Fluminense (UFF), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

3.1 O reformismo ambiental

Nesta seção, analisamos o documento “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (DEDS) (2005-2014)⁴⁵ da UNESCO e também analisamos a PNEA (1999) para contextualizar a pesquisa sobre a PME/RJ. A DEDS foi pensada, em 2002, no âmbito da ONU e a Assembleia das Nações Unidas teria designado a UNESCO “para liderar a promoção e implementação da *década*” (UNESCO, 2015, p.27) (grifo meu). Este plano foi criado pelos intelectuais orgânicos do “Grupo de Consultores de Alto Nível”⁴⁶, voltado para o assessoramento à UNESCO em “áreas de estratégia e conteúdo” da DEDS. Este documento está relacionado com os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM)⁴⁷, que por sua vez, tratam das metas traçadas no Fórum de Dakar, de 1990, publicadas no documento “Compromisso Educação Para Todos” (UNESCO, 2000). A DEDS teria como objetivo

“Integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos” (UNESCO, 2015, p.27).

O documento expõe os encontros considerados marcos para a questão ambiental, para reorientação e incentivo dos valores presentes no “Programa Educação Para Todos”. Este programa se deu conforme a “Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” escrita em 1990, em Jomtien, na Tailândia (UNESCO, 1998), no Fórum de Educação financiado pelo Banco Mundial e pela UNESCO. A expressão “desenvolvimento sustentável” foi criada pelo economista polonês Ignacy Sachs, para quem “a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentada no tempo” (SACHS, 2004, p.214).

As dificuldades inseridas na estratégia de implementar a governança teriam sido, de acordo com a análise acima, debatidas na Conferência da UNESCO “Educação para Todos”, em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Ali foram lançadas as bases sobre a

⁴⁵ Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/> Acessado 26 08 2017 às 18:55 hrs.

⁴⁶ Fonte: BRASÍLIA, 2005 “Dr. Akito Arima, senador e ex-ministro da Educação, Ciência e Cultura do Japão; Prof. Alpha Omar Konaré, presidente da Comissão para a União da África e ex-presidente da República de Mali; Mr. Carl Lindberg, secretário de Estado Adjunto do Ministério da Educação e Ciência da Suécia e Mr. Steven Rockefeller, diretor do Fundo Irmãos Rockefeller, EUA”.

⁴⁷ Fonte: <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>. Acessado 26 08 2017 às 18:54hrs.

qualidade da educação, definindo como ações: criar indicadores de desempenho e realizar a implementação de sistemas de avaliação de maneira a quantificar o efeito da escola, do professor ou programa no desempenho dos alunos. Ao tratarmos do discurso da sustentabilidade, a “fórmula” da parceria, conforme apontou Lamosa (2015), tem uma função na operacionalização do equilíbrio das forças no Estado Ampliado, na qual não caberia ao Estado restrito certas funções.

As conceituações da UNESCO relativas as categorias também analisadas nas atas da CSPEA e nos documentos da FGV e Invepar foram nesta pesquisa necessárias para a compreensão da dinâmica de implementação da PMEa. Em síntese, as formulações da DEDS foram sistematizadas por uma intelectual orgânica do APH FGV e vereadora criadora da PMEa Aspásia Camargo, que já fora presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e sócio fundadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), criado em 1973.

A lógica de atuação da FGV foi a de fornecer a base teórica necessária para a programática política de seguir o que foi definido nas alterações no pacto federativo, com a transformação de entes públicos em entes privados e com a transferência de recursos públicos para entidades privadas prevista na definição de “propriedade pública não estatal”. Este seria o pano de fundo da ideia de “governança” que surgiu como um elemento central no programa das reformas educacionais brasileiras e que, especificamente para esta tese, marcou o processo de construção da PMEa/RJ.

Analisamos as concepções das categorias⁴⁸ selecionadas em um documento da Invepar, a “Política de Sustentabilidade do Grupo Invepar” e alguns documentos da FGV⁴⁹. Alguns grupos de pesquisa acerca das estratégias de dominação de classe trabalharam com a hipótese de que a FGV e a ONG IBASE, foram as organizações da nova pedagogia da hegemonia, pois teriam sido, nesta visão,

“Centrais na difusão dos autores e dos pressupostos da pedagogia da hegemonia, embora sob ângulos distintos. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), que historicamente vem formando intelectuais orgânicos do capitalismo brasileiro ao longo do século XX, inicialmente

⁴⁸ Estado, sociedade civil, educação, educação ambiental e sustentabilidade.

⁴⁹ Cf. “Gestão Pública Municipal” (2009), “Cidades Inteligentes e Mobilidade Urbana”(2011), “Educação e gestão pública” (2011), “Os desafios do Rio Sustentável (2012), “Parcerias Público Privadas no Brasil” (2014) e “Educação: políticas públicas e propostas” (2017), além do periódico “Estado, Governo e Políticas Públicas Eficientes”

direcionada para quadros do setor público e, mais recentemente, prioritariamente para o setor privado, mas com grande abertura para o estudo e a formação de dirigentes de ONGs” (NEVES, 2010, p.21).

Na perspectiva gramsciana, no exame da crise orgânica e do papel dos intelectuais na difusão da pedagogia da hegemonia, a FGV/RJ foi situada historicamente desde, 1944, como responsável pela formação de quadros de gestores empresariais e governamentais. Este papel foi importante na industrialização brasileira com apoio para editoriais, propostas e programas de forma diversificada e ampla, por estudos nas áreas de ciências sociais e humanas, administração, economia, dentre outras. Como parte do processo de dissolução do “público é relevante a emergência de uma demanda para a formação de quadros dirigentes para ONGs”, especialmente depois dos anos 1970 e 1980, pela “grande abertura”, como apontou o estudo acima.

Esta é a característica de Estado presente nos Cadernos da FGV aqui analisados, gerador de uma política pública desvinculada da lógica pública, porque a lógica privada da FGV foi reproduzida na administração pública, ou seja, o gerencialismo ligado à “nova gestão pública”. Os governos passaram a ser inseridos em uma competição que foi um pilar do gerencialismo, enquanto método de racionalização de recursos humanos e financeiros. Esta inserção dos municípios nesta direção política implicou em um favorecimento a uma lógica de projetos, como uma expressão mais explícita do gerencialismo nas políticas públicas.

Esta relação entre o gerencialismo e a política de projetos forneceu novos caminhos para investigações acerca da agenda do reformismo ambiental. Sobre as formulações de Aspásia Camargo publicadas na FGV, a lógica gerencial foi a base da política das “cidades sustentáveis” que caracterizou as definições hegemônicas de “sustentabilidade”. Esta serviu de base teórica e programática para a acolhida de megaeventos esportivos, no contexto de internacionalização do capital e, aqui, tratou-se de uma ilustração da “nova gestão pública” que teve como parâmetros a construção de políticas públicas que favorece a condução da política através de uma lógica de projetos.

Vejamos, então, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999) promulgada como parte do histórico de implementação da PMEIA no Rio de Janeiro. Foram realizadas uma breve análise sobre como seu deu a institucionalização da educação ambiental no Brasil e o processo internacional sobre a questão ambiental em

relação à PME/RJ. Sobre a estrutura da Lei Nº 9795/99 o documento contém quatro capítulos, “da educação ambiental”, “da política nacional”, da “execução da política” e as “disposições finais”. Os objetivos da PNEA foram focados nos “princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade” (PNEA, 1999). Apresentamos abaixo, respectivamente, trechos da PNEA

“Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (PNEA, 1999).

“Promover às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente” (PNEA, 1999)

Neste documento o papel do poder público explicitado foi o de que “cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a regionalização das medidas emanadas do SISNAMA, elaborando normas e padrões supletivos e complementares”⁵⁰. Este seria composto pelas “instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental” (PNEA, 1999). Na seção II “no ensino formal” (nos arts.9 a 13), “a educação ambiental no ensino formal” foi formulada como “desenvolvida no âmbito dos currículos” em todos os níveis (educação básica - infantil, fundamental e médio; educação superior) e modalidades (especial, profissional, jovens e adultos) e que “não deve ser implantada como disciplina específica” (PNEA, 1999). O profissionais da educação passaram a ter como mais uma tarefa a inserção da educação ambiental de forma transversal no currículo e, conforme a PNEA, devem realizar formação continuada para este fim específico.

Na terceira parte, enfim, “da execução da política” (nos arts.14 a 19), foi definido um Órgão Gestor para ser o coordenador da PNEA, que deveria “definir diretrizes”, “articular e supervisionar programas e projetos” e “participar na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos de educação ambiental” (PNEA,

⁵⁰ Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm>. Acessado 10/01/2018 as 20:42 hrs.

1999). Também houve a previsão de que estados e cidades deveriam “definir diretrizes para atender aos objetivos da PNEA”, bem como critérios para “fins de alocação de recursos”. No inciso III trataram da “economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto”. Complementando o contexto histórico, a PNEA (1999) foi atendida na Resolução Nº 2 do CNE, em 2012, que estabeleceu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental” (DCNEA), baseando-se na Constituição Federal de 1988, no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 225 que

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes gerações e futuras gerações” (BRASIL, 2012)

O texto das DCNEA os itens analisados na presente tese foram os “princípios *da* educação ambiental” (itálico meu), “objetivos da educação ambiental”, “organização curricular” e “sistemas de ensino e regime de colaboração”. O artigo 12 sobre os “princípios *da* educação ambiental” pressupôs uma e não diversas concepções de educação ambiental. De relação com a UNESCO foi destacada nesta seção o “ideal de desenvolvimento sustentável” e as formulações nos encontros de educação e de educação ambiental mobilizados por intelectuais orgânicos na direção política e domínio cultural da PNEA.

A PNEA foi formulada no contexto de emergência do gerencialismo no Brasil e envolveu debates e mobilizações em torno das concepções de educação e de educação ambiental. A implementação da PNEA, o objeto empírico desta tese, precisou ser estudada com base nos dados que emergiram das análises sobre disputas nas concepções de educação ambiental da política nacional (PNEA) e nas diretrizes curriculares específicas sobre o tema. Estas foram componentes da atuação dos sujeitos coletivos em um contexto em que a perspectiva gerencialista foi difundida de forma programática nas políticas educacionais brasileiras nos anos 2000.

Em 2002, Ignacy Sachs, um intelectual ligado a UNESCO, preparou um artigo para a comissão mundial sobre a dimensão social da globalização da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desenvolvimento includente (SACHS, 2008). Este foi desdobrado do livro “Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir” (SACHS, 1986),

que teve uma versão mais elaborada chamada de teoria da Modernização Ecológica, para enfrentar as contradições da crise ambiental dentro dos marcos do capitalismo. Houve, para Lima (2003), na DEDS, uma diluição da proposta original de Sachs, numa “ênfase econômica e tecnológica e uma tônica conciliadora que tendia a despolitizar a proposta de Sachs” (LIMA, 2003, p.102). Sobre a ênfase no “aspecto econômico e tecnológico da crise” e na ideia de “sustentabilidade de mercado”, Lima (2003) problematizou que a

“Incompatibilidade entre economia e ecologia tem sido a tônica dos grandes eventos ambientais internacionais promovidos pela ONU e se expressam na dificuldade de definir compromissos e metas ambientais que apresentem algum tipo de restrição econômica” (LIMA, 2003, p. 106).

Neste processo que chamamos aqui de *solidariedade corporativa*, o Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE) desenvolveu programas de voluntariado empresarial como uma rede de empresas que se estruturou em uma “Assembleia geral”. Esta foi formada pelas empresas membro⁵¹ organizadas em torno de uma “Secretaria executiva” criada pelo Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentáveis (CIEDS)

“Uma instituição social sem fins lucrativos, filantrópica, detendo titularidade de Utilidade Pública Federal. Organização signatária do Pacto Global da ONU com status de Consultor Especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC, desde julho de 2013”⁵²

De forma programática, a Semana Internacional da Sociedade Civil ocorreu na cidade de Bogotá, na Colômbia, em abril de 2016, com o tema “Cidadania Ativa, Ação Responsável”. Este evento foi promovido pela Civicus, uma aliança internacional de participação cidadã. A relação com a ONU esteve ligada ao papel dado para a educação para desenvolver as habilidades de maneira a ampliar a competitividade no mercado de trabalho, referente à empregabilidade (ANTUNES, 2013).

⁵¹ Social, Amil, Atento Brasil, Banco Bradesco, Cemig, Concessão Metroviária do RJ, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica Vivo, Gerdau, Instituto C&A, Instituto Camargo Corrêa, Instituto Nissan, Instituto Unibanco, InterCement, Itaipu Binacional, PwC, Santander, Shell Brasil, Sistema Indústria (CNI), Wilson, Sons <http://www.cbve.org.br/?cat=85#sthash.YOMubgW3.dpuf> Acessado 15 04 16.

⁵² Fonte: <http://www.cieds.org.br/> Acessado 15 04 16.

A reforma da educação, então, também motivada pela demanda do mercado por um novo perfil de trabalhador, polivalente e voluntário, conforme apontamos nesta tese, foi uma exigência do mundo do trabalho. Por conseguinte, houve uma “redefinição da ênfase anterior na relação entre educação e coesão social para a nova ênfase na relação entre educação e produção” (MELO, A., MARTINS, A. SOUZA, C., FALLEIROS, I., NEVES, L. p.42-43) na alteração do slogan “Educação Para Todos” para “Todos Pela Educação”.

Os governos brasileiros no período da “década” foram norteados pelo neodesenvolvimentismo entendido aqui como estratégia reformista de manter uma política econômica baseada em superávit primário, com uma roupagem nova vinculada à “justiça social”. A concepção hegemônica de “desenvolvimento” e de “progresso” no sentido de avanço civilizacional está presente no Plano de Implementação da DEDS (2005-2014). A agenda neoliberal que analisamos no capítulo II foi desdobrada em uma programa desenvolvimentista voltada para consolidação de uma orientação econômica agroexportadora.

Os estudos sobre a incorporação da questão ambiental pelo capital apontaram para uma apropriação e sistematização de uma concepção de público, em que “a democracia participativa da pequena política do projeto neoliberal de Terceira Via pode ser denominada, numa perspectiva crítica, como uma democracia consentida” (NEVES, 2015, p.160). Isto remete ao debate sobre educação, pois “mudar tão somente os comportamentos não é sinal de que se está realizando o processo educativo, mesmo reconhecendo que estas mudanças são relevantes e indispensáveis” (LOUREIRO, 2015, p.51).

Este documento aqui analisado da UNESCO foi pensado na 57ª reunião da Assembleia da Nações Unidas, sua criação foi resultado de consultas a APH, governos e intelectuais e, no que se refere a estrutura, está dividido em: procedimentos, identificação de atores, resultados esperados e estratégias da UNESCO para implementar a DEDS. A formulação central é a “boa governança”, expressão largamente difundida nos anos 1990, que estaria vinculada ao papel do Estado gerente. Trata-se da capacidade de administrar em uma lógica de mercado inserida em um programa de justiça social, com argumentações de que o abandono da questão social pode ser um entrave para a estabilidade política. A governança se refere à cogestão, que

se dá pela refuncionalização do papel do Estado, pela ideia de governar com a gestão de parcerias, dentro do que chamam de “democracia participativa”.

Na seção “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, apresenta-se a tentativa de equilibrar “progresso econômico” e “social”, se baseando no documento “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland,1987). A vinculação entre educação e desenvolvimento sustentável se daria, então, nas áreas de “sociedade, meio ambiente e economia”. Primeiro, existe no documento uma noção de que há uma possibilidade de separar “sociedade”, “meio ambiente” e “economia”, “interconectados entre si pela dimensão cultural”. Segundo, é um esforço de formular algo que relacione educação e cultura, por um uso de termos como “holísticas” e “multidimensionais” (UNESCO, 2002, p.11). Argumentos sobre o “novo” e a tecnologia surgiram para sustentar o Plano de Implementação, de que as tecnologias da informação definidas como formas de “interconectividade global” (e a oportuna ocasião em função do aumento do acesso à educação), seriam o potencial para acelerar o “progresso humano”.

Então a relação entre o discurso do progresso e o ambiental ganhou relevo neste documento da DEDS, em que falam de “nova agenda” de um plano “dinâmico” que “não busca preservar o status quo”. A ênfase à modalidade EAD está presente no “programa informático”, que incluiria os povos indígenas para tratar da diversidade de saberes, bem como “prevenção do êxodo rural” (UNESCO, 2002, p.40). Trata-se de um material analisado pela sua concepção de educação segundo a qual “justiça, paz [e] negociação de interesses mútuos geram mais igualdade” (UNESCO, 2002, p.42).

E, de acordo com esta ideia da DEDS de conciliar e harmonizar as “relações calorosas e afetuosas” (UNESCO, 2002, p.43), se fixariam os “papéis-chave para a educação” (UNESCO, 2002, p.43). A “responsabilidade de cada um [em que] todos teriam o poder” de “transformar sua visão de sociedade” (UNESCO, 2002, p.43). A “governança” foi colocada como um dos “parâmetros sociais” que “afetam o desenvolvimento sustentável”, pois seria “multifacetada” e exigiria a “participação dos cidadãos”. E, além disso, a governança foi associada a “ampla formulação de políticas” e que seria necessária “ampla participação” para haver uma “boa governança” (UNESCO, 2002, p.52).

Na formulação da PME/RJ, as forças políticas ligadas a FGV/RJ e aos partidos de orientação “verde”, formaram um bloco social em uma correlação de forças

específica favorável a criação do PL 166/05 da então vereadora Aspásia Camargo pelo Partido Verde (PV). Esta publicou nos “Cadernos da FGV” artigos tratando do tema das “smart cities”, da “sustentabilidade” e da “governança” - este último um conceito ligado a reforma da administração pública. Então, no exame desta política pública, foi necessário enfatizar o papel do APH FGV/RJ de sistematizador dos princípios da DEDS (2005-2014). Esta relação exerceu influência na implementação da PME/RJ, na medida em que a direção política se fortaleceu com as alterações na política pública educacional (e em toda a administração pública), na gestão de Paes (2002-2013).

Em um artigo sobre a construção da hegemonia do agronegócio no discurso de sustentabilidade, foi apontado acerca da década, que “na [DEDS] (...) a parceria entre empresas, responsáveis socialmente, e escolas se tornou a fórmula da melhoria da educação pública” (LAMOSA, 2015, p.184). Este estudo concluiu que as principais frações do capital formaram nos últimos vinte anos uma unidade política em torno do agronegócio, mas as condições de trabalho da categoria docente imposta pelo capital também são as que limitariam “a plena execução do objetivo em assimilar os docentes para a difusão da imagem do ‘agronegócio’ responsável social e ambientalmente” (LAMOSA, 2015, p.193).

A ideia de gestão “multifacetada” foi atrelada ao conceito de governança a partir da “responsabilização” ou em inglês “accountability” que são premissas da programática da terceira via. Foi possível perceber na definição acima os elementos como a “ampla formulação de políticas” que conta com “participação cidadã”, em “debates livres” em conselhos e espaços como “consultas públicas”. Em um artigo sobre avaliação educacional e os modelos estatísticos de “valor acrescentado”, um indicador construído a partir de resultados padronizados, Ferrão (2012) define “accountability” como prestação de contas por consequências diretas ao nível das escolas e dos professores (high-stakes), por influência da avaliação educacional na definição de políticas públicas e pela aplicação para a avaliação destas políticas. Em suma, eis a definição

“Governança: nos níveis local, nacional e internacional, a melhor maneira de promover o desenvolvimento sustentável é a existência de estruturas de governança que possibilitem **transparência**, a plena expressão das opiniões, **debates livres** e a **ampla formulação de políticas**. Esse marco geral proporcionará as melhores oportunidades para o EDS gerar frutos no que se refere a **ampla participação dos cidadãos** no estabelecimento de parâmetros para o desenvolvimento

sustentável e uma **boa governança**. Desse modo, o programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável dará forma e explicará conscientemente esse marco geral” (UNESCO, 2002, p.52)

Os princípios da UNESCO, de acordo com Ferrão (2012), estavam atrelados à noção de progresso e teriam dificuldade em aferir as aprendizagens, neste movimento de transpor para a educação o modelo estatístico de “valor acrescentado”. Estes teriam como finalidade incorporar a lógica da responsabilização e da prestação de contas, fornecer informação para a escolha da escola e fomentar programas de melhoria da escola (FERRÃO, 2012). Ocorreria, então, um aumento da qualidade com um sistema de concorrência entre as escolas pela captação de alunos, prática focada em alunos no limiar da aprovação. O estudo de Ferrão (2012) apontou que a segregação aumentou e que “o uso inapropriado de indicadores de desempenho teve consequências imprevistas e adversas para a educação” (FERRÃO, 2012, p.455).

“Num sistema de quase-mercado como este, os grandes perdedores são os alunos com déficit educativo, geralmente provenientes de famílias socialmente desfavorecidas. Enquanto os alunos com desempenho elevado podem facilmente mudar de escola, caso sintam que o seu potencial não é devidamente aproveitado e desenvolvido na escola que frequentam, o mesmo não acontece com os alunos com déficit educativo” (FERRÃO, 2012, p.465).

Sobre as formulações de Estado foi analisado o primeiro dos documentos selecionados, de 2009, “Gestão Pública Municipal”⁵³. O documento “Educação e Gestão pública” (FGV, 2011), inicialmente, apresentou uma entrevista com o então ministro da educação Fernando Haddad. Este citou o Banco Mundial e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) para afirmar que

“O Brasil foi o terceiro país que mais evoluiu na década em relação à qualidade do ensino, ficando atrás apenas de Luxemburgo e Chile. Nós superamos um país como a Argentina, por exemplo, que tem muito mais tradição na área do que nosso país” (Cadernos FGV Projetos, 2011, p.11).

As mesmas prescrições foram também difundidas pela FGV/RJ, dando a entender que atingimos as metas do PDE de 2007 e que “se continuarmos cumprindo as

⁵³ Este caderno possui três relevantes artigos para o tema do Estado: “Poder Local e a Questão Municipal”, de Francisco Vignoli, “Políticas Públicas Municipais: em Busca da Racionalidade”, de Francisco R. Funcia e “Gestão de Pessoas nos Municípios Brasileiros”, de Nelson Marconi e Gabriela Moricone.

metas do PDE, até 2022, estaremos entre os países desenvolvidos do ponto de vista educacional” (Cadernos FGV, 2011, p.11). A “governança” da “nova gestão pública” permeou o processo de institucionalização da PME/RJ que envolveu forças políticas do campo educacional e do campo ambiental. Nos modelos de políticas orientadas para a educação ambiental para o capital, foram consideradas premissas a capacitação. Como consequência desta lógica gerencial,

“Surgem novas formas de privatização, agora para dentro da escola pública, o que se realiza mediante a atuação de ONGs que substituem as funções inerentes às secretarias estaduais e municipais, a exemplo de reforma curricular, a capacitação de professores e até mesmo a atuação direta com os alunos fora das aulas propriamente ditas, quando se dá a extensão da jornada diária” (CUNHA, 2007, p.824)

A abordagem da pedagogia histórico crítica sobre formação/capacitação envolveu nesta tese os impactos das reformas na carreira docente da rede municipal do Rio de Janeiro. Os projetos da PME/RJ seriam expressões particulares de um conjunto de ações de “extensão da jornada diária”, “atuação direta fora das aulas” e “novas formas” de funcionalizar o Estado. A metodologia do gerencialismo nas políticas públicas foi também reproduzida em outras áreas, como nas políticas de transportes em obras de revitalização de áreas da cidade, no contexto de internacionalização do capital. Na sessão “Depoimentos”, dos Cadernos da FGV de 2011, José Henrique Paim, então Secretário Executivo do MEC, afirmou que

“Um dos principais resultados percebidos está associado ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que nos permitiu não apenas atingir as metas estabelecidas, como até superá-las” (Cadernos FGV Projetos, 2011, p.14).

A pesquisa de Santos (2015a) sobre as políticas educacionais da rede municipal do Rio de Janeiro refutou estas argumentações, demonstrando que houve apenas uma melhora parcial em recursos. E, também, que houve tanto a transferência de recursos públicos para entes privados, quanto o não atendimento a uma série de metas. Um exemplo da tônica na lógica gerencial, ainda em “Depoimentos”, chamado “Educação: alicerce para o desenvolvimento socioeconômico”, do presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen Leal, questionou:

“Como trazer a racionalidade na gestão da administração pública para que os centros de estudo do Brasil sejam equiparáveis aos melhores do mundo, subsidiando o crescimento contínuo e qualificado da educação nacional?” (Cadernos FGV Projetos, 2011, p.17).

Tratou-se de atender às demandas de uma noção de “qualidade” originada das consultorias prestadas pelas agências internacionais, inclusive pela participação nestas publicações da FGV. No Caderno FGV, de 2014, “Parcerias Público Privadas no Brasil” (Cadernos FGV Projetos, 2014), este APH reuniu intelectuais orgânicos para subsidiar a criação de modelo gerencialista de gestão pública no Brasil⁵⁴. De acordo com o depoimento de José Monteiro, do Tribunal de Contas da União (TCU), o argumento da FGV estaria ancorado na tese segundo a qual, no Brasil, a relação entre o público e o privado não teria separado o conceito de “privatização” do de “concessão”. Em nossa análise, condicionaram uma “eficiência maior” da gestão pública a uma elevação da autonomia das autarquias federais e agências reguladoras, na concretização da “propriedade público não estatal”. A FGV argumentou que o padrão europeu de autonomia das fundações, apontaria para a não necessidade de regulá-las aqui. Esta análise da FGV reproduziu, em alguma medida, as concepções de Estado e de educação que foram marcantes na formulação da PME/RJ. O trecho abaixo foi ilustrativo, ao afirmar que

Como exemplo, podemos pensar em um porto, em torno do qual pode haver uma combinação de interesses privados de modernização para prestação de serviços, etc., de modo a atender projetos que sejam de interesse público e que deem retorno privado – isto é, que deem lucro (Cadernos FGV Projetos, 2014, p.18)

No trecho acima foi possível perceber que a “unidade” entre interesses privados e públicos foi reinventado como um modelo privatista de construção das políticas públicas. As formulações acerca da privatização foram intensificadas nos anos 2000 em função de uma reorganização das economias emergentes com a inserção em uma lógica de competição no mercado internacional das commodities. No Brasil, as teses voltadas para privatização possuem origem nas formulações do APH FGV e, na educação, no

⁵⁴ Além dos intelectuais da FGV, nesta publicação fazem parte “José Múcio, ministro do Tribunal de Contas da União, Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Roberto Vellutini, vice-presidente de países do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e Andrea Calabi, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (...) Esta publicação integra, ainda a academia e a sociedade civil. Trazemos artigos de Frederico Amancio, secretário de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco; Geraldo Villin Prado, diretor-superintendente de Parcerias Público-Privadas da Odebrecht Properties; Andreia Rabetim, gerente geral de Relações Institucionais da Vale; e Felipe Kury, CEO de Financial & Risk da Thomson Reuters do Brasil” (Cadernos Projetos FGV, 2014).

artigo de Maria do Pilar Lacerda, então Secretária de Educação Básica do MEC, foi sustentado uma concepção de escola, pois

“Existe um projeto, por exemplo, que se destaca, no qual as 100 melhores cidades recebem determinado recurso e estímulo financeiro como prêmio. Para isso, assinam um compromisso com as 100 cidades mais fracas. Esta é uma forma muito inovadora de gestão pública que coloca o Estado no papel de coordenador de possibilidades de registro e disseminação de boas práticas” (Cadernos FGV Projetos, 2011, p.28)⁵⁵.

Foi possível identificar no trecho acima, o ideal da “nova gestão pública”, quando as políticas se baseiam em premiação, deslocando o sentido coletivo de cooperação, para uma lógica individualista de “mérito” na lógica da competição. Na relação das gratificações e bonificações com as “notas” das escolas, no IDEB, formaram-se uma nova problemática e outros desafios para os profissionais da educação. O que este trecho considerou como “forma muito inovadora de gestão pública” foi a síntese de sua concepção de Estado que teria um “papel de coordenador de possibilidades de registro e disseminação de boas práticas” (Cadernos FGV, 2014, p.28). Resumida pelo intelectual orgânico da pedagogia da hegemonia, Marcos Cintra⁵⁶, a questão que surge ao bloco dirigente nesta correlação de forças seria,

“Portanto (...) como equacionar este cenário angustiante? Como o país pode eliminar os gargalos que impedem a economia de crescer, e de que forma a crise social pode ser minimizada frente a tamanha carência de recursos públicos para investimentos? Mais do que qualquer debate envolvendo aspectos ideológicos, o encaminhamento dessa questão passa pelo surgimento **de um novo padrão de relacionamento** entre os poderes público e privado. A saída é a implementação de parcerias entre os governos e as empresas” (Cadernos FGV, 2014, p.46)

Foi possível identificar acima as principais atribuições dadas ao projeto econômico que seria o de contenção da crise e de remodelagem do aparelho do Estado, já presente no título “Modelagem de PPPs pré-requisitos fundamentais e suas implicações”. Neste documento, tratam da parceria público-privada (PPP) como um

⁵⁵ Artigo publicado na edição dos Cadernos “Educação: direito de todos e de cada um” (FGV, 2011)

⁵⁶ Bacharel em economia pela Universidade de Harvard, nos EUA, Marcos Cintra possui mestrados em planejamento regional e em economia, e doutorado em economia, todos pela mesma universidade. É vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas desde 1997, e professor-titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV).

mecanismo reputado a uma “tradição” brasileira: investimento privado no setor público. Na concepção da FGV, em defesa de “novo padrão de relacionamento” entre público e privado, o Estado seria um premiador das melhores performances dos municípios.

Então, através de visitas a estes municípios que aderissem ao plano de metas, os mesmos estariam sujeitos a financiamento e apoio do MEC. A ideia de “coordenar” reproduziu sua nova funcionalidade do estado ampliado, de defender interesses privados travestidos de públicos. Isto apareceu nos dados das pesquisas da FGV, sobre orientações ao MEC para visitar os municípios e os orientar a fazer um diagnóstico. E que, “depois, tenta[ria]-se prestar uma espécie de consultoria” (Cadernos FGV Projetos, 2011, p.34), reforçando a tendência nacional, já que na visão da FGV

“O PDE-Escola oferece um instrumento que possibilita à escola refletir sobre o que foi bem ou mal feito e o que pode ser modificado. Além disso, nós estamos produzindo instrumentos de formação de conselhos e de gestores, para que ferramentas como o PDE, por exemplo, sejam utilizadas de maneira qualitativa e crítica, porque a escola precisa se organizar para garantir o direito de aprender a todos. É fácil dizer que aqui tem violência, que ali tem pobreza, mas nós conseguimos mostrar que lugares tão pobres e violentos obtiveram êxito” (Cadernos FGV Projetos, 2011, p. 28)

“Outro grande desafio é tornar o Ideb mais popular. Escolas do Rio de Janeiro, por exemplo, já comemoram os bons resultados do Ideb com a participação de toda a comunidade. É necessário que isso aconteça em todas as escolas; a comunidade precisa saber qual é o Ideb do colégio, qual é a meta e o que vem sendo feito para alcançar um bom resultado” (Cadernos FGV Projetos, 2011, p.28).

Na visão destes intelectuais coletivos, como o FGV, haveria qualidade na educação se metas do PDE forem atingidas, mas tratou-se de uma lógica que subordinou a escola à condição de dependência dos recursos atrelados à adesão ao PAR (Plano de Ações Articuladas). Sendo assim, o “PDE Escola” foi formulado por consultores da FGV sob a ordem de influenciar na construção das políticas públicas educacionais. A iniciativa privada, no caso em questão, não apenas foi protagonista, como também prestou a consultoria no decorrer das supostas ferramentas diagnósticas. Estas consistem em avaliações externas, como supostas corretores das supostas deficiências da educação pública.

Nesta seção a ênfase na DEDS foi necessária para contextualizar a materialização da PMEa no Rio de Janeiro, na medida em que foi uma política prevista na PNEA, pelo enraizamento da educação ambiental nos municípios brasileiros. Vimos

neste item que o campo da educação ambiental possui como perspectiva predominante aquela publicada nos documentos como, por exemplo, a “Carta das Cidades Educadoras” (1990). A DEDS retomou os conceitos explicitados no documento “cidades sustentáveis” da Declaração de Barcelona (1990) e adaptou-os para a dinâmica imposta pelo processo de disputa da direção política, nos anos 2000. Vejamos agora como se deu o processo de execução desta política, considerando os conceitos de reformismo ambiental no contexto de intensificação das políticas gerencialistas presentes nas formulações dos APH FGV e Invepar.

3.2 A dinâmica de implementação da PME/RJ

Tratamos na presente seção, especificamente, da relação entre a lógica de projetos a qual está submetida a política de educação ambiental na SME/RJ, executada pela Equipe de Extensividade e a inserção de ações pedagógicas empresariais. Para tanto, a pesquisa identificou os sujeitos envolvidos no processo de institucionalização da PME a partindo do contexto de execução da PNEA, “a política nacional” e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Rio de Janeiro. Foi possível identificar na presente análise de conteúdo um espaço na definição das diretrizes da política, por APH e empresas de “consultoria técnica”, pois no art. 19 “os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental” (BRASIL, 1999).

Segundo análise de conteúdo da entrevista com a coordenadora 2 da Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ), a inserção da educação ambiental na prefeitura já ocorria desde o projeto “*Tudo ao mesmo tempo no Rio*” que permaneceu por 13 anos. Foi possível perceber na fala abaixo que a preocupação estava na rede, pois o não reconhecimento das questões relativas à rede pública de ensino, seus problemas e desafios, tornou alguns projetos de Educação Ambiental desenvolvidas a favor de ONGs. A fala destacou que foi um momento de expor o trabalho docente e discente realizado para e pela comunidade escolar que se colocava de maneira voluntária. Retomando o histórico traçado para a explicação do surgimento deste evento, de fato

“O *tudo* é o seguinte, teve uma época que a gente começou a achar que a prefeitura estava botando ficha no lugar errado, ou seja, dava mais força, mais dinheiro pra projeto de ONG do que

pra projeto das próprias secretarias, então a gente começou a ver isso de uma forma muito crítica, óbvio que a gente tinha interesse em fazer parceria, mas a ONG chega aqui com uma ideia, não sabe nada da rede, não sabe, não sabe qual é a realidade da escola, não conhece a realidade da escola, então qual era o nosso papel? Intermediar isso, garantir que ficasse um legado para escola, não apenas pra ONG, sair dizendo eu fiz esse projeto e a escola quando você vai ver o que ficou ali? Nada. Não pode ser assim. A gente vai fazer dez ao mesmo tempo no Rio de Janeiro todo e vamos botar o trabalho que as escolas de fato realizam. É uma amostra do que é feito na rede dentro da perspectiva do que é possível e está sendo feito e olhando para frente, isso aqui é um momento, está caminhando o tempo todo e aí a gente criou baseado numa música que eu acho que é dos Titãs, “Tudo ao mesmo tempo agora”, a gente botou “Tudo ao mesmo tempo no Rio”. (Coordenadora 2 SME/RJ).

De acordo com análise da fala acima, a tentativa de inserção de educação ambiental pelas parcerias com ONGs, não deixou nenhum legado para as escolas municipais. O elemento central neste tópico se refere ao recurso público destinado de maneira despolitizada e distante da escola, que motivou o movimento “*Tudo ao mesmo tempo no Rio*”, um desdobramento deste processo. Cabe ressaltar que, neste momento, a reação foi tratada pela Coordenadora como uma crítica a eventos promovidos com recursos da Prefeitura, como o “desfile na Orla” citado na entrevista. Sobre o processo histórico da educação ambiental no município do Rio de Janeiro, é relevante o trecho da fala do Professor Cursista 1

“Há muito tempo, 1991, 1990, por aí. Quando se começou a falar sobre meio ambiente, eu entrei para a rede em 1995 e isso já estava sendo discutido pelo pessoal de Biologia, então eu acho que é lá pelos anos 90. Existiu um momento em que se pensou em uma disciplina Educação Ambiental, num segundo momento se decidiu que não, todas as disciplinas deveriam trabalhar educação ambiental, né? E esta é a linha de conduta de pensamento da prefeitura, do ensino fundamental. É um assunto, um conteúdo que deve ser trabalhado por todas as disciplinas. Minha opinião pessoal? Não funciona. É minha opinião pessoal mesmo, não funciona por quê? Porque não dá tempo, o conteúdo de cada disciplina não dá tempo, ainda é muito difícil para o professor, com todo respeito a todos os professores, ele ainda incluir isso no seu conteúdo, né? Eu acho muito difícil ainda para o professor. Geografia tem mais facilidade, né? Mas vamos incluir isso em matemática? O professor de matemática acho que ainda tem uma certa dificuldade” (Entrevista Cursista 1).

Para compreender os nexos entre as condições de trabalho docente e a reforma educacional, trazemos a análise da construção do consenso em torno do reformismo ambiental detalhado nesta tese em conceitos apropriados pelas campanhas privatistas da “terceira via”, que concebem o Estado como um “parceiro” diferenciado da “sociedade civil” - instância responsável por “controle social” e “governança”. Abaixo, identificamos projetos de educação ambiental na SME presentes nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

Tabela 2 Sujeitos Coletivos e seus projetos na PME/RJ

Instituição	Categoria Jurídica	Projeto (s) de educação ambiental	Ano
Metrô Rio	Empresa privada	Ecologia em Ação;	2009-2014
Instituto Moleque Mateiro	Empresa privada	Projeto Ambianta Rio	2016
Defensores da Terra	ONG	Ecologia em Ação	2009
Junior Aquievement	Empresa privada	Cartilha de desenvolvimento sustentável	2016
CCR Ponte	Empresa privada	Estrada para a cidadania	2013-2014
Concessionária Porto Novo S/A	Empresa privada	Ecos do Porto	2009-2014

Fonte: Autor

Isto evidenciou que a política foi executada em uma lógica de projetos e de dependência de investimentos privados, por parcerias com ONG e empresas formuladoras e/ou executoras da política. Na tabela acima, a empresa MetrôRio foi a formuladora do projeto “Ecologia em Ação” executado pela OSCIP Defensores da Terra. A empresa CCR Ponte formulou o projeto Ecos do Porto em escolas públicas da região portuária que também foi executado pela organização “Defensores da Terra”, uma entidade criada em 1988 no contexto do movimento ambientalista brasileiro nos anos 1980.

A PME/RJ envolveu os agentes previstos no corpo da lei como, por exemplo, uma parceria com a empresa Junior Aquievement, uma organização voltada para empreendedorismo internacional que já atua em cerca de 120 países através de parcerias com empresas, instituições de ensino e famílias⁵⁷. Trata-se de uma organização com

⁵⁷ Fonte: <http://www.jabrasil.org.br/jarj/junior-achievement/institucional>. Acessado 15 04 16.

atuação no estado e na cidade do Rio de Janeiro, que possui as “Escolas Parceiras”⁵⁸, pois “o desenvolvimento da educação para o mundo dos negócios não seria possível sem a visão dos grandes empresários brasileiros”⁵⁹. Estas parcerias se deram no contexto em que estavam consolidadas e difundidas as políticas originadas do projeto “Cidades Educadoras”, de 1990.

A chamada Declaração de Barcelona (1990), consistiu em vinte princípios e, dentre estes, destacou-se o que previa as parcerias públicos privadas de empresas e ONGs com escolas. A consolidação da política produzida no projeto “cidades educadoras” teve papel importante na pesquisa, pois, na perspectiva da cidade sediar os grandes eventos, foraleceu-se a lógica do gerencialismo empresarial que oxigenou a orientação no sentido de construir um “projeto de cidade” em políticas de desocupação de áreas estratégicas:

“A partir dessas regras os POUSOS (postos de orientação urbanística e social) da CRU [Coordenadoria de Orientação e Regularização Urbanística] passam a licenciar, legalmente, construções e acréscimos em favelas e o setor formal da construção civil poderá começar a construir nelas também. Com o tempo ele tenderá a absorver os construtores informais. Economicamente, esse é o caminho para o fim das favelas e sua transformação efetiva em bairro”⁶⁰.

As políticas públicas educacionais foram, nos anos 2000, em grande medida, influenciadas ideologicamente pelas frações de classe dominante organizadores da cultura, intelectuais coletivos como o Banco Mundial. Mas, no caso da PME/RJ, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), bem como as concessionárias brasileiras realizando

⁵⁸ Dentre as escolas e instituições de ensino parcerias estão: C.E Pedro Alvares Cabral, E.E Eric Walter Heine, FACHA – Faculdades Integradas Hélio Alonso, Associação de Assistência ao Adolescente, E.Municipal Prof. José D'Alessandro-RJ-Nilópolis, Escola Municipal Paul Jean Guerry, Centro Educacional Krimberg, EPS Escola Moderna, Escola Técnica Estadual Imbariê, Universidade Estacio de Sá - Empresa Junior Unidade Madureira, Pensi, CIEP-487, Colégio Legrand, Programa Navegar, Sagrado Coração de Maria, Centro Educacional Governador C.E.Presidente João Goulart, Colégio Pedro II - Campus Centro, Narcisa Amalia, C S Vicente de Paulo de Niterói, Colégio Militar do Rio de Janeiro, CE RUI BARBOSA, Centro Educacional Nilopolitano, CIEP 055 João Gregório Galindo, Albert Einstein, Escola Técnica Henrique Lage - Cetep Barreto, Escola Municipal Madre Benedita, Instituto Nova Vida De Educação E Cultura, Escola SESI, Colégio Curso Aplicação, Colégio e Curso Aplicação, CIE Miécimo da Silva, Centro Interescolar Estadual Miecimo Da Silva, Colégio Plínio Leite Colégio Paulo Freire, Escola Municipal Américo Fernandes Ribeiro, Colégio Gênesis (Fonte: <http://www.jabrazil.org.br/jarj/escolas-parceiras/>. Acessado 15 04 16.

⁵⁹ Fonte: <http://www.jabrazil.org.br/jarj/junior-achievement/institucional>. Acessado 15 04 16.

⁶⁰ Fonte: <http://sirkis2.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=3913085&canal=257&total=218&indice=0>. Acessado 24 05 2017 as 14:43 horas.

projetos de educação ambiental na rede municipal do Rio de Janeiro. Nesta perspectiva, foi relevante neste contexto a legitimação da lógica de projetos prevista no PDE, de 2007 (SANTOS, 2015). A posição hegemônica do pensamento econômico brasileiro foi ilustrado pela atuação de Aspásia Camargo como presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que financia projetos da FGV e, que possuiu assento, nos anos 2000, entre os doze membros da Comissão para a Reforma do Estado (NEVES, 2010).

A análise sobre o histórico da PME/RJ levou em conta que, nos anos 2000, houve a regulamentação da PNEA (em 2002), então houve uma demanda efetiva pelo enraizamento da educação ambiental na cidade do Rio de Janeiro. Houve a produção por parte da FGV de orientações para uma gestão “eficiente” das políticas públicas brasileiras. Então, a pesquisa identificou o papel de Aspásia Camargo, enquanto quadro da FGV, de sistematizadora dos conceitos de “cidades sustentáveis” inerentes ao projeto “cidades educadoras” e de desenvolvimento sustentável da DEDES. Quando descobrimos que antes de vereadora Aspásia Camargo tem sido uma intelectual orgânica da FGV ativa na publicação de artigos específicos sobre o tema, sua atuação passou a ter uma relevância única para a presente tese.

Uma outra temática que surgiu no contexto no qual analisamos a inserção da educação ambiental no município do Rio de Janeiro foi o das Mudanças Climáticas, ilustrada no “Protocolo de intenções do Rio”. Este “protocolo” foi um compromisso de redução do efeito estufa, foi presente na maioria das pautas da Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental (CSPEA) e dos nexos entre a DEDES e a construção de políticas públicas de educação e de educação ambiental. As diretrizes da DEDES e das “cidades educadoras” foram realizadas em consonância com a lógica gerencialista e, na pesquisa sobre a dinâmica de implementação da PME/RJ, identificamos a reprodução de uma lógica de projetos, como se pôde observar na reunião de número 15, quando foi registrada a necessidade de

“Incluir normas e procedimentos para apresentações de projetos de educação ambiental, bem como normas para credenciamentos de instituições, ONGs e empresas que realizem projetos de educação ambiental” (Ata 15 – 10 12 2007).

Houve, pois, demonstrações do rebatimento nas atas da CSPEA, das concepções de Estado, sociedade civil, educação, sustentabilidade e educação ambiental, do APH

FGV e da empresa Invepar. Na perspectiva gramsciana, a FGV foi o principal intelectual coletivo da burguesia brasileira a formar quadros e produzir conhecimentos em cursos de mestrado em administração pública (NEVES, 2010). A reforma na política educacional foi uma expressão particular de uma tendência nacional de produzir políticas públicas sob orientação gerencialista. A análise da atuação da FGV e da Invepar se deveu em parte ao papel de reprodutores das prescrições elaboradas nas formulações específicas sobre educação nos documentos da DEDS, “cidades educadoras” e “educação para todos”.

Neste contexto, entre 2006 e 2007, a cidade do Rio de Janeiro foi protagonista de uma série de programas com referência nos pressupostos da Conferência Mundial “Educação para todos”⁶¹, com implicações na relação entre as políticas de educação e as de educação ambiental. A particularidade da atuação da OSCIP Defensores da Terra com as concessionárias Porto Novo S/A e a MetrôRio caracterizou o processo de formulação das políticas públicas educacionais e de educação ambiental. A atuação dos intelectuais orgânicos difusores do ideal do capitalismo verde foi o que permitiu, neste processo de construção da PME/RJ, uma estreita relação entre a questão ambiental e as políticas públicas.

A PME/RJ foi formulada neste contexto de atrelamento a um fenômeno global identificado pelos resultados de pesquisas que focaram as diretrizes das “cidades educadoras” na cidade do Rio de Janeiro. A lógica gerencial identificada pela pesquisa foi difundida pelos sujeitos coletivos MetrôRio e OSCIP Defensores da Terra, pela concepção de sustentabilidade e de educação ambiental empresarial. A autonomia pedagógica docente foi impactada, pois o projeto foi realizado sem a participação docente, porém com uma OSCIP executando o projeto nas escolas públicas.

Fomos aos documentos da UNESCO para verificar como foram entrelaçadas as orientações entre os APH brasileiros e as Nações Unidas, especialmente no que se refere a Agenda 21 nas escolas e a Política Municipal de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. O “Protocolo de intenções” foi ilustrativo da prioridade a uma direção política que corroborou as medidas mitigadoras prescritas pela orientação das “cidades educadoras” declaração de Barcelona. Acima foram ilustradas as mesmas

⁶¹ Em 2000, na Conferência de Dakar, organizado pela UNESCO.

políticas de reformas urbanas como o projeto “favela bairro” no contexto de adesão do Brasil aos princípios para a educação formuladas na Declaração de Jomtien, em 1990. Um destes seria o de fortalecer políticas educacionais “articuladas a partir do Fórum Consultivo Internacional para a ‘educação para todos’, coordenado pela UNESCO que ao longo da década de 1990 realizou reuniões regionais e globais de natureza avaliativa” (SHIROMA, 2011, p.48). As estratégias desta conferência para dar conta deste projeto alinhado ao das “cidades educadoras”, incluíram o fortalecimento do gerencialismo, pois “ao lado do Estado, outras organizações são chamadas a realizar esta tarefa social, pois o que está em risco, segundo o diagnóstico dos organismos multilaterais, é a paz mundial (SHIROMA, 2011, p.52). Foi também no contexto da expansão do capital imperialismo que se produziram as diretrizes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nos anos 1990, que relacionou educação e mundo do trabalho. A CEPAL, em dois documentos, “Transformación productiva com equidade” e “Educação e conhecimento”, “se articulava em torno de objetivos (cidadania e competitividade)” (SHIROMA, 2011, p.53).

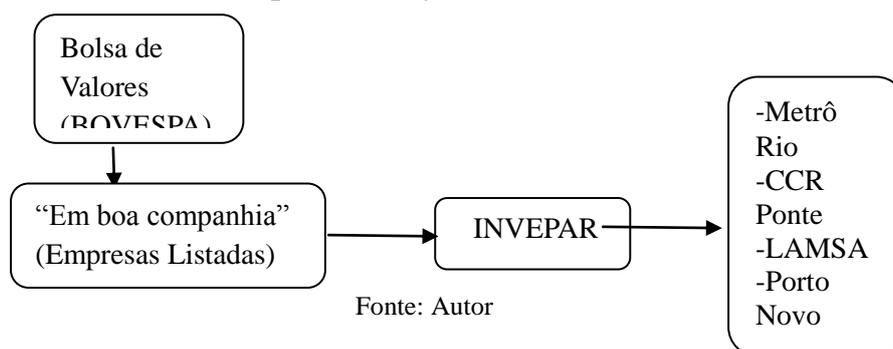
A perspectiva da DEDS sistematizada pela FGV foi de entender as “mudanças climáticas” sem tratar da produção vigente, no papel de valorização da autoimagem do capital. A contrarreforma liberal do estado brasileiro surtiu efeitos no processo de implementação da PME/RJ, na medida em que a FGV foi um dos principais intelectuais coletivos formuladores da reforma do Estado brasileiro. A DEDS foi também expressão de uma disputa intraclasse dominante na qual um setor considerado “liberal heterodoxo” obteve a hegemonia no interior do estado ampliado com programas e propostas do tipo “crescer sem destruir” (SACHS, 1986).

O Instituto Moleque Mateiro foi uma organização não governamental que teve sua condição jurídica alterada para empresa, que atua no município com o Projeto “Ambienta Rio”, mas sem um protagonismo semelhante ao da executora Defensores da Terra, por exemplo. Sobre a característica desses projetos, a entrevista com o Professor cursista 2 revelou como foi inserida a educação ambiental na rede municipal, no contexto de alteração da estrutura administrativa da SME/RJ, após 2009.

“Extensividade, isso, que eu chamo de outros, porque tudo que não é escolar, escola, aula, disciplina escolar está na extensividade, educação ambiental, dança, arte, então está tudo ali em outros, eu acho que isso foi uma perda” (Entrevista Professor Cursista 2).

A estrutura da educação ambiental dependeu, então, de ações da SMAC/RJ e SME/RJ na implementação da PME/RJ, inclusive resultando tanto em um grupo de trabalho da SME/RJ questionado pela SMAC/RJ na CSPEA, como o “Setor de Extensividade”. Este seria responsável pela seleção de projetos de educação ambiental formulados em uma lógica de projetos de educação de empresas e executados por ONG, OSCIP ou Institutos. Abaixo foram identificados os principais sujeitos coletivos e empresas envolvidos com a implementação da PME/RJ, sendo quatro quadros, a BOVESPA, as empresas listadas, a Invepar e as empresas. A BM &FBovespa possui um conjunto de “Empresas Listadas” da qual a Invepar faz parte, um outro conglomerado de empresas. Mas, especificamente sobre educação ambiental, foram identificados quatro projetos do Metrô Rio em educação, e um projeto em meio ambiente, de educação ambiental na rede municipal do Rio de Janeiro.

Esquema 1 Sujeitos coletivos da PME/RJ



O Invepar faz parte de um grupo de empresas que investem em educação e estão expostos nos “Projetos de Sustentabilidade nas Empresas Listadas” (BM&F BOVESPA). As “empresas listadas” são formadas por um grupo de corporações interligadas para o propósito de fortalecer os mecanismos de *solidariedade corporativa*, através da responsabilidade social. A Invepar é apenas uma destas empresas que compõem as “listadas”, mas nesta pesquisa foi destacada pelos editais que produziu voltados para projetos em educação e meio ambiente. Foram nestes editais, de 2013 e 2014, que projetos como “Ecologia em Ação” e “Ecos do Porto” foram contemplados para serem realizados em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro. No sítio eletrônico da Invepar esta foi definida da seguinte forma

“A Invepar reúne os investimentos da OAS em concessões de infraestrutura de transportes, com foco em rodovias, metrôs, vias urbanas e aeroportos, no Brasil e no exterior, e é uma das empresas brasileiras

que mais cresce nesse segmento de negócio. Além da OAS, são acionistas da Invepar a Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), a Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social) e a Funcef (Fundação dos Economistas Federais). Sua atuação destaca-se pela busca das melhores soluções em integração de modais, com planejamento, ética e responsabilidade ambiental (<http://www.oas.com.br/oas-com-oas-investimentos/invepar/>. Acessado 18/12/2015).

Acima foi exposta a atribuição da Invepar no estado ampliado de difundir a “solidariedade corporativa” no contexto de emergência da responsabilidade social, um mecanismo de reorganização empresarial a partir de dedução de impostos por projetos sociais. Consideramos ser um APH relevante para a pesquisa, pois, em 2014, o resultado do II Edital do Invepar foi divulgado na imprensa e a empresa MetrôRio obteve recurso direto para a concretização das parcerias públicas privadas com a SME/RJ, para execução dos projetos “*Mãos que fazem ressurgir vidas*”, organizado pela “Associação Ressurgir”, localizada no bairro Rio Comprido; “Ecologia em Ação”, organizado pela Associação Defensores da Terra em escolas municipais dos bairros Triagem e Colégio; e “Nos Trilhos da Educação e Cultura”, organizado pelo Centro Integrado de Estudos de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, localizado no bairro da Pavuna, que consiste em

“Uma parceria entre o Metrô Rio e o Instituto Invepar promete colocar o Rio de Janeiro “Nos Trilhos da Educação”. Realizado Junto à Secretaria do Estado da Educação e executado pelo CIEDS (Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável), o projeto promove experiências educativas e atividades culturais que ultrapassam a sala de aula e os muros escolares, sob a perspectiva de ampliar o conhecimento dos estudantes” (Fonte: <http://www.cieds.org.br/979,2,rio-de-janeiro-nos-trilhos-da-educacao->. Acessado 02 08 2017 às 16:06h).

Para a MetrôRio, o projeto tem como objetivo “promover experiências educativas e atividades culturais que ultrapassam a sala de aula e os muros escolares, sob a perspectiva de ampliar o conhecimento dos estudantes”⁶². Foi possível perceber

⁶² Fonte: https://www.metrorio.com.br/Empresa/ResponsabilidadeSocial?p_interna=4 Acessado 02 08 17 às 16:09)

que o formulador do projeto Ecologia em Ação é a Invepar⁶³ e a Metrô Rio ilustrou esta relação com a concepção de educação ambiental que se constrói nas parcerias público-privadas, por APH que formou quadros e formulou as políticas, a OSCIP Defensores da Terra, presente no projeto da Supervia.

A MetrôRio publicou, em 2011, o documento “Pacto Global das Nações Unidas”, que consistiu em um relatório do que chamaram de “Comunicação de Progresso” e que continha registros de relatos de setembro de 2010 a setembro de 2011. Ele contém algumas formulações sobre o Pacto Global, assinalando inicialmente que foi “sugerida no Fórum Econômico Mundial de 1999, em discurso do Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan” (MetrôRio, 2011), com objetivo de construir um “mercado global mais sustentável e inclusivo” (MetrôRio, 2011).

“Hoje, tornou-se uma rede de milhares de empresas, associações empresariais nacionais e internacionais, órgãos internacionais de sindicatos trabalhistas, entidades da sociedade civil, escolas de administração, empresas com responsabilidade social, governos e agências das Nações Unidas” (Metrô Rio, 2011).

Este amplo leque de atuação das APH Invepar e FGV fortaleceu o processo de difusão de suas formulações nas próprias empresas para os quais prestaram consultoria na área de responsabilidade social. Foi possível identificar, através da análise de conteúdo documental, que o colaboracionismo e as alianças estratégicas características do reformismo ambiental foram elementos necessários na criação de um consenso da teoria e da programática relativas ao ideal do desenvolvimento sustentável. Neste documento, foram firmados dez compromissos criados pelas Nações Unidas para as empresas, atuando como um APH garantindo a adesão voluntária assumindo a direção política e ambiental das empresas. A atuação empresarial na escola pública foi marcada pelo papel de difusor de um ethos empreendedor, sendo o aparelho escolar um equipamento necessário para a manutenção da hegemonia.

Por trás da consolidação do projeto “cidades educadoras”, as “gentrificações” foram “uma expressão das relações de poder localizada com repercussões globais,

⁶³ “Qualificado como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) desde 2005, com base na Lei 9.790/99, o Instituto está habilitado para utilizar verbas públicas de forma desburocratizada e para proporcionar benefícios fiscais a seus mantenedores” (Invepar Relatório Anual 2011).

internacionais, nacionais e translocais” (GAFFNEY, 2013, p.10).⁶⁴ Estudos no campo da educação apontaram a relação do BM com a educação, no qual se prescreveu as reformas educacionais como estratégias voltadas para o crescimento econômico.

“A fim de que a escola possa atender a essas demandas [reformas educacionais], o Banco Mundial recomenda a revisão de seu papel e de sua forma de organização. Em outros termos, sugere que é preciso pensar a escola a partir do mundo dos negócios, tendo em vista que a educação deve estar eficiente, reduzindo os custos utilizados em sua organização (ZANARDINI, 2004, p.79)⁶⁵

No trecho acima identificamos o gerencialismo que orientou as políticas educacionais brasileiras através da prescrição de uma desconstrução da lógica pública no sentido universalizável. As reformas educacionais se deram com base nos princípios da descentralização e da desconcentração administrativas. No entanto, em um artigo sobre o tema, Viriato (2004) pontuou que “a autonomia não pode ser resumida em manutenção da escola (...) [mas] deve vincular-se a questão política (...) com financiamento do Estado” (VIRIATO, 2004, p.56). Por trás do conceito de qualidade da educação defendido na política das “cidades educadoras” e na “educação para todos” (1990), “a qualidade, na vertente neoliberal, preza o resultado, sendo que a escola é um instrumento no processo de efetivação das políticas educacionais de adequação dos alunos à sociedade capitalista (LIMA, 2004, p. 31). De acordo com Lima (2004), sobre política social no Brasil, estes programas “podem ser ofertados pelo estado/município ou por organizações não governamentais ou empresariais custeadas diretamente para isso ou com isenção de impostos” (LIMA, 2004, p.21).

Nesta seção apresentamos as principais análises sobre o ideal do desenvolvimento sustentável da UNESCO vinculadas ao debate sobre o reformismo ambiental. No que se refere ao documento da DEDS, tratamos dos conceitos de “governança” e pela ideia de parcerias, sensibilização e conscientização sobre a “sustentabilidade”. A difusão de ideias exigiu, veremos, a atuação de intelectuais

⁶⁴ “A gentrificação é cada vez mais ágil em transformar a cidade — hoje, com a chamada parte central de Manhattan (do sul da ilha até a Rua 96) saturada, as áreas que mudam com mais rapidez são o Harlem central e algumas regiões do Brooklyn e do Queens” (O GLOBO, “Cidade em transe” Reportagem de 28/10/2013).

⁶⁵ in LIMA (org.) ”Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada” . Ed. Xamã, São Paulo 2004

orgânicos pesquisadores no Brasil, na sistematização e difusão dos princípios contidos na DEDS da UNESCO.

Vejamos agora, então, como este ideal foi sistematizado, por intelectuais orgânicos, através de atuações no Estado restrito e na sociedade civil, enquanto arena de disputa entre os APH e demais entidades envolvidas na formulação da PME/RJ.

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONTRAREFORMA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo apresentamos a análise dos dados empíricos da pesquisa a partir de entrevistas e de análises de documentos dos APH FGV e Invepar e as atas da CSPEA - e do Setor de Extensividade, ligada à SME/RJ. Esta tese sobre a rede municipal do Rio de Janeiro utilizou estudos sobre as políticas educacionais na SME/RJ (SANTOS, 2015a; SANTOS, 2015b) que atualizaram análise sobre os Planos Estratégicos da prefeitura de 2009 a 2012⁶⁶ e de 2013 a 2016⁶⁷.

A análise da dinâmica de implementação da PME/RJ exigiu a eleição dos eixos composição, pauta e encaminhamentos no exame das noventa e duas atas, bem como o histórico de inserção da política. Esta visão panorâmica foi, pois, desde sua tramitação na Câmara de Vereadores, em 2006, passou pela regulamentação, em 2013, até a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental (PROME/RJ), em 2014, 2015 e 2016. Além disso, foram verificados nas atas os rebatimentos das concepções de Estado, sociedade civil, educação, educação ambiental e sustentabilidade da FGV, sistematizadora do ideal de desenvolvimento sustentável da UNESCO.

Os estudos sobre as políticas públicas de educação reuniram elementos para a compreensão da atuação de intelectuais orgânicos nas reformas que geraram os impactos no trabalho docente. Por isso, estabelecemos uma relação entre política de educação e política de educação ambiental e partimos da ideia de que o modelo gerencialista de construção de políticas públicas foi parte de uma tendência nacional.

Na seção 4.1 “A PME/RJ na sociedade Civil”, apreendemos a política pela atuação dos sujeitos coletivos, bem como os dados sistematizados sobre

⁶⁶ Fonte: http://www.riocomovamos.org.br/arq/planejamento_estrategico.pdf Acessado 24 06 2015 12:00hrs ;

⁶⁷ Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2753734/DLFE-241955.pdf/Planejamentoestrategico2.0.1.3.2.0.1.6..pdf> Acessado 26 05 2016. As metas estabelecidas no Plano Estratégico 2013-2016: “56 metas e 58 iniciativas, agrupadas em 10 áreas de resultado (saúde, educação, transportes, habitação e urbanização, ordem e conservação, desenvolvimento econômico, gestão e finanças públicas, meio ambiente e sustentabilidade, cultura e desenvolvimento social), que compõem a Revisão do Plano Estratégico da Prefeitura do Rio, com os projetos fundamentais para a cidade até 2016. O orçamento previsto é de R\$ 38,6 bilhões” (<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2752545>.

Acessado 26 05 2016).

“sustentabilidade” e “smart cities”, pela intelectual orgânica da FGV Aspásia Camargo, então vereadora pelo Partido Verde (PV)⁶⁸, e autora do PL N° 166/05. A presente análise do processo de implantação desta política pública se iniciou com um mergulho na sociedade civil.

Na seção 4.2, “A PME/RJ na sociedade política”, enfim, analisamos se as atas da CSPEA apresentaram as concepções da FGV, as relações entre os impactos da gestão gerencial na implementação da política e no trabalho docente. Neste item, focalizamos a dinâmica de atuação dos órgãos estatais SME/RJ e SMAC/RJ e o tensionamento no interior da SME/RJ. Foi verificado como se deu o processo que levou a pasta ambiental a um protagonismo na cogestão SME/RJ-SMAC/RJ, como coordenadores do Órgão Gestor (OG).

4.1 A PME/RJ na sociedade civil

A atuação de intelectuais orgânicos vinculados aos APH FGV e REARJ, na sociedade civil, no processo de formulação da PME/RJ, foi a primeira constatação a partir das análises produzidas nesta tese. O processo de construção do PROMEA/RJ também foi analisado, por ter como atribuição planejar e pensar as ações de educação ambiental e, por isso, ter papel destacado na execução da PME/RJ. Analisamos também alguns elementos que emergiram do debate no parlamento municipal no contexto de tramitação dessa política. Tornou-se necessário, então, identificar quais APH disputaram a educação ambiental na Câmara de Vereadores e suas concepções de Estado e Sociedade Civil, Sustentabilidade, Educação e Educação Ambiental.

A ideia de progresso e de produção mais limpa do “reformismo ambiental” no interior do Estado ampliado se tornou o pilar da ideologia do desenvolvimento sustentável presentes nas fontes analisadas por esta tese. No caso dos formuladores da Política Municipal de Educação Ambiental, a Invepar foi quem teve o projeto de “sustentabilidade”⁶⁹. O Projeto “Ecologia em Ação” da MetrôRio, teve como público alvo crianças do ensino fundamental de quatro escolas próximas às estações da linha 2 do metrô, estão no sítio da BM&F BOVESPA.

⁶⁸ Aspásia Camargo (PSDB), protagonista das formulações da PME/RJ, foi nomeada pelo prefeito Marcelo Crivella (PRB) (2017-) para chefiar a Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental, que faz parte da estrutura da Secretaria Municipal da Casa Civil (CLV).

⁶⁹ Fonte: https://www.metrorio.com.br/Empresa/ResponsabilidadeSocial?p_interna=1. Acessado 02/08/2017 Às 15:00h.

O objetivo do projeto “Ecologia em Ação”, de acordo com eles mesmos, seria realizar oficinas de educação ambiental para sensibilizar as comunidades no descarte de lixo. Os projetos ocorreram em 2010, durante o ano letivo, descritos por eles mesmos (atingiu mais de cem escolas), como “oficinas de capacitação em associativismo e cooperativismo visando orientar os artesãos formados pelo projeto, e os da comunidade, para organização sócio econômica e estruturação para a promoção de futuros projetos autossustentáveis”. Destacamos a atuação de “agentes multiplicadores” que seriam cerca de quatro mil alunos formados nestes cursos que realizaram trabalho de divulgação. A relação entre a Invepar e a Bovespa consistiu no fato da Invepar ser uma das “Empresas Listadas” do Programa “Em Boa Companhia” da Bolsa de Valores de São Paulo. A concepção de sustentabilidade da BM&F Bovespa foram resumidas por eles, a respeito da Comissão Brundtland (1987),

“A grande conclusão desse encontro foi que não basta reduzir o padrão de consumo da humanidade para aliviar a pressão sobre a Terra. A solução está em promover a harmonia entre os aspectos econômico, social e ambiental, o chamado tripé da sustentabilidade, ou triple bottom line, termo criado por John Elkington da consultoria inglesa Sustainibility. Esse tripé engloba todas as relações entre a sociedade, as organizações e seus interesses”⁷⁰.

Neste contexto, a Bolsa tem a missão de “promover a sustentabilidade e o investimento social privado alinhados à estratégia, contribuindo para o fortalecimento institucional da BM&FBOVESPA”⁷¹. Nesta formulação os interesses específicos de classe foram diluídos em uma concepção harmoniosa de sociedade, além se difundir a ideia de que “basta reduzir” o consumo para “aliviar pressão sobre a Terra”. Este é um argumento que desconsiderou que a maior parcela de “pressão sobre a terra” não vem do consumo, mas sim da expansão da cultura do desperdício na cultura do capitalismo. Esta “promoção de harmonia” também desconsiderou as condições sociais de uma sociedade de classes com índices de pobreza alarmantes e fez parte de sua atuação como um intelectual coletivo reprodutor dos princípios da UNESCO.

A experiência da PME/RJ no Rio de Janeiro indicou que as principais forças políticas ligadas ao APH FGV formaram uma direção política que se reproduziu e se

⁷⁰ Fonte: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/na-bolsa/apresentacao/. Acessado 10/01/2018 as 18:14 hrs.

⁷¹ http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/na-bolsa/apresentacao/. Acessado 10/01/2018 as 18:14 hrs.

reiventou no reformismo ambiental. A FGV sintetizou os interesses de uma fração de classe, em políticas como as que procuraram formular sobre qualidade na educação e expansão da escola pública. A apropriação da categoria sustentabilidade pela FGV possuiu certos princípios educativos norteadores na construção de consensos. Como, por exemplo, na ideia de que a cidade

“Deve incluir a sustentabilidade, com a finalidade de garantir que uma **nova racionalidade** será aplicada para tornar o aglomerado urbano compatível com um **novo conceito de progresso** e um **novo estilo de vida**” (Cadernos FGV, Ano 9, Nº 24 pag.11 junho/maio 2014) (negritos meus).

A ideologia do desenvolvimento sustentável está ligada ao “novo” e a tecnologia é um elemento que sustentaria, em suma, o capitalismo verde: mudança de comportamento. Concretizando a construção do projeto de cidade olímpica, recorreu à importação da concepção de cidade inteligente (“smart cities”) que estaria relacionada com aumento da qualidade de vida e efetividade das “soluções urbanas”, para “se adequar ao novo dinamismo de uma economia verde e digital que se espalha pelo mundo, típica das smart cities e das cidades sustentáveis”⁷². Também nesta linha de construção de uma pedagogia da hegemonia, a mobilização em torno desta formulação foi ilustrada em eventos de debate organizados pela FGV, como o Seminário “Cidades Inteligentes: Financiamento, Governança e Planejamento”

“Que reuniu representantes de prefeituras, organismos de fomento e instituições públicas e privadas a fim de estimular e ambientar o debate sobre os **modelos de financiamento e gestão de projetos para cidades inteligentes**. Participaram dos debates a deputada estadual Aspásia Camargo, a prefeita de Angra dos Reis Conceição Rabha, a secretária de urbanismo e mobilidade urbana de Niterói Verena Andreatta, a secretária de planejamento de Búzios, Alice Passeri, o chefe-executivo de operações do Centro de Operações do Rio de Janeiro, Pedro Junqueira, entre outras autoridades e especialistas”⁷³.

Na reportagem acima, destacam-se as expressões “modelos de gestão”, “financiamento” e “cidades inteligentes”, como elementos do que chamam de

⁷² Fonte: <http://www.aspasiacamargo.com.br/v2016/midia/noticias/2492-10-propostas-por-um-rio-sustentavel>. Acessado 20 08 17 às 12:4hrs.

⁷³ Fonte: <http://fgvprojetos.fgv.br/eventos/seminario-cidades-inteligentes-financiamento-governanca-e-planejamento>. Acessado 20 08 2017 às 14:03.

“capitalismo verde”. Nas análises de conteúdo documentais, foi identificado o alinhamento estratégico entre educação, meio ambiente e urbanismo/habitação/mobilidade, para o fortalecimento e a consolidação dos modelos de gestão e financiamento característicos do gerencialismo. O documento da Invepar se baseou na perspectiva de sustentabilidade para os negócios,

“Para o grupo Invepar, além de uma visão de gestão, a sustentabilidade e responsabilidade social empresarial, os tornam cada vez mais preparados a gerenciar riscos de forma adequada em suas operações, atender às crescentes exigências de acionistas e investidores em questões ambientais, sociais e de governança (ASG), gerenciar as pressões da sociedade em temas socioambientais, identificar oportunidades de negócio e inovação, e, finalmente, ampliar a reputação e apreciação dos públicos de relacionamento com a empresa” (Política de Sustentabilidade do Grupo Invepar, 2015).

Logo na introdução do documento verificamos a prioridade de atender ao capital rentista e a administrar a “pressão” social. Na parte dos objetivos em primeiro lugar está o “compromisso da Invepar com o desenvolvimento sustentável”. Em “Diretrizes” foram elencados os “princípios de sustentabilidade”, dentre os quais destacamos a “conduta empresarial” (subdividida em sete pontos); “Colaboradores”, para “promover o conhecimento e engajamento para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção dessa cultura entre colaboradores e demais stakeholders”; a “governança”, o “relacionamento comunitário” e a “preservação do meio ambiente”; esta última eram programas de “eco eficiência em suas dependências” e ações voltadas para “gerir, inventariar e reportar as emissões de GEE (gases de efeito estufa)” (Política de Sustentabilidade do Grupo Invepar, 2015).

Esta gestão gerencial foi também observada na execução da PMEA/RJ alinhada ao reformismo ambiental, pela prioridade às intenções cariocas acerca das Mudanças Climáticas (“Protocolo de Intenções”). Estes foram elementos debatidos que foram analisados no tópico anterior, nas formulações da UNESCO, inseridas numa “proposta [que] favorecia os Estados Unidos, que são o principal consumidor de energia fóssil do mundo e têm uma eficiência no consumo energético bastante baixa, [que] lhes permitiria, com poucos investimentos, melhorar seu estado atual” (FOLADORI, 2001, p.135). Os princípios contidos na Comissão Brundtland foram assimilados por ONG e empresas “em sua forma pura ou acrescida de adaptações ao perfil particular de cada grupo” (LIMA, 2003, p.108).

Em nossa tentativa de entender a questão ambiental partindo das definições de “sustentabilidade de mercado”, localizamos alguns trechos no livro “O que os economistas pensam sobre sustentabilidade?” (2010), que foram ilustrativos. Foi possível identificar que, para a corrente de pensamento produzida na Escola de Economia da FGV, “o problema da poluição é, na verdade, humano; não muda apenas a temperatura da Terra, encurta também a vida do cidadão” (ARNT, 2010, p.12). Nesta linha, a concepção da BM &F Bovespa, segundo José Roberto Mendonça de Barros⁷⁴, sobre a questão ambiental nas concepções de educação ambiental e de política pública foram rebatidas nas atas, pelas constantes referências aos projetos de empresas e ONGs, conformando um modelo de política pública por parceria.

As relações na análise de conteúdo das atas e dos documentos foram estabelecidas em torno do ideal do desenvolvimento sustentável e em torno da concepção liberal de Estado. A primeira delas foi a formulação deste conceito que, em função de sua potencialidade programática da responsabilidade socioambiental, sustenta a lógica do reformismo ambiental, as “smart cities”; e a segunda está ligada a concepção de políticas da parceria comum nas agendas do neoliberalismo. Existe uma hegemonia em torno da concepção de educação ambiental fortemente marcada pelo comportamentalismo e descoletivização social, ou seja, que responsabiliza o indivíduo pela poluição. A sustentabilidade foi apropriada pelo capital para dar substância ao potencial do “novo”, de uma “nova racionalidade”, marcada por um rescaldo do velho positivismo, a unir “novidade” e “progresso”, com o “novo progresso”.

As ideias que estiveram por trás das concepções foram produzidas em outros espaços do estado ampliado e, para a compreensão da formulação da PME/RJ, apresentamos análises sobre os debates no parlamento municipal na tramitação da PME/RJ. A pesquisa documental na Câmara Municipal permitiu acesso ao processo de tramitação da educação ambiental na cidade do Rio de Janeiro, no projeto de Lei 1219/2003, pelo economista e político, então vereador, Rodrigo Bethlem.

A pesquisa exigiu compreender a atuação de APH e OSCIP no estado ampliado, sendo necessário contextualizar a trajetória da educação ambiental no município do Rio de Janeiro. Faremos agora uma análise de documentos para contextualizar o processo de

⁷⁴ “Membro do Conselho de Administração da BM&F-Bovespa, da Tecnisa, do Conselho Consultivo do Pão de Açúcar, do grupo O Estado de S. Paulo, da Febraban, da Schneider Electric e da Link Partners (ARNT, 2010, p.119)

formulação da PME/RJ. Este foi um aspecto necessário porque as bases teóricas e programáticas do reformismo ambiental se deram nos anos 1990, durante as reformas educacionais e a tramitação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), promulgada em 1999, que previu a implementação de políticas municipais e programas municipais de educação ambiental.

Em novembro de 2004, foi encaminhado ao prefeito um projeto de lei nº 1219, de 2003, de autoria do Senhor Vereador Rodrigo Bethlem, que “dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Municipal de Educação Ambiental, e dá outras providências”. No município do Rio de Janeiro, as políticas de educação ambiental foram incorporadas formalmente e reproduziram associações entre educação ambiental e ecoturismo (VELOSO, 2006). A pesquisa sobre a PME/RJ da presente tese identificou a influência da concepção da UNESCO nas concepções de educação ambiental e na difusão do chamado “crescimento sustentável”.

Foi verificado que houve rebatimento dos princípios da UNESCO e do APH FGV nas formulações da PME/RJ, baseado na análise de conteúdo documental das noventa e duas atas de 2006 a 2016, da Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental (CSPEA) no âmbito do Conselho Municipal de Meio de Ambiente (CONSEMAC).

“As ONGs aprenderam a fazer isso, quando elas chegaram aqui antigamente o cara vinha com a proposta dela porque ela imagina que a escola não tem projeto nenhum, eu tenho, eu sei, eu cheguei, nosso papel aqui era dizer, pera lá, não é assim não, a escola está fazendo isso, a escola quer fazer assado, então **eles aprenderam sim a escutar**, agora o que seria interessante, por que a gente fala do diagnóstico local participativo” (Entrevista Coordenadora 2)

A pesquisa que resultou nesta tese identificou que, antes mesmo da existência da política pública analisada, a educação ambiental era realizada em parcerias com ONGs na rede municipal de ensino. Acima, na parte em que, supostamente, “aprenderam sim a escutar”, destacamos que foi gradual o processo de inserção das ONGs nas escolas. Estes dois elementos revelaram que, primeiro, as organizações não governamentais nas escolas não são novidade com a PME e, segundo, que o que mudou foram as estratégias de atuação e seus sujeitos coletivos.

A implementação da PME levou a uma série de demandas que as secretarias deveriam cumprir por terem como atribuição a execução da mesma, então coube a

SME/RJ indicar uma representação ao CSPEA em meio a algumas reuniões sem representação, por conta da mudança na estrutura da educação ambiental na SME/RJ. A diluição da educação ambiental gerou a criação, como uma vitória que garantiria o protagonismo da SME/RJ na PME/RJ, de um grupo de trabalho. A materialização da PME/RJ passou pela predominância da SMAC/RJ, explicada parcialmente pelo fato do secretário municipal de meio ambiente também ser vice-prefeito e dotar de uma coloração política a história do protagonismo da SMAC/RJ na implementação da PME/RJ. A tensão dentro do SME/RJ foi por conta deste papel destacado de sujeitos coletivos da área ambiental que foram articuladores neste processo pelas evidências de descompasso entre SMAC/RJ e SME/RJ nas atas e nas entrevistas.

Quando no trecho da entrevista com o coordenador 2 foi afirmado que a ONG “chega na escola e imagina que não tem projeto algum” é necessário considerar a alteração na administração pública, especificamente no regime de colaboração. Nestes novos mecanismos de produção de políticas, forjaram-se as parcerias público-privadas previstas nas consultorias da FGV/RJ aos municípios brasileiros no que se refere a chamada “eficiência” da política. No interior da SME/RJ a iminência de uma política de educação ambiental aprovada causou efeitos na estrutura da educação ambiental, como a implantação da Equipe de Extensividade.

Na análise das entrevistas com a Coordenadora 1 da SME/RJ ligada a educação ambiental, foram expostas as motivações que teriam levado o SEPE/RJ a participar da implementação da PME/RJ. A proposta estruturante de formação seria a de um curso voltado para profissionais de educação concretizado em um seminário com universidades em parceria com a SME/RJ e um curso aos sábados para as lideranças do SEPE/RJ. A dinâmica de implementação foi, na avaliação da coordenadora 1, realizada sem a participação dos professores,

“Porque existem duas políticas, dois projetos, um é esse que a gente pegou a política municipal e estava construindo uma proposta democrática, com as escolas sendo as protagonistas; e a política da secretária, que é a política das empresas, a política das ONGs, no confronto, ela ganhou, claro, ela tem mais poder que a gente, a gente estava indo construindo tudo direitinho, mas quando esse cara chegou e deu uma quebrada, já dificultou mas de qualquer maneira a gente tinha lá uma proposta sólida, muito bem estruturada” (Entrevista Coordenadora 1)

“Nós chamamos ela para o debate ela não foi, mas soube do que aconteceu, que foi forte teve bastante gente e o debate foi bom, gerou frutos porque dali as pessoas queriam mais informação, queria

aprofundar a discussão eles entenderam que a coisa era política, que não era brincadeira de defensores dos animais e das plantinhas. Eles entenderam a questão política, tanto que dali nasceu um curso” (Entrevista Coordenadora 1)

No interior da SME/RJ, as empresas e as ONGs foram marcantes com o programa “Agenda 21” voltado para as políticas educacionais em educação ambiental nos anos 1990. Nesta década de 1990, a coordenadora II afirmou que empresas como Petrobrás, Eletrobrás e Odebrecht realizavam projetos com ONG em parceria com a SME/RJ. Um estudo sobre as políticas públicas educacionais de educação ambiental na escola pública através da Agenda 21, apontou que

“As escolas, e principalmente os professores, não foram convocados à arbitrariedade sobre o seu fazer educativo (...) [e que] o fato de aceitarem executar mais uma proposta, não significa que a Agenda 21 Escolar tenha sido de fato implementada, e neste caso, o que temos é um frágil processo de implementação, sem nenhuma consequência concreta, muito menos um processo contínuo, participativo e transformador” (CRUZ, 2014, p.159)

A pesquisa sobre a PME/RJ demonstrou elementos que reforçaram o nexo causal entre a implementação da política e o impacto no trabalho docente. Os dois pontos deste nexo foram a proposta estruturante do curso de formação (que deveria gerar um segundo momento para criação e execução de um projeto de educação ambiental); e a intensificação do debate ampliado pela participação do SEPE/RJ ainda no processo de tramitação da PME/RJ na Câmara de Vereadores. Esta participação foi restrita a um seminário aos sábados para lideranças sindicais, que resultou em um curso de formação para professores da rede municipal de ensino.

Estes dois pontos, a proposta estruturante e a participação do SEPE/RJ, não resultaram na participação docente na formulação e execução da política. A educação ambiental não formal teve como um dos eixos fortalecer os coletivos subordinados a lógica das parcerias na implementação da PME/RJ. A pesquisa identificou como resultado deste processo uma intensificação da precarização do trabalho docente, do ponto de vista de sua autonomia pedagógica. Isto ocorre pelo deslocamento do trabalho docente para a esfera restrita à execução de projetos empresariais formulados fora da escola, pela inexistência de uma formação continuada em educação ambiental adequada às exigências expostas pela realidade escolar e de uma adequação da gestão do trabalho

escolar que considere a carga horária docente. Esta foi uma perspectiva que se restringiu a consultas públicas para a produção de políticas públicas. A experiência da PME/RJ demonstrou na pesquisa desta tese a tendência verificada em pesquisas sobre a inserção da educação ambiental nas estratégias de entrada de empresas e ONGs na escola pública brasileira (BARBOSA & LOUREIRO, 2007; LAMOSA, 2010; LOUREIRO & KAPLAN, 2011; RODRIGUES & LOUREIRO, 2012, COUTINHO, 2003).

O debate na inserção legislativa desta política pública se deu com o foco para a questão das privatizações, identificadas nas falas do vereador Eliomar Coelho (PSOL), no contexto de criação dos PL 166/05 e 1233/2007, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro pela Aspásia Camargo. Sobre o histórico de tramitação da PME/RJ, o PL 1219 de 2003, de Rodrigo Bethlem foi vetado por Cesar Maia e, com a nova administração em 2004, Aspásia Camargo apresentou o PL 166/2005. Abaixo apresentamos, respectivamente, trechos dos vetos aos PL 1219/03 e PL 166/05

“Além disso, cumpre-me destacar que o projeto sob comento incide em insanável vício de iniciativa, denotando notória interferência do Legislativo em atividade típica do Executivo, nos termos da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (DCM 2003)

“Foi baseada, pois, nas diretrizes declinadas pela União que a SME, no uso de suas atribuições, elegeu as matérias que serão ministradas na rede pública municipal de ensino, não cabendo, deste modo, ao Poder Legislativo ditar o conteúdo da Educação no Município. Em decorrência disto, ficam também prejudicados os artigos 3º, 10º, 11º e 12º do projeto em análise” (DCM 2008, p.10)

Tanto o veto ao PL 1219/03 quanto o do PL 166/2005 foram por vício de iniciativa e, nas atas, os argumentos que resultaram no veto, levaram a sugestão de fortalecimento da participação dos profissionais de educação nos debates feitas por representantes do SEPE/RJ e “organizações voltadas à educação ambiental” (Ata 16-12/02/2008). A inserção da referida proposta de ampliação do debate se deu em função da iminência de ser aprovado na Câmara de Vereadores sem a participação dos profissionais da educação. O ponto que chamou a atenção ainda no PL 1219/2003, foi o de que “as instituições de ensino básico, públicas e privadas, incluirão em seus projetos pedagógicos a dimensão ambiental, de acordo com os princípios e objetivos desta lei” (PL 1219/2003) e, diante disso, o poder executivo entendeu que houve interferência da Câmara dos Vereadores nos poderes da SME/RJ.

Com o veto mantido, então, foi criado o PL 166/05, de Aspásia Carmago e o PL 1233/07, de autoria dos vereadores Aspásia Camargo, Jorge Felipe, Andréa Gouvêa Vieira, Lucinha, Argemiro Pimentel, Dr. Carlos Eduardo, Rubens Andrade, Teresa Bergher e Dr. Jairinho, que dispunha sobre o Sistema Municipal de Educação Ambiental. Do mesmo modo, no PL 1233/07, também houve a previsão de inclusão do conteúdo da educação ambiental nos currículos escolares de forma transversal. No entanto, diante de um novo veto, também por vício de iniciativa, a vereadora Aspásia Camargo, pediu a própria manutenção do mesmo, pois o projeto de lei careceria de uma “maturação maior”. Em suas palavras

“Gostaria de chamar a atenção para a importância da Lei de Educação Ambiental e de uma política de educação ambiental na nossa Cidade, no nosso município. Mas, exatamente porque é muito importante, ela exige uma maturação maior. Na verdade, a lei que está aqui apresentada se limita e fica muito tributária da lei federal e da estadual que inspiram justamente a iniciativa. Acho que precisávamos desenvolver, com mais cuidado, as especificidades de um projeto para a Cidade, para a diversidade dos bairros e das regiões da Cidade, especificidades que fossem contempladas na lei.

O segundo ponto é que, no seu artigo 17, ela diz que caberá aos órgãos municipais de educação e de meio ambiente, ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – Consemac, e ao Fórum 21 a função de propor, analisar e aprovar a política e o programa de educação ambiental. Ora, recebemos justamente do Consemac um apelo para que os membros do Conselho fossem chamados a dar suas sugestões, que já estão prontas e discutidas pelo Conselho para enriquecer a lei. Então, o que eu pediria seria a manutenção do veto para que a gente possa amadurecer mais a proposta e chegar a uma solução que aos interesses dos conselhos participativos da Cidade”. (DCM 04/03/2005 ANO XXIX – Nº 40 pag.11⁷⁵).

Foi possível perceber na fala acima uma preocupação com as discussões que ocorriam nos conselhos de educação e de meio ambiente, bem como a identificação deste PL 1219/2003 com a lei federal. Nesta passagem de sua fala, foi destacada a

75

Fonte:

http://www.doinet.com.br/camara2/visualizador_sumario.aspx?pagina=&doinetcodext=9pVMbtEa4nifeNSl2YgKBg%3d%3d&ext=1mF37Ew7qNF6%2fcuX2953Zg%3d%3d&ano=izi11QvTstPDWY149Tf%2biQ%3d%3d&dia=czjcYhP0hTsLoSNvFuAbhg%3d%3d&mes=Vc9%2bAPBNzbJPifR3ss78dQ%3d%3d&cod_jor=p4%2f7RUGfmuxBJGr%2f0infHQ%3d%3d&tp_edicao=vM8FbnYSz3UakZlqojqQkA%3d%3d&codtpoedicao=YB8d%2fc9xm15IMOmVQ19fWg%3d%3d&inicio=YB8d%2fc9xm15IMOmVQ19fWg%3d%3d&fim=YB8d%2fc9xm15IMOmVQ19fWg%3d%3d&Cod=9EXCkEU4XLglhcfwSLBj8Q%3d%3d&mail=BcR2DDbbE9kk3NN5Axn3Lw%3d%3d&pagImg=YB8d%2fc9xm15IMOmVQ19fWg%3d%3d&codRef=YB8d%2fc9xm15IMOmVQ19fWg%3d%3d Acessado 28/09/2015 às 13:21hrs.

necessidade de atender às demandas específicas da cidade com um foco em sua diversidade (e este viés do turismo que marcou o debate continuou até o PL 166/2005). Em nosso levantamento de dados no sítio do Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no dia 14 de março de 2006, o vereador Eliomar Coelho afirmou, referindo-se ao PL 166/2005 de Aspásia Camargo, que

“Isso daqui significa começar o Município a se sentir desobrigado do seu dever de dar realmente educação para todo mundo e começar a fazer parcerias, o que nós, realmente, não temos condições de controlar. São parcerias com organizações não-governamentais - e quero dizer que não tenho nada contra as organizações não-governamentais - e com empresas privadas também - e também quero dizer que não tenho nada contra as empresas privadas - só que eu acho que, para definir, para financiar isso daí a gente pode cair num caminho da terceirização e da privatização da política educacional”. (Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Ano XXX N. 48 pag.13, quarta-feira, 15/03/2006⁷⁶).

Foi possível perceber na fala acima a preocupação de grupos políticos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro com o “controle social” na discussão sobre uma política que permite às empresas ofertarem a educação, o que implicaria, na visão do vereador, em “caminho da terceirização e da privatização da política nacional”. O vereador sublinhou o financiamento, destacando que a atuação de empresas e organizações não governamentais na rede municipal de ensino implicou debater sobre o financiamento da educação pública a nível nacional. Este, então, sugeriu um tempo para amadurecer esta questão, o que foi aceito pela vereadora Aspásia Camargo. O financiamento é um tema necessário para a análise de políticas públicas, pois é o que define o alcance da capacidade operacional das instâncias.

As concepções de PME/AR defendidas pela, então, vereadora Aspásia Camargo e do SEPE/RJ seriam distintas, em certa medida, pela participação ou não dos profissionais da educação na elaboração da mesma. A concepção das parcerias com

76

Fonte:

http://www.doinet.com.br/camara2/visualizador_sumario.aspx?pagina=&doinetcodext=9pVMbtEa4nifeNSl2YgKBg%3d%3d&ext=1mF37Ew7qNF6%2fcuX2953Zg%3d%3d&ano=RixxOO8XZQ1XmTf9bLtY0g%3d%3d&dia=Mk0eS729kXyt%2b9TkjaXWRg%3d%3d&mes=Vc9%2bAPBNzbJPifR3ss78dQ%3d%3d&cod_jor=p4%2f7RUGfmuxBJGr%2f0infHQ%3d%3d&tp_edicao=vM8FbnYSz3UakZlqojqQkA%3d%3d&codtpoedicao=YB8d%2fc9xm15IMOmVQ19fWg%3d%3d&inicio=g9CvhOKfZtd0QhegDp0cfg%3d%3d&fim=ubj8FWL7bhWRIsy2NRWTcg%3d%3d&Cod=xrmODMXNT0G3e8dr9g8X4w%3d%3d&mail=BcR2DDbbE9kk3NN5Axn3Lw%3d%3d&pagImg=g9CvhOKfZtd0QhegDp0cfg%3d%3d&codRef=YB8d%2fc9xm15IMOmVQ19fWg%3d%3d Acessado 28/09/2015 às 13:8hrs.

empresas prevaleceu como parte da alteração na estrutura de educação ambiental na SME/RJ, que culminou na criação do “Setor de Extensividade”. A pesquisa identificou que houve uma disputa no interior da SME/RJ na qual duas direções da PME/RJ foram expostas e que o curso de formação proposto pelo SEPE/RJ não resultou em propostas concretas nos debates. Estas surgiram nos dados sobre o histórico da educação ambiental na rede municipal, formação continuada, carga horária, tensionamento no interior da SME/RJ e os impactos do curso. De acordo com um professor do curso organizado pela prefeitura em parceria com as universidades,

“Com certeza, a gente percebia claramente as tensões, a gente tinha que avaliar muito até onde que a gente podia abrir um questionamento maior e nos impactou sobretudo de ver pessoas nadando contra a maré né, ganhando mal, com as condições de trabalho horríveis, querendo fazer um trabalho legal, bacana, quase sem nenhum estímulo e sem conseguir porque tem que preencher diário na internet, participar de reuniões que a SME convoca pra discutir milhões de coisas, tem que ir no curso de formação que eles decidem qual vai ser, enfim” (Entrevista Professor de Curso de Formação).

Foi possível identificar acima que os impactos da lógica gerencial na carreira docente do ponto de vista da autonomia foram fatores determinantes na dinâmica de execução desta política. O trecho acima ilustrou como a precarização do trabalho contribuiu para a redução da participação docente na formulação e implementação da política, pois a educação ambiental dependeu da ação individual ou parcerias público privadas em projetos nos quais os professores seriam agentes executores. Esta foi uma expressão de política municipal de educação ambiental que reproduziu uma tendência nacional de construção de políticas públicas no Brasil.

No curso de formação analisado, a inserção da educação ambiental foi projetada em um plano que continha um momento de imersão no qual criariam um projeto de educação ambiental. A não realização deste segundo momento foi explicada, pois consolidou o protagonismo da SMAC/RJ pela desestruturação da educação ambiental na SME/RJ. Sobre este curso de formação da prefeitura em parceria com as universidades, vejamos então os resultados relativos a pesquisa com os professores cursistas. No que se referiu à avaliação do curso de formação da prefeitura, este foi bem avaliado pelos professores cursistas e que houve debates proveitosos para a sua capacitação, atendendo aos seus objetivos quando se inscreveram no curso. No entanto, apareceu como impacto a falta de continuidade do curso.

“Está fazendo quase três anos, se você não viesse me comunicar para sua pesquisa já estaria no esquecimento, porque a proposta naquela época era no ano seguinte a gente ter uma outra etapa de continuidade, então não estava mais lembrando disso, estava no dia a dia do trabalho, estudando, interagindo, mas ficou uma coisa lacunar que se ampliou” (Entrevista Professor Cursista 5)

“Foi ótimo, aprendi bastante, as pessoas que estavam capacitando esqueci o nome delas porque já faz dois anos e eu pude contar da minha experiência. Você via que eles sabiam realmente do que estavam falando, eram pessoas mesmo da área (...) me deu muito embasamento para eu colocar isso na minha prática (Entrevista Professor Cursista 4)

“Para a gente que está aqui mais na ação você perde um pouco esse contato em cima, como está a coisa a nível de governo, as estratégias, envolvimento de forças né, então assim, ele trouxe isso pra gente, às vezes, a gente acha que a coisa é fácil, vamos levar uma proposta, não, têm os interesses a nível político e governamental, tem interesses que não querem que a coisa seja de tal forma, então foi bom porque ele trouxe esse movimento pra gente, às vezes, você está aqui na escola fazendo as suas atividades e você não sabe como a coisa está lá em cima, então foi muito bom ele ter trazido isso pra gente, foi bom mesmo” (Entrevista Professor Cursista 3)

“Então o curso parou ali, falou que teria um segundo momento de continuação e não teve este segundo momento de continuação do curso” (Entrevista Professor Cursista 2)

“Ainda tenho o nome delas porque ainda sonho com essa segunda parte do curso” (Entrevista Professor Cursista 1)

A análise de conteúdo das entrevistas concluiu que os professores cursistas foram escolhidos aleatoriamente ou passaram por uma seleção das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), de acordo com as matérias mais afins ou por já trabalharem com a questão ambiental nas escolas. Os dados acima apontaram para a não continuidade do curso de formação, embora tenham apontado que elogiaram a condução do mesmo e dos debates. Este curso foi realizado como uma capacitação, que se deu em 2011 e 2012, durante o ano letivo, além do citado seminário com a universidade e o curso para lideranças do SEPE/RJ aos sábados. Existiu uma relação causal estabelecida pela necessidade imposta pela prefeitura para a SME/RJ de implementação e execução da PME/RJ, entre os cursos de formação e a criação do grupo de trabalho na SME/RJ.

“Então nós chamamos professores representantes de cada CRE, pedimos para as CRES indicarem, aí veio uma pessoa da CRE e cinco professores de cada CRE, e a gente disse para a CRE que escolhesse aqueles professores que tinham algum envolvimento já, algum

trabalho com educação ambiental, aí juntamos um grupo que... A ideia era fazer uns cem, mas acho que foi menos de cem; devem ter sido umas oitenta pessoas que assistiam umas palestras, esse foi um momento da formação. Quando terminou as palestras, nós fizemos um curso e esse curso que foi em 2011, 2012 (Entrevista Coordenadora I).

As condições de trabalho docente na rede municipal do Rio de Janeiro, amplamente expostas pelo SEPE/RJ, oferecem dificuldades para a realização de projetos com protagonismo docente nas escolas da rede municipal. A consequência para o trabalho docente é a perda de sua autonomia, pois seu papel no processo pedagógico é colocado em um patamar em que sua relevância não é destacada. A evidência desta condição de subordinação do professor a uma lógica de projetos surgiu na entrevista com o Professor Cursista 1 e com o Professor Cursista 3

“Na nossa escola tinha um projeto, funcionava porque nós fazíamos funcionar, era outro grupo de professores que faziam funcionar e fizeram muitos trabalhos aqui, muitos se aposentaram, entraram novos professores, fizemos de tudo, mas hoje não fazemos mais porque sociedade mudou. Há 15 anos você conseguia ir de casa em casa, falava da limpeza, conseguia fazer, hoje você não consegue. Um, porque os alunos não têm engajamento com a família e dois porque é muito difícil sair hoje com alunos e fazer um trabalho como eu fazia” (Entrevista Professor Cursista 2)

“Olha, aqui na escola, atualmente, eu imagino que não. Pelo menos eu não soube de nenhum projeto. Já teve. Já teve bons projetos aqui, mas existia o Pólo, não sei se você sabe da existência do Pólo de Educação pelo Trabalho (...) a gente tinha uma independência maior, o polo era tipo uma subunidade dentro da escola. Quando tinha o polo, era mais fácil de você movimentar projetos, porque tinha uma verba própria, tinha uma direção própria, uma equipe própria para cuidar dessas coisas que eram do Pólo (Entrevista Professor Cursista 3) ”.

A pesquisa com os professores cursistas concluiu que não existe uma carga horária para o professor trabalhar com a educação ambiental, evidenciando a impossibilidade prática de execução da política. Ao tempo dedicado a planejamento das aulas o professor deveria incorporar atividades de formação específicas de educação ambiental, o que colocou problemas de ordem logística e financeira. Não havendo um apoio real que leve o profissional da educação a um curso de formação, como seria possível com a destinação regulada de uma carga horária para tal, a efetivação da lei foi atravessada por restrições no tocante a sua execução.

“Então, a carga horária é isso, não tem. Não tem uma carga horária específica para o ensino de educação ambiental na rede, imagino eu,

apesar de ser aqui só desta escola, não tem carga horária específica só para isso na rede” (Entrevista professor cursista 3).

A questão da carga horária foi parte de uma das questões da pesquisa sobre a institucionalização da PME/A, mas também os temas de educação ambiental emergentes nas entrevistas com dois professores cursistas. Entre estes temas apareceram as políticas educacionais que geraram debates voltados para ampliar a visão do profissional da educação. A relação entre o que se executa na ponta, no chão da escola, e as disputas políticas no campo da educação, teria sido melhor explorada com a continuidade do curso.

Os professores cursistas que foram entrevistados afirmaram que a inserção de educação ambiental não ocorre a não ser por força de um projeto pessoal dos profissionais de educação (por um esforço individual). O exame dos dados sobre a implementação da política permitiu identificar que a desestruturação da educação ambiental na SME/RJ, contribuiu para uma inserção da PME/A/RJ subordinada à lógica de projetos que favorece a execução de parcerias público privadas (deste modelo gerencialista, aquilo que fica mais explícito é a lógica de projetos). No trecho acima foi possível identificar uma avaliação dos debates, nos quais surgiu o tema das “fábricas verdes” da prefeitura. De com o professor cursista 2, foram ocultados os impactos ambientais originados da poluição na produção e na atividade destas mesmas fábricas.

“A questão que foi bem enfatizada me chamou a atenção foi sobre as fábricas verdes da prefeitura que está fazendo são as fábricas verdes que, na realidade, não são. Isso que me chamou atenção (...) há um mascaramento dessa questão” (Entrevista professor cursista 2)

“A prefeitura tem problemas, você não tem professor de matemática, você não tem professor de português. Nós ficamos com dez turmas sem professor de português e matemática, até agora...eles vão se preocupar com o meio ambiente? Se as matérias básicas na escola central você não tem, imagina mais para dentro, na zona oeste (...) Tinha que mudar a estrutura para você colocar o meio ambiente como prioridade” (Entrevista Professor Cursista 1)

“Eu acho que ela deveria entrar como disciplina sim porque tema transversal fica muito solto e como disciplina você teria um eixo que você seguiria. ‘Ah você vai trabalhar’, não existe isso, não se trabalha. Geografia você trabalha, ciências você trabalha se o professor tiver interesse - eu trabalho sempre com meus alunos -, mas você trabalha se você quiser esses temas, você não tem compromisso. Quando você não tem o compromisso você não faz, faz quem quer, aí fica tudo perdido” (Entrevista Professor Cursista 1).

Com base nos dados da entrevista com o Professor Cursista 1, a inserção da educação ambiental como tema transversal dificultou a tematização ambiental no currículo. A falta de estrutura no que se refere a atendimento de demanda básica da rede municipal de ensino, como turmas sem professores de matemática e português seria o eixo dos problemas relacionados com a inserção da educação ambiental. A lógica gerencial que permitiu um sucateamento da rede municipal de ensino foi também determinante na implementação da PME/RJ.

Para compreender a atuação no estado ampliado de agentes no processo de formulação da PME/RJ, nesta seção apresentamos as formulações sobre Estado, sociedade civil, educação, sustentabilidade e educação ambiental de agentes inseridos nos APH FGV e Invepar, organizações empresariais sistematizadores do ideal do desenvolvimento sustentável da UNESCO. Iniciando a investigação na sociedade civil, foi possível verificar a atuação destes políticos e o impacto de seus projetos na sociedade política, especificamente na CSPEA vinculada à SMAC/RJ.

O mapeamento dos sujeitos coletivos envolvidos na implementação da PME/RJ apontou que muitos APH formularam projetos no gerencialismo na política pública. A expressão particular de um fenômeno mundial foi analisada pela inserção da PME/RJ que se deu com disputas entre a concepção de educação ambiental com a participação docente e uma concepção sem a participação docente. Foi possível afirmar pela pesquisa que a maioria das ações de educação ambiental na prefeitura do Rio de Janeiro estiveram dentro de uma lógica de parcerias público-privadas. A tentativa de outras ações de educação ambiental, em parcerias público-público, resultou em elementos deste processo, como o diagnóstico de indicadores de educação no município, fruto de estudos no campo da educação ambiental no contexto escolar ou o curso de formação voltado para problematizar uma educação ambiental apartada da luta de classes, que representa a visão conservadora da educação ambiental com o foco na mudança comportamental ou na contribuição tecnológica.

Neste contexto o trabalho docente perdeu o protagonismo, sendo secundarizado na medida em que a educação ambiental foi realizada por organismos empresariais ou não governamentais, em projetos aprovados pelo “Setor de Extensividade”. Este deslocamento seguiu os mesmos pressupostos desde 1996 pelos organismos

internacionais, incluindo a UNESCO, através do Relatório Dellors, chamado de “Educação, um tesouro a descobrir” (UNESCO, 2010). Neste documento, foram reforçadas as formulações da Conferência de Jomtien (1990), especialmente no capítulo nove, sobre a cooperação internacional de “educar a aldeia global”, como uma das recomendações de

“Incrementar novas parcerias entre as instituições internacionais que se dedicam à educação, lançando, por exemplo, um projeto internacional que tenha o objetivo de divulgar e implementar o conceito de educação ao longo da vida, a partir do modelo de iniciativa interinstitucional que culminou na Conferência de Jomtien” (UNESCO, 2010, p.37).

A concepção de educação presente no Relatório Dellors foi referenciada em quatro tipos de aprendizagem: aprender a conviver, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conhecer. O documento ampliou o conceito de educação, difundindo a noção de uma “sociedade educadora” marcada pela capacidade de “aprender a aprender”, em função das exigências da “sociedade do conhecimento”. Foi possível estabelecer a relação entre as receitas da UNESCO e a materialização da educação ambiental na prefeitura do Rio de Janeiro, no que se refere especificamente às concepções de educação e do papel do empresariado de parceiro da escola.

A existência de um “Setor de Extensividade” no interior da SME/RJ, então, foi consequência de uma concepção de política pública, na qual a educação ambiental se inseriria na escola de fora para dentro. Os dados apontaram que este “setor de extensividade” serviu aos propósitos da gestão gerencial de desvalorizar a educação ambiental como uma atividade extraclasse, extensiva à aula, por oficinas e atividades de conscientização. Os resultados expostos no presente capítulo foram a PME/RJ em tramitação na Câmara de Vereadores, em função de sucessivos vetos do poder executivo. Nas atas da CSPEA, a assessoria responsável pelo projeto de lei N° 1233/07 na Câmara de Vereadores participou somente das primeiras dezessete reuniões, em um total de noventa e duas reuniões, sendo a última no dia vinte e cinco de março, dias antes da promulgação no 4 de abril de 2008 a Lei N° 4.791/08.

Sobre o rebatimento nas atas dos órgãos estatais diretamente ligados aos programas das “cidades educadoras”, a pesquisa empírica revelou forte presença na composição nas reuniões da CSPEA, das secretarias de Meio Ambiente (SMAC), Habitação (SMH) e Urbanismo (SMU), bem como a presença da Coordenadoria de

Orientação e Regularização Urbanística (CRU). A composição das reuniões da CSPEA refletiu a tendência hegemônica do campo da educação ambiental, pela atuação de ONG como a “Bicuda Ecológica”, “Instituto Kederê”, “Instituto Terra Azul” e a empresa Instituto Moleque Mateiro.

Nos anos 1990, as organizações não governamentais (“King Ongs”) possuíam estreitos vínculos religiosos, em especial, católicos que reivindicavam a universalização do acesso aos serviços essenciais. Havia no pano de fundo da atuação das organizações não governamentais “um peculiar processo de mercantil-filantropização da luta social” (FONTES, 2010, p.270-271). A análise de Fontes (2010) revelou que os “think thanks estendiam sua atuação” (FONTES, 2010, p.271) e que as campanhas sobre “cidadania” nos anos 1990, foram dirigidas pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), criada em 1991, congregando duzentas entidades.

A pesquisa de Fontes (2010) demonstrou que esta foi a “mais visível interlocutora (do governo, das entidades governamentais, das universidades) para assuntos ligados à sociedade civil [e que tem relevância pois] procura manter-se próxima ao campo popular” (FONTES, 2010, p.268-269). Para Fontes (2010) “participam [do universo dos APH] as entidades autodenominadas ONGs (...) que oculta as classes e as lutas que constestam diretamente a dominação de classes” (FONTES, 2010, p.268). De acordo com esta perspectiva, as ONGs “eram incansáveis na reafirmação de sua total desconexão com as dinâmicas organizativas de cunho classista (...) [e] passaram a compor conselhos de Estado” (FONTES, 2010, p.281). Nas palavras de Fontes (2010),

“A proposição da gestão privada de recursos públicos assumiria sua plena feição ao ser encampada pelo mundo empresarial, através da formação de entidades similares. Novamente as ONGs – e a ABONG– amaciariam a resistência popular pelo seu próprio exemplo, adaptando-se de maneira flexível e pragmática aos novos tempos” (FONTES, 2010, p.275)

Os elementos trazidos na pesquisa de Fontes (2010) no trecho acima foram também identificados no processo de implementação da PME/RJ, pela presença de ONGs, empresas e a REARJ como protagonistas da política. A ligação exposta por Fontes (2010) se referiu ao atrelamento das ONGs a uma direção antiestatal que marcou campanhas contra a fome, por exemplo, lideradas por Herbert de Souza, o Betinho. Pesquisas do IPEA dariam ênfase ao tema da pobreza “recortado da totalidade da vida

social e convertido em objeto de análise [que] promovia uma homogeneização da realidade pelo abuso de indicadores” (FONTES, 2010, p.277).

Corroborando o protagonismo das ONGs na execução, os dados da presente tese acerca da composição das reuniões da CSPEA, foram identificados como características também da ideia de “governança”, pela “contratação de consultoria para a elaboração de indicadores de educação ambiental” (Ata 38 18 03 2010). As ONG e empresas presentes na composição tiveram maior peso nos encaminhamentos, tanto em função de seu protagonismo como em função de uma lógica de cogestão, orientada pela noção de democracia participativa. O exemplo desta orientação foi o Orçamento Participativo, que não questionava a estrutura do orçamento mas a forma de administrar os poucos recursos para a área social – “a proposta de redução democrática à gestão de conflitos imediatos se disseminava” (FONTES, 2010, p.281).

Nas atas foram identificadas as concepções de educação ambiental e de Estado próximas das formulações da FGV, que estiveram nas bases das reformas na administração pública brasileira. A concepção de educação ambiental da FGV reproduziu o conceito de “cidades sustentáveis” da Declaração de Barcelona, na qual a sustentabilidade seria possível sem a alteração da estrutura produtiva. Então, numa lógica gerencialista, a educação ambiental apresentaria uma função de sensibilizar as pessoas. E, no que se refere ao papel do Estado, a FGV predominantemente o entendeu como um gerente, que deve ter seu papel condicionado por avaliações próprias das empresas privadas.

“Na SMU, as pessoas que trabalham com educação ambiental não têm formação específica e não há orçamento destinado para este fim, mas há cartilhas que são distribuídas em áreas de sua atuação sobre o lixo, o consumo de água, corte de árvores etc. (...) no Pavão Pavãozinho, apesar das obras do PAC, a população não dá o devido retorno (...) a partir do momento em que as comunidades começarem a pagar impostos esta resistência em colaborar irá mudar” (Ata 46 29/11/2010).

A atuação dos sujeitos coletivos se constituiu, em parte, desta conjunção de ações dos órgãos estatais SMU/RJ, SMAC/RJ, SMH/RJ e CRU, na lógica do desenvolvimento sustentável, resultou no “Projeto Morar Carioca”, em que “a prioridade nos futuros projetos é uma exigência que os novos prédios sejam mais

sustentáveis” (Ata 46 29/11/2010). Então, havia na sociedade política forças atuando na perspectiva de atender, parcialmente, a interesses do empresariado, pois

“Em 2010, a INVEPAR se preparou para identificar oportunidades na infraestrutura de transporte nas grandes cidades e propor respostas integradas. Essa atitude permitiu detectar novos negócios nas principais regiões metropolitanas do país, em que se multiplicam os sinais de fadiga do transporte público” (Invepar Relatório Anual 2011).

Foi possível identificar acima a ofensiva privada por “novos negócios” que estariam na base da ideia de que o público seria menos *eficiente* que o privado, que justificou a tese da “propriedade pública não estatal”. De acordo com as diretrizes das empresas, a cogestão tem “boa governança” se o financiamento depende de critérios gerenciais, o que ocorreu na II Oficina de Indicadores ONG Ecomarapendi (Ata 22 18/09/2008) considerada pelo CSPEA um meio para a

“Construção de indicadores que possam medir qualitativamente a eficiência no processo de mudança de comportamento desejável, da comunidade envolvida, transformando indicadores ambientais desfavoráveis em melhoria socioambiental” (Ata 24 19/11/2008).

A ONG Ecomarapendi foi difusora do conhecimento sobre a construção de indicadores, foi atrelada ao ideal de “governança” e “desenvolvimento sustentável” da UNESCO. A construção de indicadores reveladores das mudanças de hábitos no consumo está coerente com os princípios da ONU que envolvem mudanças de comportamento individual. Da mesma forma, as concepções de Estado e sociedade civil expressas nas reuniões da CSPEA foram alinhadas aos princípios da UNESCO, no “processo de contratação da empresa que fará o trabalho de consultoria” (Ata 31 08/07/2009). Ao investigarmos as especificidades do município do Rio de Janeiro, nos deparamos com uma parceria firmada com o objetivo de construir o Programa Municipal de Educação Ambiental PROMEA/RJ, entre a SME/RJ e a empresa de consultoria TAO Educação, Comunicação, Sustentabilidade – o Grupo Tao é especialista em criar e implementar programas nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente⁷⁷, que abordaremos mais adiante.

⁷⁷ Esta empresa tem como missão “criar e desenvolver soluções educacionais integradas e inovadoras, que contribuam para a evolução das pessoas e organizações”. Disponível em <http://taosustentabilidade.com.br/wp/>. Acessado 9 11 2014.

No entanto, a implementação da PME/RJ esbarrou em dificuldades de muitas ordens, pois depois de promulgada, novamente o poder executivo entrou com uma arguição de inconstitucionalidade contra a Lei Nº 4.791/08. Além disso houve uma ação movida partindo do Tribunal de Contas do Município (TCM) que foi resolvida nas diversas vezes que foram tratadas durante as atas 17 a 76, quando houve a construção da minuta de regulamentação permanente da consulta ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e ao Conselho Municipal de Educação como previu o estatuto da CSPEA.

“Informado que a regulamentação da Lei Nº 4.791, poderá ser publicada essa semana, e como ficou acordado na reunião anterior, [a representante da COLUMBR] começou a apresentação das ações de educação ambiental promovidas pela COMLURB e por sua Universidade Cooperativa, com essa apresentação acabamos de conhecer as ações de educação ambiental de todas as instituições da CSPEA” (Ata 74 30 07 2013)

Este foi um marco a partir do qual os encaminhamentos e as pautas da CSPEA, passaram a ser majoritariamente financiamento, implementação da PME/RJ e Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEIA). E, sobre a composição, também foi necessária uma renovação das representações do colegiado, pois alguns assentos não preenchidos estariam sem representatividade devido a consecutivas ausências. Então, “a SMU, a COMLURB, a REARJ, a SME e o Instituto Moleque Mateiro, deverão informar seus respectivos suplentes” e que “ficou acordado também, que o Instituto Moleque Mateiro passará a ser membro da Câmara Técnica como sociedade civil, lugar que foi cedido pelo SENGE/RJ. O representante do SENGE/RJ concordou em permanecer como convidado” (Ata 75 29 10 13). Na Ata 84 de 27/01/2015 a ONG Defensores da Terra

“Agradeceu a cessão de agentes ambientais na construção da Agenda 21 na zona oeste, através de sua coordenadoria pela UNESCO; informou também que foi convidado a participar do Plano de Sustentabilidade e que vai convidar o Centro de Educação Ambiental da SMAC para participar das reuniões” (Ata 83 27 01 2015)

A atuação em torno dos princípios das “cidades sustentáveis” inerentes ao conceito de “cidades educadoras”, foi identificada no diálogo com atividades institucionais de intelectuais orgânicos que foram presentes na composição inicial do comitê assessor do OG da PME/RJ, dentre os doze membros. Destacamos a Rede

Estadual de educação ambiental do Rio de Janeiro (REARJ), a Rede Nacional de Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA), as “organizações não governamentais” e o “setor empresarial”.

A participação da OSCIP Defensores da Terra na empresa MetrôRio indicou um caminho de investigação sobre a atuação da educação ambiental empresarial no município do Rio de Janeiro. Concretamente, identificamos projetos de educação ambiental que foram formulados pela MetrôRio e pela Porto Novo S/A e executados pela OSCIP Defensores da Terra. Para os fins desta tese, apontamos aqui que atuou no nível estadual na época em que Carlos Minc era secretário de ambiente e a presidente da OSCIP era então superintendente de educação ambiental na secretaria estadual, executando, em parceria também com a SME/RJ, projetos tanto no âmbito estadual quanto no âmbito municipal.

A OSCIP Defensores da Terra foi criada em 1988, por intelectuais do ambientalismo brasileiro, como Carlos Minc, em um contexto de redemocratização e de uma intensa desvinculação das lutas sociais de cunho classista, das reivindicações realizadas por organizações não governamentais. Esta entidade se expandiu no bojo do crescimento do número de ONGs no Brasil, especialmente em função da atuação das Fundações Privadas Sem Fins Lucrativos (Fasfil), que cresceu de cento e cinco mil para duzentas e setenta e seis mil entidades entre 1996 e 2002” (FONTES, 2010, p.283).

Este foi o pano de fundo para compreendermos a concretização da PME/RJ que está na alteração na forma de gestão que passou a ter forte influência das empresas, conforme apontam o estudo com o qual dialogamos (SANTOS, 2015). Em uma “breve síntese” foi detalhado que “houve melhora no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Rio de Janeiro (IDERio) e o cumprimento parcial das metas, no entanto não foi satisfatório o alcance das metas por escolas, “evidência de que o pagamento do bônus não garantiu uma mudança qualitativa nos resultados” (SANTOS, 2015, p.210). Houve também “forte presença, entre os maiores recebedores de recursos públicos (...) de instituições de caráter privado” (SANTOS, 2015, p.210) permitindo concluir: “a força dessas instituições na definição das políticas educacionais, pois, na verdade, mais do que uma simples venda de produtos (...) tais empresas vendem conceitos, propostas e ideias” (SANTOS, 2015, p.210).

A análise dos resultados das avaliações do gerencialismo envolveu uma “mudança na estrutura organizacional, da criação do IDERio, da obrigatoriedade de divulgação dos resultados (...) de utilização intensa de organizações sociais em programas e projetos desenvolvidos, da remuneração meritocrática” (SANTOS, 2015, p.251). Os resultados apontaram para a presença da “aprovação automática” de forma velada, que os professores entendem a participação não como um processo real, mas uma simulação e que o “avanço alcançado está envolvido em um alto grau de instabilidade e desconfiança tanto na forma como a mesma está sendo conduzida, como nos resultados alcançados (SANTOS, 2015, p.252). Este estudo identificou também que o SEPE/RJ possui as concepções mais contundentes e que a nova política agiria intensamente para “depreciar a carreira do magistério, valorizar a iniciativa privada dentro do espaço público e desagregar o sistema público da cidade, quando cria um ranking nas escolas que trabalham em condições desiguais” (SANTOS, 2015, p.253).

O estudo de Santos (2015) concluiu que há uma desconfiança grande do professorado que se sente excluído da “elaboração” da política. Estas críticas foram postas nas pautas como: “melhoria salarial, fim da política de bônus, fim do professor polivalente, autonomia pedagógica, melhorias das estruturas físicas das escolas, efetivo fim da aprovação automática etc.” (SANTOS, 2015, p.253). A pesquisa concluiu que a nova gestão “não agregou (...) substanciais evoluções na qualidade do processo, pois os resultados apresentados são pouco representativos, apesar dos vultuosos recursos públicos investidos” (SANTOS, 2015, p.254). Enfim, afirma que

“O modelo de gestão estudado apresentou uma mistura de elementos do próprio gerencialismo, agregados a elementos do neoliberalismo e da terceira via e, também, de ações de um patrimonialismo, como vimos, enraizado na cultura política brasileira, mas agora revestido de um novo formato que inclui em sua execução a solução ‘moderna’ das organizações sociais de variadas origens inclusive empresariais. Essas organizações, contratadas em função de relações neopatrimonialistas, assumem funções de orientação pedagógica e mesmo de gestão paralela à estrutura convencional do sistema educacional. Julgamos tratar-se de um novo formato de patrimonialismo, sutil, modernizado, mas que se baseia num jogo de interesses mútuos que aparece, frequentemente sob a forma de filantropia ou voluntariado” (SANTOS, 2015, p.254).

O projeto de lei N^o 166/2005, que gerou a PME/RJ, foi acompanhado de um papel de educação ambiental ligado ao ecoturismo, mas, no processo de formulação

após 2007, este viés foi diluído. O que observamos, nestas análises, foi a presença na gestão da PMEIA de sujeitos coletivos efetivamente afastados dos professores da rede e apresentando interesses específicos privados travestidos de públicos. Vejamos, com mais detalhes, as expressões na sociedade política de formulações do empresariado brasileiro baseadas nas prescrições do Banco Mundial,

A SME apresentou proposta para ações conjuntas das instituições e classes que as representam, que compõem o CONSEMAC, em torno da temática das Mudanças Climáticas tendo em vista que, provavelmente no mês de outubro, será estabelecido o Dia Carioca de mobilização contra o Aquecimento Global, conforme Decreto N' 27595 de 14-02-07, que torna público o Protocolo de Intenções do Rio, considerando a gravidade e o impacto generalizado do aquecimento global e da necessidade de cada ente governamental e não governamental tomar iniciativa a respeito (Ata 9 - 09/07/2007)

Foi possível identificar acima a prescrição à parceria público privada, quando “foram solicitados projetos de Educação Ambiental realizados por terceiros (ONGs; Empresas) para análise de itens mais utilizados (material e pessoal)” (Ata 14 – 07 11 2007). Esta lógica esteve alinhada aos moldes de construção de políticas públicas elaborados pela FGV como uma tendência nacional (e internacional, conforme mostramos anteriormente, na lógica de projetos do documento “Cidades Educadoras”, na Declaração de Barcelona, de 1990). Então, o gerencialismo nas políticas públicas possuiu como expressão mais clara a lógica de projetos, na medida em que a racionalização de recursos passou favorecer as parcerias.

A ideia de um “atraso” associado ao que deve ser “revitalizado” está atrelada ao traço positivista da pedagogia do capital, associando o “novo” ao melhor e excluindo do debate ambiental a principal causa de todo problema ambiental: o desperdício inerente a produção. A atuação de um bloco social na PMEIA/RJ envolveu a articulação das secretarias de urbanismo, habitação, meio ambiente e Coordenadoria de Orientação e Regularização Urbanística (CRU). A abordagem das “intenções” de reduzir os efeitos do “aquecimento global” foi balizada nas formulações do APH FGV, da BM&F Bovespa, da empresa Invepar S/A e suas concessionárias MetrôRio, CCR Ponte, Lamsa S/A e Porto Novo S/A, na pauta da OSCIP Defensores da Terra e seus correligionários.

Vejamos agora, enfim, a análise empírica da tese, a partir das noventa e duas atas da CSPEA, complementadas com as análises das formulações dos APH envolvidos com PMEIA/RJ. Estas foram inseridas em um contexto de difusão da FGV do ideal de

desenvolvimento sustentável exposto nos documentos internacionais “cidades educadoras” (1990), “educação para todos” (1993), o Fórum de Dakar (2000) e a DEDES (2005-2015). Foram verificadas na análise das atas a presença das concepções difundidas pela então vereadora Aspásia Camargo no que se refere a atividade diretiva e organizativa no processo de implementação da PME/RJ.

4.2 A PME/RJ na sociedade política

Esta seção apresenta os dados da pesquisa sobre as disputas no processo de construção da Política Municipal de Educação Ambiental (PME/RJ), ancorados em conceitos discutidos nos capítulos anteriores desta tese: Estado ampliado e hegemonia. As campanhas dos intelectuais orgânicos da educação ambiental para o capital foram analisadas nas atas da sociedade política, na Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental (CSPEA), o colegiado que tem como atributo estabelecer as diretrizes para a institucionalização e implantação da PME/RJ na rede municipal.

Para a compreensão da inserção da educação ambiental na prefeitura do Rio de Janeiro foi importante considerar o funcionamento administrativo do Estado restrito. A CSPEA foi criada com a Resolução N. ° 24 do Consemac/RJ, com a finalidade de opinar sobre diretrizes, acompanhar problemas e propor reuniões com “segmentos” envolvidos com a legislação (Resolução 24 CONSEMAC). Vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC/RJ), a CSPEA produziu noventa e duas atas, entre 2006 e 2016.

A pesquisa verificou outra definição deste colegiado, na análise documental, quando a representante da SMAC/RJ afirmou que recebe as demandas e dá as opiniões e/ou propõe os encaminhamentos, enfatizando que se manifestaria em pareceres (Ata 01 07 02 2006). Analisando e comparando as duas definições é possível perceber que ambas são marcadas pela atribuição de acompanhar (ou opinar, seguindo o mesmo sentido) e encaminhar (ou propor) ações em torno da PME/RJ e suas demandas.

A análise das atas foi realizada com duas frentes, numa primeira, a tríade de elementos composição, pautas e encaminhamentos e, numa segunda, o mapeamento das concepções das categorias Estado, Sociedade Civil, Educação, Sustentabilidade e Educação ambiental no CSPEA (2006-2016). A composição foi majoritariamente

marcada após a promulgação, em 2008, pela presença de empresas e organizações não governamentais e a REARJ.

Para entender a atuação da intelectual orgânica Aspásia Camargo do APH FGV no interior do Estado restrito, devemos considerar, especialmente pela difusão das concepções da FVG de educação e de educação ambiental, como por exemplo, o de defender o padrão gerencial de construção de políticas públicas. A concepção de educação defendida por esta intelectual orgânica se alinhou ao projeto de política de resultados, com descritores de competência atrelados a um regime de avaliação externa. Suas formulações foram parte estruturante da política que estava em construção na prefeitura, na medida em que, através de assessores e consultores na elaboração da mesma, Aspásia Camargo difundiu as concepções da FGV.

A pesquisa verificou os princípios que Aspásia Camargo deu ao conceito de “cidades sustentáveis”, afinados com os pressupostos acordados em conferências internacionais de educação, como a DEDS (2005-2015). A lógica de projetos como formato de política pública foi resultado da hegemonia do reformismo ambiental no APH FGV na função diretiva e educativa da elaboração da PME/RJ. A concepção de educação vinculada aos preceitos das parcerias público-privadas, por exemplo, norteou a lógica de formulação da PME/RJ.

Aspásia Camargo esteve até 2008 presente nas reuniões do CSPEA representada por uma assessora e, até a sua regulamentação, em 2013, foi consultora através de sua assessoria. A CSPEA ligada a SMAC/RJ é Estado restrito, na concepção gramsciana, mas que pode ser investigada para desvelar os slogans e campanhas de forças políticas da sociedade civil. A maioria das atas foi composta por órgãos estatais CONSEMAC, CEA, SME/RJ, SMH/RJ, SMU/RJ, SMAC/RJ, empresas públicas como a COMLURB, sindicatos como Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE/RJ) e organizações não governamentais como a REARJ.

No início de 2008, quando o processo de tramitação avançava na casa legislativa da cidade, as 16º (fevereiro) e 17º (março) reuniões foram as últimas antes da promulgação da lei Nº 4.791, em abril do mesmo ano. Estas atas contiveram como pauta em comum a “proposição de novas discussões e trabalhos sobre a política de educação ambiental” (Ata 17 – 25/03/2008), com o acréscimo, na 18º Ata, de “construção de indicadores e um diagnóstico sobre a educação ambiental” (Ata 18 – 15/04/2008). Este

foi um destaque surgido na análise de conteúdo documental, pois disse respeito ao modelo gerencialista de produção de políticas públicas, a lógica de resultados prevista na política de responsabilização (accountability).

No que se refere as pautas, as atas das reuniões de 19º a 27º trataram basicamente de construção de indicadores para a avaliação de projetos e a estratégia de dar uma resposta à arguição de inconstitucionalidade impetrada pelo então prefeito Cesar Maia, no dia 15 de abril, dias após a promulgação da PME/RJ. Foi argumentado que o legislativo estaria se intrometendo em atribuições do executivo, por isso a regulamentação só ocorreu em 2013. A maioria das pautas foi voltada para a institucionalização da PME/RJ em um processo que foi de 2008 a 2013, portanto o maior intervalo de tempo do período analisado. Nos anos de 2006 a 2008, as pautas foram restritas a tramitação da educação ambiental no parlamento municipal e, mesmo depois de promulgada, em 2008, esforços contra a inconstitucionalidade foram arguidas pelo poder executivo.

A implementação da PME/RJ foi influenciada pelas experiências da REARJ, que possui assento no GIEA/RJ, e que foi importante para esta tese, especialmente na identificação dos sujeitos coletivos envolvidos diretamente com sua formulação. A REARJ teve um protagonismo por ter assento em colegiados na esfera estadual, através de atuação nos congressos e participação relevante nos Fóruns de Educação Ambiental por todo o país. Na política estadual a educação ambiental foi anterior à PME/RJ, mas a sua regulamentação se deu em 2006, momento em que surgiram os debates com o PL 166/2005 e o PL 1233/2007. Houve, também no âmbito do governo do estado, a participação tanto da REARJ quanto da Defensores da Terra no processo de institucionalização desta política pública. Tratou-se de um APH protagonista também na PME/RJ, como foram demonstradas nos dados abaixo quando a mesma foi regulamentada.

“Assim, foi sugerido pela REARJ, o estudo das propostas referentes à Educação Ambiental que saíram das Conferências que aconteceram no decorrer do ano de 2013, algumas conferências foram citadas como a Conferência de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro e a Conferência de Direitos Humanos, essas propostas serão compiladas e enviadas pela própria REARJ por e-mails aos participantes da Câmara Técnica , a REARJ também se comprometeu a enviar o “livro” – relatório, com o histórico de como foi o processo de desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, para embasar o trabalho do Centro de Educação Ambiental na

confeção do Programa de Educação Ambiental do Município do Rio de Janeiro” (Ata 76 26/11/2013)

Este foi um momento em que foram traçadas estratégias como o PROMEA/RJ, a “avaliação dos indicadores de educação ambiental” e a realização de um seminário em 2014 para apresentar o referido programa municipal. A participação da REARJ na execução do PROMEA/RJ foi o modo como ocorreu a dinâmica de implementação da PME/RJ, após a regulamentação com o Decreto N^o 37.526 de 2013. As reformas na gestão das políticas educacionais conforme apontaram os dados de uma pesquisa sobre a SME/RJ, resultaram numa transferência de recursos para organismos privados (SANTOS, 2015), após 2010 com alguns decretos de alteração da estrutura administrativa da prefeitura. A implementação da PME/RJ também foi inserida em uma lógica gerencial conforme se deu nos decretos e leis entre 2009 e 2013 nas políticas educacionais. Neste contexto, a pesquisa identificou que a perspectiva de atuação de empresas prevista na PME/RJ foi baseada no gerencialismo, a partir das análises realizadas na tese sobre nova gestão pública, qualidade total, descentralização, pois

“O Sistema referido no caput tem como fundamento a Política Municipal de Educação Ambiental, e compreende todas as ações de educação ambiental implementadas pelos órgãos e entidades municipais, bem como as realizadas, mediante contratos e convênios de colaboração, por organizações não governamentais, instituições de ensino, empresas e outras entidades, nos termos desta Lei” (PME/RJ, 2008)

A pesquisa identificou este atrelamento das intervenções urbanas com a PME/RJ, na medida em que o projeto de cidade olímpica ofereceu novas oportunidades para investimentos. Tratou-se na realidade de uma tendência desdobrada do compromisso acordado pelo Brasil de construção das “cidades educadoras” como orientadoras das políticas públicas. Neste contexto de aumento da especulação financeira pelas obras previstas para a cidade, em uma perspectiva da “cidade sustentável”, foram identificadas na pesquisa das atas um consenso entre as pastas de urbanismo, educação, habitação e meio ambiente que encaminharam que as pastas

“Desenvolvam trabalhos de levantamentos das áreas comuns onde existem os pousos [postos de orientação urbanística e social] e o projeto de educação ambiental, da SMAC, para que juntos possam reavaliar as áreas verdes locais e propor soluções para revitalização dessas áreas. Após discussão ficou acordado que a CT irá propor

projetos de educação ambiental priorizando as áreas de conflito e de ocupação desordenada” (Ata 3 29/09/2005).

A análise do trecho acima permitiu identificar uma relação indireta entre a proposta de reorganização espacial da cidade e a educação ambiental, com o termo “revitalização” ganhando conotação política. A reforma do centro da cidade gerou o deslocamento do exército de reserva industrial para longe do centro, em um projeto de cidade que se expressou em uma relação entre turismo e desenvolvimento urbano. Os “pousos” estavam ligados, a pesquisa apontou, ao projeto de revitalização de áreas da cidade, conforme apresentadas nas perspectivas de preparação para os grandes eventos esportivos. Nas atas, houve o registro de que não havia orçamento no âmbito da educação ambiental na Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) na qual elegeram como prioridade que os novos prédios fossem “mais sustentáveis” (Ata 46 29 11 2010).

As alterações no texto de regulamentação da PME/RJ, inspiradas no Decreto 4281/2002 (que regulamentou a PNEA) foram marcadas por estas estratégias competitivas do gerencialismo de que a mesma deveria “identificar, sistematizar divulgar as fontes de financiamento disponíveis para a realização de programas de projetos de educação ambiental” (Ata 50 30 03 2011). Mais uma vez fica também evidente que a inserção da educação ambiental deveria seguir a lógica de projetos. Este período entre 2011 e 2013, foi marcado por uma intensificação da orientação da política gerencial, bem como de intensificação do protagonismo da SMAC/RJ em relação a SME/RJ.

A SME/RJ, inclusive, “opinou que não está clara a divisão de responsabilidades entre os dois membros do órgão gestor (SMAC/RJ e SME/RJ)” (Ata 66 29 10 2012). Entre agosto de 2011 e dezembro de 2012, houve um aumento da participação da SMAC/RJ na tarefa de produzir a minuta de regulamentação da PME/RJ, sendo os principais pontos de pauta deste período a regulamentação da política. E, enfim, também, pelo fato de a SMAC/RJ possuir trinta vagas para cada representante no que chamaram de “Encontro Carioca de Educação Ambiental”, o dobro da SME e o triplo da SMU (Ata 57 31 10 2011)⁷⁸.

⁷⁸ As distintas opiniões entre SME/RJ e SMAC/RJ se expressaram na mesma reunião, na Ata 66, em que a SME/RJ “opinou sobre a minuta de decreto ser submetida ao parecer da Procuradoria Geral do município, conforme estabelecido no relato da ‘Oficina para regulamentação da lei de educação ambiental’ [realizada] no dia dez de outubro de 2012” (Ata 66 29 10 2012).

Uma outra característica desta implementação foi a referência ao decreto N° 4.281 de 2002 que regulamentou a PNEA, pois esta foi usada pela REARJ para basear a construção do texto. No contexto da realização do evento “Rio +20”, houve uma paralisação dos trabalhos da CSPEA, mas foi encaminhado a consultoria da, então vereadora, Aspásia Camargo, que deveria fazer alterações na minuta de decreto. Foi também neste contexto que foi realizado “o evento em homenagem às personalidades que se destacaram nas parcerias com a SMAC/RJ. O evento de premiação de parceiros será realizado no Palácio da Cidade no dia 07 03 12” (Ata 61 27 02 2012).

A “oficina para regulamentação da PME/RJ” foi detalhada na 65° ata “mediada por especialista contratada [Patrícia Kranz] pela diretora do CEA, a oficina teve a participação de dezesseis pessoas” (Ata 65 10 09 2012). O resultado desta oficina foi uma minuta de decreto na qual a PME/RJ tinha quatro artigos: “a PME/RJ”, “Órgão Gestor”, as “competências do OG” e a “criação do Comitê Assessor”. Este foi um esforço identificado pela pesquisa no sentido de ampliar as possibilidades de aprovação da lei, somado aos esforços na Câmara de Vereadores. Na 66° ata, a representante da SMAC/RJ “comentou sobre o encontro da SMAC/RJ e SME/RJ com a [assessora de Aspásia] e sobre as alterações dela na Minuta de regulamentação” (Ata 64 30 07 2012).

No que se refere aos encaminhamentos das reuniões da CSPEA, decidiu-se pela criação de uma minuta para regulamentação da Lei 4.791/08 e fora “sugerido um representante da Câmara de Vereadores, a assessora da Aspásia Camargo” (Ata 41 - 15 07 2010) para ser a consultora. Havia uma parte minoritária voltada para separar de um lado, o curso de indicadores e, de outro, o projeto a ser encaminhado ao Fundo de Conservação Ambiental (FCA), a COMLURB, mas foi voto vencido e decidiu-se que o

“Projeto Indicadores já está encerrado no âmbito dos trabalhos desta Câmara e não será mais discutido na CSPEA. A continuação do assunto está a cargo da SMAC que deverá providenciar o processo de licitação para contratação dos serviços” (Ata 40 01/06/2010)

A pesquisa identificou o “processo (...) de reformulação da estrutura da SME/RJ (...) uma vez que o setor responsável pela educação ambiental na secretaria, foi ‘diluído’ na nova estrutura” (Ata 43 25/08/2010). De fato, após as eleições de 2008, houve uma alteração na estrutura da SME/RJ “e foi encaminhada à SME/RJ uma solicitação para a criação de um Grupo de Trabalho” (Ata 42 - 17 06 2010). Sobre a alteração da gestão da política educacional SME/RJ e os impactos na implementação da PME/RJ, houve

um momento em que não havia representante da SME/RJ na CSPEA, demonstrados no trecho abaixo.

“No ponto referente à representante da SME que se prontificou em participar do grupo de trabalho para elaboração do texto de regulamentação da Lei que institui a Política Municipal de Educação Ambiental, a representante da SME informou que, devido ao processo atual de reformulação da estrutura da SME, [a representante] que iniciou a discussão sobre a construção da Minuta de Decreto que regulamentará a Política de Educação Ambiental na última reunião, não poderá permanecer como atual representante da SME, pelo menos por enquanto, uma vez que o setor responsável pela Educação Ambiental na secretaria, foi ‘diluído’ na nova estrutura. Foi informado também que foi encaminhada à Secretária de Educação uma solicitação para a criação de um Grupo de Trabalho para cumprir com essa função de coordenação da educação ambiental na secretaria e de representação na Câmara Técnica de EA, mas que ainda não foi dada uma resposta com uma definição oficial e que nem ela mesma [a outra representante da SME] estaria representando a educação ambiental da SME perante a Câmara Técnica, no momento”.

Foi possível identificar acima que a desestruturação explicou o protagonismo da SMAC/RJ em relação a SME/RJ, no âmbito da CSPEA na construção da PME/RJ. Como resultado da “diluição” da educação ambiental na SME/RJ, a educação ambiental foi inserida dentro de um espaço chamado de “Setor de extensividade”, responsável pela seleção de projetos, ações e programas da política⁷⁹. Este “setor” foi identificado na pesquisa como resultado da administração pública baseada na lógica gerencialista em parcerias público-privadas. Abaixo reproduzimos um trecho sobre a “diluição” citada nas atas e sua relação com a dinâmica de implementação

“Porque a extensividade está ocupada com muitas coisas, então a educação ambiental é uma, mais aí sei lá a secretária quer que tenha um coral, então todo mundo vai trabalhar para organizar o coral aí a educação ambiental acaba sendo algo pouco valorizado eu acho”
(Entrevista Professor Cursista 2)

Acima foi percebida uma ideia de que o “Setor de Extensividade” seria responsável pela apreciação e aprovação de projetos em outras áreas, o que diluiria as ações de educação ambiental. A relação da política de educação ambiental com a política de educacional é o caminho de investigação dos impactos da lógica gerencial no trabalho docente do ponto de vista de sua autonomia. Esta secundarização da educação

⁷⁹ Fonte: <http://extensividade.wix.com/sme-rj-extensividade>. Acessado 14/01/2018 16:32hrs.

ambiental e a relação entre o poder executivo e secretaria de ambiente (o vice-prefeito era também secretário, depois foi chefe do CONSEMAC), foram os fatores desta correlação de forças específica favorável à SMAC/RJ. No que se refere a este protagonismo, foi também colocada nesta tese como demonstração, a atuação do APH REARJ durante as décadas de 1990 e 2000 na construção das políticas de educação ambiental. Havia a “construção de um Programa Municipal de Educação Ambiental no âmbito da SME/RJ [em] 2011 (...) e o Grupo de Trabalho da [SME/RJ] composto por coordenadorias de Educação e Gerências de Ensino Fundamental” (Ata 46 – 10 01 2011). A pesquisa identificou, através das análises documentais, indícios de um possível desacordo expresso pela representante da CEA/SMAC/RJ que

“Questionou a formação do GT sem envolver a SMAC/CEA, considerando que a SME é convidada a participar de todas as ações que envolvam as escolas da rede municipal de ensino. A [SME] respondeu que o GT ainda está no início e que, primeiro há a necessidade de formalizar a criação do GT para a aprovação da SME/GAB” (Ata 46 – 10 01 2011).

Foi possível identificar acima que o a SME/RJ representou interesses específicos em dissonância episódica com as posições de setores da SMAC/RJ envolvidos com a condução do PROMEA. Foi considerado fator preponderante o duplo papel do secretário municipal de ambiente e vice-prefeito, na primeira gestão do governo Paes (2009-2012). A SME/RJ, em 2010, chefiada por Claudia Costin, sofreu alterações na estrutura da educação ambiental que contribuíram, em parte, para uma dinâmica de implementação da PME/RJ marcada por um protagonismo da SMAC/RJ em relação a SME/RJ. Além disso, a atuação na política de educação ambiental da OSCIP Defensores da Terra e do APH REARJ, foi favorável ao protagonismo da SMAC/RJ na implementação desta política. E, “desta forma a formação do grupo de trabalho e a discussão sobre os termos dessa regulamentação, ficarão interrompidas até a definição da SME” (Ata 46 10 01 2011).

As investigações sobre o modelo gerencialista de políticas públicas dialogam com as reformas na educação e, para esta tese, com a inserção da educação ambiental na hegemonia neoliberal. A pesquisa identificou a dinâmica de implementação da PME/RJ na “Oficina para regulamentação da Lei 4791/2008”, composta por membros e convidados que gerou, enfim, a Minuta de Decreto (Ata 64 10 09 2012) e o Parecer 03/2012, no âmbito do CONSEMAC. Estes elementos da orientação neoliberal de

políticas de metas foram presentes nas atas sistematicamente no que tange ao processo de construção de indicadores que, conforme FONTES (2010), se forjaram na esteira do processo de redução da noção de público à atuação sob urgência (FONTES, 2010, p.288).

O dispositivo que regulamentou a PME/RJ foi o Decreto nº 37.526, datado de oito de agosto de 2013⁸⁰ que, em seu Art. 6º, definiu: “cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de educação ambiental” (Decreto nº 37.526/13). Outra medida foi a Indicação do CONSEMAC nº 031/2013, de 19 de abril de 2013, que dispôs sobre a regulamentação da Lei nº 4.791/2008, a respeito do Sistema Municipal de Educação Ambiental.

Pelos termos “voluntariado” e “empreendedorismo”, passamos a identificar pontos de apoio ao ideal do desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental. A construção da política foi sendo forjada por estes valores já no processo de tramitação do PL 166/2005, que já continha a discussão sobre produção de indicadores e por parcerias com empresas e ONGs. Tratou-se da nova pedagogia da hegemonia compreendida pela “direita para o social e esquerda para o capital” (NEVES, 2005). Entendemos que a criação da hegemonia através da obtenção, cultivo e propagação do reformismo ambiental, foi a estratégia explicitada pelas disputas em torno da formulação da PME/RJ.

As políticas públicas de educação foram formuladas com base em uma lógica de subordinação a uma política de projetos em um contexto de reorientação da estrutura da SME/RJ. Como resultado das atividades da CSPEA foram dadas as condições para a concretização desta política pública, que se deu na forma Lei Nº 4.971/08. Esta subordinação a uma lógica de projetos se deu como desdobramento de um “fictício e etéreo ‘espaço público’, idilizado e subalternizado à dinâmica do capital através do elogio à gerência ‘eficiente’ do capital privado” (FONTES, 2010, p.289). O cerne dos documentos sobre “eficiência” foi o conceito de qualidade condicionado às parcerias público-privadas. Abaixo, reproduzimos trechos do art. 1º e mais abaixo do art.6º da PME/RJ, com base no decreto de regulamentação, formando

⁸⁰ Não foram encontradas disponibilizadas a atas entre os meses de 30 07 2013 (Ata 73) e 29 10 2013 (Ata 74).

“O Sistema Municipal de Meio Ambiente, pelas instituições educacionais públicas e **privadas** dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos do município, envolvendo **entidades não governamentais**, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade” (Art. 1º PME/RJ 4.791/08).

A PME/RJ afirma “para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de Educação Ambiental integrados” e no §1º, sublinha que “cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de Educação Ambiental” (Art. 6º PME/RJ 4.791/08). O texto da PME/RJ foi dividido em arts.1º a 19º e, primeiramente, foi uma lei sobre o “sistema municipal de educação ambiental” que definiu a política como: “todas as ações de educação ambiental implementadas pelos órgãos e entidades municipais”. A educação ambiental foi definida como

“Processo contínuo e transdisciplinar de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência sobre as questões ambientais (...) sendo um meio para promover mudanças de comportamento e estilos de vida além de disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades rumo à sustentabilidade” (PME, 2008)

Os objetivos da PME inseridos no art. 4º, em parágrafo único, seriam “promover, estimular e difundir”, “o questionamento (...) de comportamentos”, “a percepção de comportamentos predominantes”, a “superação de falso dilema entre as questões ambientais e as aspirações da população”, a “incorporação de atitudes”, “participação no sentido de transformar a cidade do Rio de Janeiro em referência internacional como Cidade Sustentável”, “implantação do ‘lixo zero’”, “mobilização” e “conscientização acerca das mudanças climáticas”.

Acima foram considerados expressões particulares dos princípios da UNESCO, sistematizados pelo APH FGV na construção do modelo gerencialista de políticas públicas as teses sobre “parcerias público privadas” e sobre “público não estatal”. Estas foram explicitamente aplicados e unificaram os interesses da FGV e da UNESCO em torno da *educação ambiental para o capital*. Nos objetivos acima, a ênfase na “mudança de comportamento” e a expressão “cidade sustentável” reproduziram as bases da concepção de “smart cities” publicadas pela intelectual orgânica Aspásia Camargo. Sobre as atribuições do poder público, no art.5º, destacamos, dentre outras, a

“Incorporação do conceito de **desenvolvimento sustentável** no planejamento, execução e divulgação das políticas públicas setoriais, conscientização da população (...) com especial foco nas lideranças locais e integração das ações em prol da educação ambiental realizadas pelo poder público, pela sociedade civil organizada e pelo setor empresarial” (PMEA, 2008)

De acordo com nossa perspectiva de análise, a presença dos valores como “progresso” e o “novo” permearam as formulações, tanto na sociedade civil, no caso da FGV, quanto na sociedade política, no caso na SME/RJ e na SMAC/RJ (nas atas citadas). No campo da educação, a economia comportamental resgatou da teoria do “capital humano” as novas estratégias de luta no estado *ocidental* brasileiro. Além disso, identificamos que houve uma relação de *solidariedade corporativa* entre Invepar, MetrôRio e BM&F Bovespa, pois integraram e integram, as “Empresas Listadas”.

A expressão “sociedade civil” da PME/RJ reproduziu a concepção liberal segundo a qual esta seria separada do Estado restrito, como um espaço neutro, sem luta de classes e, também, explicitou o “setor empresarial” como um protagonista da produção da política pública. No estudo foram relacionadas as formulações da FGV de educação ambiental aos dados empíricos, que reforçaram a predominância de uma *política de projetos*, conforme previu a lei, na execução desta política pública. A pesquisa identificou a lógica gerencial de parcerias com empresas, nos dados empíricos, nas propostas feitas na “Oficina de regulamentação da Lei 4791/2008, de alteração do artigo 3º”,

“V – **estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos** objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à **sensibilização da coletividade** sobre questões ambientais (...) IX – identificar, sistematizar e divulgar **fontes de financiamento disponíveis para a realização de programas e projetos de educação ambiental**, X – definir critérios considerando, inclusive, **indicadores de sustentabilidade**, para o apoio institucional e alocação de recursos para projetos de educação ambiental não formal, XI – assegurar que sejam contemplados como objetivos do **acompanhamento e avaliação** das iniciativas em educação ambiental” (Ata 65 10/09/2012).

Foi possível reforçar a tese de que as características da lógica gerencial de parcerias público privadas foram rebatidas nas atas da CSPEA, especificamente formulada pela FGV, nos modelos gerencialistas de implementação de política pública. Outras características como os “indicadores de sustentabilidade” e as avaliações

externas como *accountability* formaram as bases teóricas e programáticas para orientar a atuação do bloco social hegemônico. A participação parcial da CSPEA na Rio +20 foi coordenada pela Aspásia Camargo, pois houve a

“Produção em execução de um folder com a apresentação das atividades desenvolvidas por cada setor da P.C.R.J, incluindo o de Educação Ambiental, e a Câmara Técnica [CSPEA] aberta aos participantes das instituições sob a coordenação da deputada Aspásia Camargo” (Ata 60 30/01/2012).

Os dados acima se referiram ao papel de intelectual orgânica de reprodutora dos princípios da UNESCO sobre “sustentabilidade”, “novo progresso”, “eficiência” e “governança”, necessários para a construção do consenso na Rio +20. Os dados sobre a dissonância entre a SME/RJ e a SMCA/RJ foram que os representantes da SME/RJ na CSPEA “manifestaram a necessidade de definição da participação da SME/RJ e consideraram haver uma desarticulação das ações das secretarias no evento Rio +20” (Ata 60 30/01/2012). Estes foram elementos relativos aos preparativos para a Rio +20 em um contexto em que a PME/RJ estava sob ameaça de ser considerada inconstitucional. Este também foi o momento no qual houve o curso de formação da SME/RJ que gerou uma proposta estruturante de uma educação ambiental crítica envolvendo os profissionais de educação contra a intensificação da lógica de parcerias como produção da PME/RJ identificada, também, na atuação do

“Instituto Terra Azul (...) [e do] Instituto Moleque Mateiro, houve um breve relato das ações elaboradas por esses institutos, o primeiro citou o projeto “Arredores das Escolas” e o “Recicla Gigóia” – direcionada para a coleta seletiva explicando que o arrecadado é destinado a cooperativas credenciadas no INEA, o segundo faz trabalho de formação de educadores ambientais, além de outros direcionados às escolas (...) [na] disciplinarização da educação ambiental” (Ata 68 27/11/2012).

Foi possível identificar no trecho acima que a capacitação prevista na PME/RJ foi, em parte, protagonizada por ONGs e empresas com base em uma concepção reformista de “participação social”. A construção do PROMEA/RJ foi inspirada na 17ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP)⁸¹ e na Política Nacional de Participação Social (PNPS). Na perspectiva adotada nesta tese,

⁸¹ Fonte: <https://oidp.net/pt/>. Acessado 10/12/2017 às 14:36h.

entendemos que a tendência confirmada na educação municipal foi a de uma “democracia consentida” (NEVES, 2015), como consequência da execução de política pública concebida, exclusivamente, pelo “diálogo”. A lógica de funcionamento da implementação da PME/RJ foi marcada pela produção e obtenção de consensos em torno da construção de um padrão gerencialista de política pública. Após a regulamentação da lei, entrou-se numa nova fase de implementação da PME/RJ, quando foi registrada que: a “meta do CEA para o ano de 2014 – [será a] elaboração do PROMEA/RJ, [e] informou aos presentes que a participação dos membros da Câmara nesse processo será muito importante” e a representante da REARJ

“Informou aos membros da Câmara que não atuará mais na Câmara como representante da REARJ na Câmara, pois foi convidada [pela gerente do PROMEA] para ser consultora do PROMEA, o que impedirá de frequentar as reuniões dessa Câmara Técnica (Ata 77 25 02 2014)

A atuação do APH REARJ como consultora se complementou ao papel de sistematizadora do Decreto N° 4.281/02 (que regulamentou a PNEA) para a construção da minuta de regulamentação da PME/RJ. Houve, demonstramos aqui, um protagonismo na REARJ no estado ampliado, tanto na sociedade civil como no deslocamento para a atuação na sociedade política como gestora pública da PME/RJ na SMAC/RJ. O levantamento apontou as características do papel da REARJ, em função de uma reorganização da agenda que teve impactos pontuais no andamento das reuniões

“[A representante da CEA] começou o encontro justificando o cancelamento da reunião extraordinária que estava prevista para ser realizada motivo: será feito um evento de lançamento do PROMEA no final de julho, e esse evento englobará, também, os assuntos que seriam discutidos nessa reunião” (Ata 80 24 06 2014)

A SME/RJ e a SMAC/RJ são os aparelhos estatais que têm como atribuições a inserção da educação ambiental na política municipal. No contexto de formação do Órgão Gestor (OG), houve alterações na composição da CSPEA, pois “o [sindicato dos engenheiros] SENGE/RJ abriu mão da sua vaga como titular em prol da participação da Instituição Defensores da Terra” (Ata 80 – 27 05 2014). Foi criado, também, o Regimento Interno do Comitê Assessor do Órgão Gestor (OG), com anexos da composição e do regulamento da eleição (Ata 81 – 24 06 2014). Os conceitos de

“governança” e “economia verde” estiveram na base das parcerias-públicas privadas, marcantes na formulação e execução da PME/RJ, como pôde ser demonstrado. Sobre o descompasso entre SME/RJ e SMAC/RJ foi afirmado que

“Existe um grupo da SME mobilizado para discutir educação ambiental, no entanto faz-se necessário maior integração entre as duas secretarias. Relembrou a importância da presença e participação de todos, além da Câmara Técnica. A participação dos professores da rede é primordial e enriquecedora” (Ata 81 26 08 2014).

Este atrelamento da experiência estadual foi marcante como foi identificado no relatório com o histórico para confecção na esfera municipal, na PME/RJ, licitação para contratação de uma consultoria que, no caso desta política foi a empresa TAO Educação, Comunicação e Sustentabilidade. Então, “foi informado também que o PROMEA já começou a ser trabalhado e que nesse primeiro momento vão ser feitos alguns encontros e um deles será com os membros da CSPEA” (...) “as reuniões regulares da Câmara Técnica não serão um espaço de discussão do PROMEA/RJ [pois] que o cronograma de atividades e reuniões setoriais serão disponibilizados e que esses serão o espaço pertinente para a discussão” (Ata 79 27 05 2014). A pesquisa identificou, no histórico construído pelos dados da tese, que houve a desestruturação da educação ambiental na SME/RJ em função da alteração da administração pública (SANTOS, 2015).

Este padrão gerencialista teve como um dos executores a OSCIP Defensores da Terra, que é articulada a ações globais definidas pela agenda das grandes conferências, como registrado em ata quando, “recém-chegado da conferência realizada no Peru, [o representante da Defensores da Terra] sugeriu que o tema mudanças climáticas seja tratado na CSPEA, assunto muito discutido durante a conferência” (Ata 83 27 01 2015). Este representante apareceu regularmente na CSPEA em oito reuniões (82º a 89º), embora este APH estivesse já executando os projetos de educação ambiental da MetrôRio e do Porto Novo S/A na rede municipal de ensino. No entanto, a pesquisa identificou que o APH REARJ contribuiu de forma sistemática na elaboração da metodologia do PROMEA/RJ. Identificamos os elementos específicos da dinâmica de construção do referido programa nas atas, em que a representante da REARJ

“Deixou de ser membro representante da Câmara para prestar consultoria ao PROMEA (...) apresentou novo membro da REARJ [e] dentro de sua nova função falou [e] sobre três pontos básicos,

atribuições: levantamento e mobilização de educadores ambientais para a construção do texto-base do PROMEA e os encontros com atores estratégicos e a metodologia que será usada na construção do programa. A técnica foi primeiro a participação virtual para colhimento de sugestões e encontros de atores estratégicos e o passo seguinte a realização dos workshops participativos” (Ata 82 29 07 2014).

“[A representante do SMAC] falou sobre o lançamento do PROMEA e a experiência do workshop da parte da tarde com técnicos da SMAC, educadores ambientais e algumas empresas. [O representante do] Instituto Moleque Mateiro solicitou esclarecimento sobre a escolha do local para o lançamento do programa. [A representante da SMAC] respondeu que esta escolha foi consensuada pela equipe de educação CEA/SMAC para que o lançamento obtivesse uma maior proporção, divulgação e valorização no momento tão importante para o município do Rio de Janeiro e educação ambiental [e a representante da REARJ] informou que o material ‘Construindo diálogos’ brevemente estará disponível no seu site www.promea-ri.com.br” (Ata 82 29 07 2014).

Alguns elementos foram identificados e analisados dos trechos acima, primeiro no que se refere ao desenho da política pública e as divergências quanto ao local de lançamento do programa. O formato da PME/RJ contido na construção do PROMEA/RJ se deu pelo histórico do APH REARJ na construção de políticas de educação ambiental e por ter um papel de vocalizador dos interesses de setores do reformismo ambiental. Esta aproximação entre as ações e as atribuições do APH REARJ e o PROMEA/RJ se deu, em parte, pela correlação de forças na gestão da SMAC/RJ e da SME/RJ e, em parte, pelo intenso ativismo deste APH em conselhos, em todas as esferas governamentais e na formação de novos quadros.

A prescrição das parcerias público privadas da FGV e da UNESCO na implementação da PME/RJ, foi feita por três determinantes, o histórico do APH REARJ nas políticas de educação ambiental, a “diluição” da educação ambiental na SME/RJ e a correlação de forças favoráveis ao protagonismo da SMAC/RJ. Esta pesquisa confirmou, de fato, a presença constante na composição, nos encaminhamentos e no papel de consultor do PROMEA/RJ, frequência em quase todas as noventa e duas atas, somada à participação em outras instâncias e a mobilizações diretamente sobre “participação social”. Então, houve uma sinergia entre os interesses da prefeitura pela lógica gerencial e uma disposição de um setor da educação ambiental no papel de consultor ao lado de uma empresa como formuladora.

Sobre a divergência do local de lançamento, a “escolha consensuada na CEA/SMAC” teve a preocupação de aproximar as empresas em um hotel de luxo na praia do Leme, no Rio de Janeiro. Este foi parte do desenho da PME/RJ no momento de consolidação do PROMEA/RJ, pela noção de “participação” no chamado programa “Construindo diálogos”. Neste caso, a escolha do local na área nobre da cidade desfavoreceu a participação docente e da população como um todo. O planejamento da construção do PROMEA/RJ nas atas foi identificado, já em 2015, quando a representante da SMAC/RJ

“Informou sobre a última reunião do PROMEA, que será com servidores da prefeitura do Rio, em junho com a data a ser confirmada. O PROMEA deverá ser finalizado até no máximo mês de agosto com elaboração do texto base” (Ata 86 26 05 2015).

Então, no mês de julho de 2015, as reuniões relativas aos trabalhos de “consulta” se encerraram, “foi informado sobre evento de conclusão do PROMEA, [e que] foi iniciado processo de listagem de propostas que serão entregues para comissão de notório saber para consulta” (Ata 87 28 07 2015). As comissões de “notório saber” foram as OSCIP e ONG, empresas e APH, identificadas, então, neste momento avançado de consolidação da produção do gerencialismo na política pública. Foi informado então que

“O texto final do PROMEA será apresentado ao OG. Talvez seja necessária uma convocação dos membros para uma reunião extraordinária da CSPEA para finalização e debate sobre o PROMEA que deverá ter sua apresentação final em outubro” (Ata 92 31 05 2016).

A pesquisa sobre a PME/RJ na sociedade política revelou o consenso em torno desta condução da construção da política, que foi estabelecido no âmbito da CSPEA, embora houvesse outras propostas. Uma destas propostas foi o seminário com o SEPE/RJ e o curso para as lideranças do SEPE/RJ, aos sábados, bem como o curso de formação com as universidades para professores da SME/RJ. A predominância da lógica gerencial na condução da construção desta política foi expressa no fato de que o PROMEA/RJ foi constante nas pautas da CESPEA entre final de 2013 e início de 2015, sendo suas últimas aparições em trechos das atas 87^o e 92^o acima. Destes trechos, o que se analisou na tese foi a concepção de política pública, que não levou em conta a participação docente em uma política educacional para a rede municipal. As lógicas

inerentes aos projetos apresentados nesta tese, foram refletidas nas atas (encaminhamentos, pauta e composição) das reuniões da CSPEA entre 2006 e 2016.

A “finalização” do PROMEA/RJ, então, gerou o “Texto base consolidado” estruturado da seguinte forma: “diretrizes”, “missão”, “princípios e valores”, “objetivos”, “público” e “Eixos articuladores e estratégias”. Estes últimos contêm “Gestão e planejamento da educação ambiental”, “Educação ambiental no ensino formal”, “Incentivo a estudos, pesquisas e produção e divulgação de material educativo e didático-pedagógico em educação ambiental”, “educação ambiental não formal”, “formação de educadores e educadoras ambientais”, “fortalecimento de coletivos e redes de educação ambiental” e “informação e comunicação” (Texto Base Consolidado). Foram quinze “workshops participativos” que foram

“Instrumento de gestão participativa da educação ambiental no município do Rio de Janeiro” [e] “pelos atores sociais do poder público, da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, das escolas e universidades, bem como o setor produtivo e do empresariado, objetivando transformar o documento em um instrumento da política pública ambiental para a cidade do Rio de Janeiro” (Texto Base Consolidado, 2015, p.1).

Em suma, foi referenciada pelo Decreto Nº 4.281/02, que regulamentou a PNEA/RJ, conciliando as políticas ambientais com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), a Política Municipal de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Rio de Janeiro, dentre outros” (Texto Base Consolidado, 2015, pag.6). Destacamos para uma breve análise os tópicos “educação ambiental no ensino formal” (cinco itens) e “formação de educadoras e educadores ambientais” (onze itens) e o primeiro seria “estímulo à estruturação de Programa de Escolas Sustentáveis no âmbito da SME/RJ” e “estímulo e fortalecimento das Agenda 21 escolares”; “a incorporação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental” e o “estímulo a elaboração participativa das Diretrizes Curriculares Municipais para a educação ambiental em parceria com a CSPEA, dos conselhos escolares, redes de educação ambiental, dos coletivos de juventude, universidades e centros de pesquisa (Texto Base Consolidado, 2015, p.10).

As concepções de “escolas sustentáveis” do Texto Base Consolidado do PROMEA/RJ foram as mesmas elaboradas pelos documentos da FGV e da UNESCO,

com a estratégia de integração de diversos interesses. Para execução do PROMEA/RJ, foi prevista a formação de “educadores ambientais”, pelo “fortalecimento dos coletivos que atuam em educação ambiental (Redes, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, Coletivos Educadores, Sala Verdes, Centros de Educação Ambiental” (Texto Base consolidado – PROMEA, p.13). Os profissionais da rede representados por setores da SME/RJ não foram ativos na construção da PME/RJ e a participação docente na construção do PROMEA/RJ não se deu muito em função da forma como foi publicizada (via internet), em uma agenda de “workshops”, de forma meramente textual no seu sítio na rede ou pelo correio eletrônico. Estes modelos de participação foram identificados como apenas um e não os principais mecanismos de produção de políticas públicas. Devem ser consideradas fóruns, sindicatos, seminários, conselho de mandatos, conselhos da escola etc, como instrumentos complementares às funções das consultas públicas.

Com base nas análises sobre a história da política municipal e do programa municipal, foi possível dizer que não houve a participação docente no processo de construção do PROMEA/RJ. A formulação da metodologia participativa dos “workshops” foi realizada pela empresa TAO Educação, Comunicação e Sustentabilidade, sugerindo uma política orientada por uma lógica gerencial, distante dos profissionais da educação. Estes dados reforçaram que esta parceria se alinhou às concepções de Estado da FGV de gestão gerencial nas políticas educacionais, que gerou impacto no trabalho docente no tocante a autonomia pedagógica. O foco deste capítulo foi verificar na sociedade política (nas atas da CSPEA) o ideal do desenvolvimento sustentável da UNESCO, sistematizado pelos APH FGV e Invepar, complementada com o exame da dinâmica de implementação da PME/RJ a partir dos dados empíricos da pesquisa.

Conclusão

Considerando os elementos demonstrados ao longo desta tese foi possível afirmar que de fato houve rebatimento das concepções de Estado, sociedade civil, educação, educação ambiental e sustentabilidade da APH FGV e da UNESCO, nas atas da CSPEA/RJ, na construção da PME/RJ. Sendo o colegiado privilegiado para a análise sobre as forças envolvidas nas disputas, a pesquisa reuniu os pontos nodais para identificar dois projetos de educação ambiental: um projeto anunciando outra hegemonia expressa nas rurgas entre a SME/RJ e a SMAC/RJ, no que se refere a esta política pública; e outro projeto hegemônico liderado pelo reformismo ambiental, protagonizado pelo bloco social dirigente no Estado integral - sociedade civil (parlamento e APH) e sociedade política (CSPEA).

A pesquisa sobre os impactos do curso de formação em educação ambiental concluiu que não geraram impacto a não ser em um plano de capacitação individual, porém não houve continuidade do curso. A avaliação dos cursos foi muito boa pelos entrevistados, porém ficou mais relevante na memória a falta de continuidade do curso de formação que previa um segundo momento. A pesquisa indicou a inexistência da mesma condição de trabalho em função da alteração da gestão, como a extinção dos pólos. As iniciativas seriam, de acordo com os professores cursistas, feitas na base da boa vontade, por não haver carga horária ou capacitação, recursos ou diretrizes curriculares municipais para educação ambiental. Esta apareceu no fim das análises como projetos inseridos nas pautas da CSPEA, mas a pesquisa revelou que, na prática, não existe educação ambiental nas escolas e os professores não foram informados do processo de construção do PROMEA/RJ.

No que se refere ao modo de inserção de educação ambiental nas escolas municipais, de acordo com a pesquisa, foi de maneira a não envolver a maior parte dos docentes, sobrecarregados de tarefas relativas aos processos de avaliação internos e externos aos quais estão submetidas as escolas na gestão gerencial dos sistemas públicos. Ao serem tratados como mais um sujeito do processo, foram postos numa posição em que se perde a especificidade do trabalho docente e se perde a história construída desta política. Houve, conforme analisamos, a emergência de um padrão de política pública sustentada em projetos de educação ambiental formulados e executados por empresas e ONGs no interior das escolas públicas.

A formação continuada seguiu um formato diferenciado do que prevaleceu como formação de educação ambiental oferecido por ONG e empresas. Na corrente contrária ao modelo de gestão que sustentou a hegemonia na política educacional, a parceria público-público foi um anúncio de uma proposta estruturante de educação ambiental. Esta considera relevante a relação entre a gestão da política pública e os impactos na carreira docente do ponto de vista da autonomia pedagógica e, questiona para quem e para que se defende o ideal de desenvolvimento sustentável.

A adesão ao modelo da UNESCO fortalecida pela atuação do APH FGV, da empresa Invepar e suas concessionárias, além da BM&F Bovespa, ficou patente quando encaminharam “atender a construção de uma Agenda 21 na administração municipal” (Ata 29 26/06/2009) e a Agenda 21 foi uma prescrição da UNESCO (2002).

Sobre as pautas foi possível verificar através da análise documental que em sua maioria foram relativas a PME/RJ e, em segundo lugar, à construção de indicadores como “pré-requisito” para conseguir financiamento do Fundo de Conservação Ambiental (FCA). Nossa pesquisa identificou a direção do bloco social em torno do atrelamento da política pública educacional a uma concepção de cidade voltada para o turismo, como tendência a nível mundial. Entre 1988 e 2008, a concepção de educação ambiental empresarial hegemônica foi produzida pela UNESCO, reunindo sociedade política (secretarias) e sociedade civil (institutos, universidades, sindicatos, ONG e APH) na difusão da nova sociabilidade do capital.

A pesquisa concluiu sobre a carga horária em educação ambiental que não existe de forma específica, com alguns professores cursistas manifestando inclusive serem contra a educação ambiental como disciplina. Na forma transversal, então, também foi possível desvendar o tensionamento no interior da secretaria e possíveis impactos do curso na implementação da PME/RJ. Os resultados demonstraram que houve tensionamento, por parte de quem foi professor do curso de formação e por parte da coordenadora 1 da SME/RJ. Estes foram os dados que aproximaram os argumentos sobre os efeitos do curso na SME/RJ diante da pressão externa vinda do poder executivo de “diluir” a estrutura da educação ambiental da SME/RJ. Com a criação de um GT voltado para integrar as equipes em torno da implementação, foram reveladas discordâncias quanto a existência deste GT por parte de uma representante da SMAC/RJ. Havia, enfim, uma proposta de educação ambiental estruturante que

privilegiou uma parceria público-público, próxima dos professores, mas as parcerias público-privadas prevaleceram na dinâmica de implementação da PME/RJ.

Sobre os projetos de educação ambiental na SME/RJ, a pesquisa constatou que foram poucas iniciativas, a não ser as oferecidas em regime de parcerias com “terceiros”, exposto no debate no parlamento municipal e refletido no tensionamento no interior da SME/RJ. Este foi caracterizado não apenas pela desestruturação da SME/RJ com a gestão gerencial, mas também por uma adequação da cidade a um projeto urbano de “smart cities” e “cidade sustentável”, que possuem o turismo como forte componente. Neste sentido, houve uma prioridade da prefeitura e da SMAC/RJ, explicada, em parte, pela dupla função do secretário municipal de meio ambiente que acumulava o cargo de vice-prefeito. Esta aproximação entre SMAC/RJ e o poder executivo foi um fator determinante nas explicações sobre o protagonismo da pasta ambiental. Isto foi levado, no âmbito da SME/RJ, a se intensificar na medida em que a gestão educacional foi voltada para fortalecer as parcerias público-privadas e a execução dos serviços públicos pelo gerencialismo.

Os objetivos específicos de tratar as disputas foram alcançados com as evidências da desestruturação da educação ambiental na SME/RJ que passou a ser parte de um “Setor de Extensividade”. Os desdobramentos que apareceram nas análises das atas foram de uma dificuldade da SME/RJ em participar e uma aliança entre o APH REARJ e SMAC/RJ concretizada na consultoria para a construção do PROMEA/RJ em uma parceria público-privada.

De acordo com nosso levantamento os sujeitos coletivos envolvidos na dinâmica de implementação da PME/RJ foram majoritariamente empresas e ONGs que tinham histórico na educação ambiental. As empresas formularam os projetos de educação ambiental na SME/RJ e o APH REARJ direcionou o desenho da construção PROMEA/RJ na implementação da PME/RJ. A pesquisa relevou que o diálogo com SEPE/RJ não foi realizado, tanto que não houve participação deste nas reuniões, nem do CSPEA e nem nos workshops. De acordo com os dados, foi possível demonstrar que o curso de formação para lideranças do SEPE/RJ de educação ambiental, teve relação com a iniciativa da parceria público-público para os professores da rede. Esta foi uma chave explicativa para as tensões no interior da SME/RJ concluídas na tese, de que o GT foi também uma outra proposta estruturante de educação ambiental da SME/RJ que

não estava de acordo com a posição da representante da SMAC/RJ na CSPEA. Este descompasso foi algumas vezes pontuado nas noventa e duas atas, como a aproximação do SEPE/RJ com a SME/RJ sendo a ligação com os professores da rede que geraram uma proposta de implementação da PME/RJ com os professores. A direção para a qual foi levada a referida política atendeu a interesses específicos expostos por representações da SMAC/RJ na CSPEA, nas atas analisadas na tese. A parte que explicou o diálogo com o SEPE/RJ reforçou um indício de que este é um debate que fez falta para os sindicalistas. Houve uma demanda da SME/RJ em dialogar com o SEPE/RJ e houve uma demanda do SEPE/RJ em incorporar os debates a educação ambiental.

Os outros objetivos específicos relativos ao levantamento e mapeamento dos sujeitos coletivos foram alcançados, com a lista de APH, empresas e OSCIPs envolvidos na implementação da PME/RJ. Dentre estes, destacamos como frente analítica as concepções de Estado dos APH FGV e Invepar somada aos objetivos de entender a dinâmica de implementação da PME/RJ. A conclusão foi que a execução da PME/RJ seguiu uma tendência nacional de descentralização administrativa da lógica gerencial. Os impactos percebidos foram a ausência da educação ambiental nas escolas, a presença de formação no âmbito das ONGs e empresas, bem como a gestão “pública não estatal”, financiado por empresas e pela prefeitura, mas regulado por empresas públicas ou privadas. No caso da PME/RJ houve investimento privado e público, mas a gestão deste recurso foi realizada por consultores contratados pela prefeitura.

Se uma institucionalização foi disputada coube a esta tese desvelar os nexos ocultados pela realidade aparente do senso comum *strictu sensu*, entre a difusão do ideal de desenvolvimento sustentável da UNESCO e sua aplicação na PME/RJ. Esta relação foi estabelecida por mediações variadas, dentre as quais destacaram-se projetos de educação ambiental da Metrô Rio em consonância com as formulações das Nações Unidas no documento “Pacto Global” analisado na tese. As publicações da FGV/RJ foram voltadas para a sistematização da tendência gerencialista das novas rodadas de acordos mundiais, especialmente a partir de 2006, com o Todos Pela Educação finalizando o PDE de 2007. As diretrizes e orientações nacionais para a educação foram

dirigidas pelo empresariado brasileiro, composto por intelectuais orgânicos da FGV espalhados na sociedade política.

A pesquisa identificou com base em análise de conteúdo documental e de entrevistas complementares que a PME/RJ foi formulada sob uma lógica do que chamo aqui de “capitalismo sustentável”, a tese do BM, ratificada pela UNESCO, sistematizada pela FGV e levada a programa político pelos seus prepostos na sociedade civil (consultores, vereadores) e na sociedade política (gerentes de projetos, secretários, prefeitos). Esta lógica resultou de uma correlação de forças específicas com as pautas do reformismo ambiental difundidas em um contexto de grandes investimentos em infraestrutura urbana na cidade do Rio de Janeiro, para o Pan Americano de 2007 e para as Olimpíadas depois de 2009, quando já estava aprovada a sede dos Jogos Olímpicos na capital fluminense. Identificamos através da pesquisa nesta tese que os modelos teóricos e programáticos do bloco social dirigente foram formulados pelos APH FGV e Invepar S/A, a instituição financeira BM & F Bovespa e as concessionárias Metrô Rio, Porto Novo, CRR Ponte e LAMSA S/A.

A pesquisa sobre a atuação do empresariado na formulação da PME/RJ envolveu o uso do conceito de Estado ampliado que permitiu analisarmos a atuação não explícita de intelectuais orgânicos. Como resultado, verificamos a atividade (supra) parlamentar de Aspásia Camargo, nuclear no processo de implementação da PME/RJ, na medida em que esta intelectual sistematizou os ideais da UNESCO através de suas formulações na FGV. Tratou-se de verificar como o trabalho docente foi impactado pela gestão gerencial no tocante à autonomia no processo pedagógico, pois a pesquisa demonstrou que a lógica de projetos submete o professor a uma concepção de educação ambiental que tem origem fora da escola. As parcerias públicos privadas identificadas na formulação e execução da PME/RJ seguiram uma tendência nacional no que se refere ao modelo gerencialista de construção de políticas públicas no Brasil contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. P. “Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso”. Tese de doutorado, do Instituto de Ciências Humanas Filosofia do Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

ALTVATER, E. “Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos” in Agnes Heller (org.) A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI Editora Contraponto RJ, 1999

_____. “O fim do capitalismo como o conhecemos” Civilização brasileira 2010

_____. O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial” São Paulo Editora da Universidade Estadual Paulista 1995

ALVES, G. “Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha”

ANDERSON, P “Balanço do neoliberalismo” in Pós-neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático” (SADER, E & GENTILI, P., Editora Paz e guerra, Rio de Janeiro 2010

ANTUNES, R. “Os sentidos do trabalho” Ed. Boitempo 1999

_____, R. “O continente do labor” Ed. Boitempo 2011

_____, R. (org.) “Riqueza e miséria do trabalho no Brasil” Editora Boitempo 2006

_____, R. “Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?” Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul. /Set. 2011

_____, R. “A desertificação neoliberal no Brasil” Autores Associados SP 2005.

ARNT, Ricardo. “O que os economistas pensam sobre sustentabilidade”. São Paulo. Editora 34, 2010.

AZEVEDO, André Nunes; PIO, Leopoldo Guilherme. “Entre o porto e a história: revitalização urbana e novas historicidades no porto do Rio de Janeiro com vistas às Olimpíadas de 2016”. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 185 - 208. Set. /Dez. 2016.

BARBOSA, G. L.; LOUREIRO, C. F. B. “ONGs e movimentos sociais: de aliados a concorrentes”. In: IV Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, 2007, Rio Claro. IV Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental. Rio Claro: UNESP, 2007. v. 1. p. 1-8.

BERNAL, Alex Barroso A construção do Programa Estadual de EA do Rio de Janeiro: disputas pela agenda pública em tempos de hegemonia neoliberal / Alex Barroso Bernal. Dissertação de mestrado PPGE UFRJ, 2012.

BEHRING, E. R. “Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos” São Paulo Ed. Cortez 2008

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto-lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1999.

BRASIL Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasília, 1996

_____. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO (MARE). Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (SEF). O que é o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Brasília: MEC/SEF, 1993.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995”. Revista Brasileira de Direito Público, Belo Horizonte, ano 6, n. 23, p. 145-186, out. /dez. 2008.

_____, L.C “Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional” São Paulo, Editora 34, 1998.

_____, L.C “Estratégia e estrutura para um novo Estado” Revista de Economia política vol.17 n. 03 (67), julho-setembro/1997

BRESSER-PEREIRA, L. C & GRAU, M. C. (orgs.) “O público não estatal na reforma do Estado” Editora CLAD e Fundação Getúlio Vargas, 1999.

- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne “Gramsci e o Estado”. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1980.
- CARVALHO, I. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica in Sociedade e Ambiente a educação ambiental em debate 7º Edição (orgs.) Carlos Frederico Loureiro Philippe Pomier Layrargues e Ronaldo Souza de Castro. São Paulo Cortez 2012.
- CHESNAIS, François. “Mundialização: o capital financeiro no comando” Paris, Les Temps Modernes, 607, 2000.
- CNI, “Rumo ao crescimento: a visão industrial” Rio de Janeiro CNI, 1994.
- CEPAL. UNESCO. MEC. Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade (uma visão sintética). Brasília: MEC/Inep, 1993.
- CASTELO, R. “O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal” Expressão Popular 2013
- CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE/CONAMA. Cadastro Nacional de Entidades Ambientais. Disponível em: WWW.mma.gov.br/port/conama/cnea/cneaenti1.cfm. Acesso em: 26 jul. 2010.
- COSTA, C. & LOUREIRO, C.F (orgs.) A questão ambiental interfaces críticas Editora Prismas e Editora Appiris, Curitiba, 2013
- COUTINHO, A. P. Organizações Não-Governamentais: o que se oculta no “não”? Revista Espaço Acadêmico. Ano III, n. 24, mai. 2003. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/024/24ccoutinho.htm. Acesso em: 16 ago. 2010.
- COUTINHO, C. N. “Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político” Ed. Civilização brasileira, 2007
- COUTINHO, C. N “A hegemonia da pequena política” in RISEK, C. S. OLIVEIRA, F & BRAGA, R “A hegemonia às avessas”, Ed. Boitempo 2010
- CRUZ, L. G. Políticas Públicas de educação ambiental: um estudo sobre a Agenda 21 Escolar” Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2014.
- CUNHA. L. “O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado” in Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007

- _____. “Educação, Estado e democracia no Brasil”. Editora Cortez. São Paulo 2009.
- DOBB, M. “A evolução do capitalismo” Zahar Editora 1963
- DREIFFUS, R. A. “1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe” Ed. Vozes. Petrópolis, 1987.
- HARVEY, D. “O neoliberalismo: história e implicações”. São Paulo Edições Loyola, 2014.
- HAYEK, F. A. “Os princípios de uma ordem social liberal” in CRESPIGNY, A. & CRONIN, J. (orgs.) “Ideologias políticas” Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- HAYEK, F.A. O caminho da servidão / F. A. Hayek. – São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- FERNANDES, F. “Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos” Ed. UFRJ, 2010
- FERNANDES, F. “A revolução burguesa no Brasil” Ed. Globo 1975
- FERRÃO, M. E. “Avaliação educacional e modelos de valor acrescentado: tópicos de reflexão” Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 455-469, abr.-jun. 2012
- FOLADORI, Guillermo. “Limites do desenvolvimento sustentável” Unicamp, 2001
- FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FREITAS, “As ciências sociais e o enfoque ecossistêmico de saúde” In MINAYO, MCS., and COIMBRA JR, CEA., orgs. Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 708 p. ISBN 85-7541- 061-X. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>>.
- FRIEDMAN, Milton. “Capitalismo e liberdade” University of Chicago Press, 1962
- GAFFNEY, C. Forjando os anéis: A paisagem imobiliária pré-Olímpica no Rio de Janeiro imprevista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais nº 15 ano 4 | dezembro de 2013
- GIDDENS, Anthony. “O debate global sobre a terceira via” SP Editora UNESP, 2007.
- GONÇALVES, R “Nacional-desenvolvimentismo às Avessas” IPEA CODE, 2011
- _____, R. “Desenvolvimento às avessas: verdade, má fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento”, Ed. LTC, 2013
- GRAMSCI, “O leitor de Gramsci” 2011 Ed. Civilização Brasileira

_____, A. “Cadernos do Cárcere”. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benito Croce. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

_____, A. “Cadernos do Cárcere”. Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

_____, A. “Cadernos do Cárcere”. Vol. 5. O ressurgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, L. “O conceito de hegemonia de Gramsci” Ed. Graal, 1978.

GURGEL, C. “A gerência do pensamento gestão contemporânea e consciência neoliberal” Editora Cortez São Paulo 2003

HOBBSBAWN, E. “A era dos extremos” Ed. Companhia das Letras 1994

KAPLAN, L. “Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de EA no Brasil” Dissertação de Mestrado, PPGE-UFRJ, 2011.

KAPLAN, L.; SERRÃO, M.; LAMOSA, R., LOUREIRO, C, Aproximações entre os discursos do Estado e do empresariado in Gestão Pública do ambiente e educação ambiental: caminhos e interfaces / organizado por Carlos Frederico B. Loureiro – São Carlos: Rima Editora 2012.

LAMOSA, R.; LOUREIRO, C. Educação Ambiental à Brasileira: o processo acelerado de ampliação para menos in A Questão Ambiental: interfaces críticas / organizado por César Augusto Soares da Costa e Carlos Frederico Bernardo Loureiro Curitiba: Prismas, 2013.

LAMOSA, R. O Programa Agronegócio na Escola: um estudo de caso sobre a educação ambiental empresarial nas escolas públicas brasileiras in Anais do VII EPEA Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental UNESP – Rio Claro, SP.

LAMOSA, R. “Estado, classe social e educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da associação brasileira do agronegócio (ABAG) Tese de doutorado PPGE/UFRJ 2014

LAMOSA, R. “A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital” Dissertação de mestrado PPGE UFRJ 2010

LAYRARGUES, P.P “Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais” in LOUREIRO, C.F.B, LAYRARGUES, P.P., CASTRO, R.S “Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate 7ª edição Ed. Cortez, 2012.

LAYRARGUES, P. & LIMA, G.; Mapeando macrotendências político pedagógicas da educação ambiental contemporânea do Brasil in VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil Ribeirão Preto, setembro de 2011.

LEHER, R. Desafios para uma educação além do capital. In. István Mészáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

LÊNIN, V. I. “O imperialismo fase final do capitalismo”. Editoria Estampa, Ltda. 1975 _____, I. “O Estado e a revolução” 1917

LESLIE, Sheila & SLAUGHTER, Larry, “Academic Capitalism: Politics, Policies, and the Entrepreneurial University (American Land Classics)” Published by The Johns Hopkins University Press (1999

LIMA, A.B. (org.) “Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada” Gpge, Ed. Xamã, São Paulo, 2004

LIMA, G. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação in Revista Ambiente e Sociedade – Vol. VI nº 2 jul. /dez.2003

LOWY, M. “Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista” CADERNO CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.

LOUREIRO, C.F.B & LAMOSA, R.A.C (orgs.) “Educação Ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável” Ed. Quartet CNPq 2015

LOUREIRO, C. Contribuições teóricas para pensar a prática da educação ambiental em uma perspectiva crítica-transformadora in Educação Ambiental e Serviço Social: O PEAC e o Licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente / organizadores Naila Maria Souza Araújo, Josiane Soares Santos, Maria das Graças e Silva, Editora UFS Aracaju, 2013.

_____. Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. Sociedade e Ambiente a educação ambiental em debate 7º Edição (orgs.) Carlos Frederico Loureiro Philippe Pomier Layrargues e Ronaldo Souza de Castro. São Paulo Cortez 2012.

_____, C.F.B “Trajetórias e fundamentos da educação ambiental” São Paulo, Ed. Cortez, 2012

LUKÁCS, G. “Para uma ontologia do ser social II” Editora Boitempo, 2013.

- MARTINS, A. M., CALDERÓN, A. I., GANEZELI, P., GARCIA, T. O. G (org.) “Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças” Editora ANPAE, 2013
- MARTINS, A. & NEVES, L. M. W Educação Básica: tragédia anunciada. São Paulo. Ed.Xamã. 2015
- MELO, A., MARTINS, A., SOUZA, C., FALLEIROS, I., NEVES, L . Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil in MARTINS, A. & NEVES, L. (orgs.) Educação Básica: tragédia anunciada. São Paulo. Ed.Xamã. 2015
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2003
- _____. Para a crítica da economia política. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1996.
- _____. “Crítica ao Programa de Gotha” Ed. Boitempo 1875.
- MERQUIOR, J. “Liberalismo Antigo e Moderno” Ed.E Realizações 2008.
- MENDONÇA, Sônia “Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950)”. Tempos Históricos (EDUNIOESTE) , v. 10, p. 243-266, 2007.
- _____, Sônia “MENDONÇA, Sonia “Estado e Hegemonia do Agronegócio no Brasil”. História & Perspectivas , v. 32/33, p. 93-135, 2006.
- _____, Sônia “O Estado ampliado como ferramenta metodológica” Marx e o marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014
- MESZÁROS, I. “O poder da ideologia” Ed. Boitempo 2004
- _____, I. “A montanha que queremos conquistar” Ed. Boitempo 2015
- _____, I. “A crise estrutural do capital” São Paulo Ed. Boitempo 2011
- MONTANÕ, C. Estado, classe e movimento social. São Paulo Cortez 2010.
- MONTANO, C. “Terceiro setor e questão social crítica ao padrão emergente de intervenção social”
- MOTTA, V. C. “Ideologia do capital: atribuindo uma face mais humana ao capital” Ed. UERJ Rio de Janeiro 2012
- NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.
- NOGUEIRA, A. J. F. M.; SILVA, O. TOSI . Transformações organizacionais e gestão de pessoas no setor financeiro. Revista Administração em Diálogo - RAD, 2014.
- O’CONNOR, J. “USA: a crise do estado capitalista”. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

- OLIVEIRA, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização in Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 89, p.1127-1144 2010
- OLIVEIRA, F. “Crítica à razão dualista: o ornitorrinco” Ed. Boitempo 2003
- PERONI, Vera. “Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado”. In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.
- PERONI, Vera “Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90”. São Paulo: Xamã, 2003.
- REBUÁ, E. & SILVA, P. “Educação e filosofia da práxis: reflexões de início de século” Rio de Janeiro, Ed. Letra Capital 2016.
- RODRIGUES, José. “Os empresários e a Educação Superior”. Campinas/SP. Autores Associados, 2007 (Coleção Polêmicas do nosso tempo)
- RODRIGUES, J. & LOUREIRO, C. “A crise socioambiental e a atuação de ONGs ambientalistas no campo educacional” in Linhas Críticas, Brasília, DF, n.36, p. 379-394, maio/ago 2012.
- ROTHEN, J.C & FERNANDES, M.C. (orgs.) “Desafios para a gestão municipal da educação” Ed. Xamã, 2012
- SACHS, I. “Ecodesenvolvimento crescer sem destruir”. São Paulo. Vértice, 1986.
- _____. “Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado”. Rio de Janeiro. Garamound, 2008.
- _____. Resenha Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004
- SANTOSa, Jairo Campos dos. 2015 “A gestão gerencial na educação pública da cidade do Rio de Janeiro: origens, implantação, resultados e percepções” Paco Editorial Rio de Janeiro
- SANTOSb, Raquel Alexandre Pinho. 2015 “O primeiro ano de governo de Eduardo Paes à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro: uma análise da reforma na educação” in Revista Educação Online n.18. 2015. Fonte: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/ojs/index.php/Eduonline/issue/view/10> Acessado 15/04/2015 12:00hrs.
- SILVA, P. “O Todos pela Educação (TPE): intelectual orgânico do empresariado brasileiro” in REBUÁ, E. & SILVA, P. “Educação e filosofia da práxis: reflexões de início de século” Rio de Janeiro, Ed. Letra Capital 2016
- SILVA, J.A. “Arranjos de Desenvolvimento de Educação (ADE): Regime de colaboração de ‘novo’ tipo e mecanismo de reformulação do Sistema Nacional de

Educação sob a direção do empresariado brasileiro” Dissertação de Mestrado PPGE/UFRJ, 2015

SOUZA, R.V “Abandono, revitalização e gentrificação no IV distrito de Porto Alegre: uma abordagem psicogeográfica e fenômeno (lógica)” in Cadernos NAUI Vol. 5, n. 8, jan-jun 2016.

SOUZA, D.B., SANTANA, M.A., DELUIZ, N. (orgs.) “Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil” Ed. Quartet, 1999.

TREIN, E. “A educação ambiental crítica: crítica de que?” in Revista Contemporânea de Educação N° 14 – agosto/dezembro de 2012.

THERBORN, G. “Os campos de extermínio da desigualdade” Novos Estudos 87 2010

VELLOSO, Christiane Santos. Educação Ambiental na Rede Pública do Município do Rio de Janeiro: concepções, problemas e desafios. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

VIRIATO, Edaguimar Orquizas. Descentralização e desconcentração como estratégia para redefinição do espaço público. In LIMA, Antônio Bosco de (Org.). Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada. São Paulo: Xamã, 2004.

UNESCO, Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”, Brasília, julho de 2010.

UNESCO, “Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável” (2005-2014): documento final do esquema internacional de implementação– Brasília: UNESCO, 2005.

Sites:

<http://www.aspasiacamargo.com.br/v2016/midia/noticias/2492-10-propostas-por-um-rio-sustentavel>

<http://www.juse.or.jp/english/profile/>

<http://sirkis2.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=3913085&canal=257&total=218&ndice=0>.

<http://www.fco.org.br/fco/parceiros>

<http://www.rioeduca.net/sobrenos.php>

<http://extensividade.wix.com/sme-rj-extensividade>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smac>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>

<http://www.promea-rio.com.br/programa.html>

<http://www.fvc.org.br/pdf/apresentacao-avaliacoes-ext2.pdf>

<http://www.falconi.com/quem-somos/historia/#sthash.CVvQvB0V.dpuf>

<http://www.iccbrasil.org/>

<http://cebds.org>.

<https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>.

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1001435-extrema-pobreza-nos-eua-cresce-mais-de-um-terco-em-uma-decada.shtml>.

<http://www.reduca-al.net/nosotros>.

<http://www.mst.org.br/2015/07/01/grandes-grupos-economicos-estao-ditando-a-formacao-de-criancas-e-jovens-brasileiros.html>.

ANEXO:**Tabela 1**

Ano	Autor	Tese	Dissertação Mestrado Profissional	Dissertação Mestrado Acadêmico
2011	Humberto Camelo de Freitas			X
2011	Rosangela Goncalves Vieira		X	
2011	Elpidio Rezende Vieira			X
2011	Marcio Douglas Floriano		X	
2011	Adelmo Carvalho Santana			X
2011	Odara Horta Boscolo	X		
2011				X
2012	Luciana dos Santos Garrido			X
2012	Geane Kelly de Brito Martins			X
2012	Samanta Guimaraes Natalino Castro			X
2012	Islene de Figueiredo Porto.			X
2012	Vania de oliveira			

	Nagem			X
2012	Aline Matulja			X
2012	Francisco Jacome Gurgel Junior	X		

Tab.2 Projetos de educação da Invepar ligados a BM & FBOVESPA

Formulador	Projeto
Metrô Rio	Estação Alegria
Metrô Rio	Inclusão Digital
LAMSA	Trânsito Legal
Metrô Rio	Estrela Dalva
Metrô Rio	Clubinho da Criança Inteligente
LAMSA	Transformar
LAMSA	Praça de Leitura
LAMSA	Orquestra Infantil Novo Amanhã
LAMSA	Sala de Leitura
LAMSA	Histórias de um Gafieiro
LAMSA	Projeto Cultura Baiana Expressa
CLN/BA (Concessionaria Litoral Norte)	Socioeducativo Arte e Cidadania: Educação Para a Vida